

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)

BIANCA DE ALMEIDA GONÇALVES

UM ESTUDO FUNCIONALISTA SOBRE A HIPOTAXE ADVERBIAL  
CAUSAL E A HIPOTAXE ADVERBIAL CONFORMATIVA EM  
TEXTOS OFICIAIS DO PARANÁ, PRODUZIDOS ENTRE OS  
SÉCULOS XVIII A XX

MARINGÁ - PR  
2011

BIANCA DE ALMEIDA GONÇALVES

**UM ESTUDO FUNCIONALISTA SOBRE A HIPOTAXE ADVERBIAL CAUSAL E  
E A HIPOTAXE ADVERBIAL CONFORMATIVA EM TEXTOS OFICIAIS DO  
PARANÁ, PRODUZIDOS ENTRE OS SÉCULOS XVIII A XX**

Dissertação apresentada por Bianca de Almeida Gonçalves, ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Cristina Jaeger Hintze

MARINGÁ - PR  
2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

G635e Gonçalves, Bianca de Almeida  
Um estudo funcionalista sobre a hipotaxe adverbial causal e a hipotaxe adverbial conformativa em textos oficiais do Paraná, produzidos entre os séculos XVIII a XX. / Bianca de Almeida Gonçalves. -- Maringá, 2011.  
139 f. : il., figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr<sup>a</sup>. Ana Cristina Jaeger Hintze.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2011

1. Gramaticalização. 2. Item conjuncional COMO. 3. Hipotaxe causal. 4. Hipotaxe conformativa. 5. Textos oficiais - Paraná - Sec. XVIII - XX. 6. Cartas oficiais - Paraná - Sec. XVIII - XX. 7. Relatórios oficiais - Paraná - Sec. XVIII - XX. 8. Mensagens oficiais - Paraná - Sec. XVIII - XX. I. Ana Cristina Jaeger Hintze, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDD 21.ed.: 415

BIANCA DE ALMEIDA GONÇALVES

**UM ESTUDO FUNCIONALISTA SOBRE A HIPOTAXE ADVERBIAL CAUSAL E  
CONFORMATIVA EM TEXTOS OFICIAIS DO PARANÁ, PRODUZIDOS ENTRE  
OS SÉCULOS XVIII A XX**

Dissertação ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Cristina Jaeger Hintze

Data de Aprovação

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Cristina Jaeger Hintze  
Universidade Estadual de Maringá – UEM  
Presidente da Banca - Orientador

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia Sipavicius Seide  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Regina Pante  
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Dedico este trabalho

À minha mãe, Vera, por ter sempre me incentivado aos estudos e aos livros.

Ao meu companheiro, Glauber, pelo companheirismo, incentivo, amor e paciência.

## AGRADECIMENTOS

A Deus que tem me dado forças e esperanças diante às dificuldades e que tem abençoado grandemente minha vida.

À minha mãe, Vera, pelo apoio que me deu nos inícios de meus estudos, sem os quais não conseguiria completar mais esta etapa de minha vida.

Ao meu, por enquanto, noivo e grande companheiro, Glauber, por todo o respaldo dado durante este trabalho e por todo amor e alegria compartilhados.

Às minhas amigas Soriane e Cristina que, mesmo à distância, acompanharam essa minha jornada e me ajudaram, tantas vezes, a rir das dificuldades.

À Juliana Platero, grande amiga a quem eu não pude visitar mais, por estar escrevendo.

À minha orientadora Ana, por me acompanhar em mais uma etapa de estudos, orientando-me e proporcionando meu crescimento intelectual.

À professora Maria Regina, por me introduzir à história da língua, por todo o conhecimento e bons momentos compartilhados.

À professora Márcia Sipavicius Seide, por ter aceito o convite para participar de minha qualificação e por todas as colaborações e orientações feitas, que muito me ajudaram na elaboração deste trabalho.

À professora Fabiane Altino e ao grupo de Pesquisa "Para a história do português paranaense: estudos diacrônicos dos manuscritos dos séculos XVII a XIX", da Universidade Estadual de Londrina que tão prontamente me receberam como participante de seu projeto.

À professora Vanderci Aguilera pela luz dada ao responder meus emails.

A todos os funcionários e professores do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá, pelas informações e pelo trabalho realizado.

Aos meus alunos que me fazem crescer diariamente como profissional e que alegam meus dias.

Aos amigos Daliana, Marcelo, Celaine e Luiz Marcelo pelos momentos de descontração, tão importantes e necessários e à AmBev (ao menos como metonímia), que nos ajudou a relaxar nestes momentos.

A todos que tornam meu caminho sempre mais interessante, o meu carinho e gratidão.

GONÇALVES, Bianca de Almeida. UM ESTUDO FUNCIONALISTA SOBRE A HIPOTAXE ADVERBIAL CAUSAL E A HIPOTAXE ADVERBIAL CONFORMATIVA EM TEXTOS OFICIAIS DO PARANÁ, PRODUZIDOS ENTRE OS SÉCULOS XVIII A XX. 90 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Ana Cristina Jaeger Hintze. Maringá, 2010.

## RESUMO

O presente trabalho objetivou estudar as funções de causa e de conformidade assumidas pelo conector *como* em correspondências oficiais escritas entre os séculos XVIII, XIX e XX, conforme relatos encontrados em cartas oficiais emitidas ao Governo do Estado entre os séculos XVIII a XIX, por mensagens enviadas pelo governador do Estado ao Congresso Legislativo do Paraná entre os séculos XIX e XX e relatórios apresentados ao Governador no séculos XIX e XX. Os *corpora* utilizados nesta pesquisa foram retirados de duas fontes: as cartas, provenientes do projeto de pesquisa *Para a História do Português Paranaense: estudos diacrônicos em manuscritos dos séculos XVII a XIX*, desenvolvido pelo Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da Universidade Estadual de Londrina, e os relatórios e mensagens, do Arquivo Público do Paraná. Os *corpora* foram analisados sob a perspectiva da Gramática Sistêmico Funcional, de Halliday (1985), almejando compreender o comportamento sintático-semântico manifesto por construções oracionais causais e conformativas encabeçadas pelo item *como*, buscando identificar sua posição na estrutura oracional, a função a que se prestam os seus usos e os subtipos de relações que expressam (reais, epistêmicas ou entre atos de fala, conforme Sweetser (1990)). Os resultados da pesquisa apontam que as construções causais, assim como as conformativas, estão passando por um processo de gramaticalização em que as relações estabelecidas entre os domínios do conteúdo são mais frequentes, além de que a leitura causal vai perdendo espaço para a conformativa quando em posposição. No que diz respeito à diferença entre os gêneros textuais analisados, constatamos haver uma relação entre as estruturas linguísticas e as relações de poder instauradas entre os interlocutores. Tal relação se manifesta pelos tipos de hipotaxe, pelos tipos de reação expressa pela oração hipotática, conforme Sweetser (1990), pela posição na oração, pela identidade e pelo compartilhamento do sujeito das orações envolvidas e pelo tempo, modo e pela semântica dos verbos utilizados nas orações hipotáticas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gramaticalização; Item Conjuncional COMO; Hipotaxe Causal; Hipotaxe Conformativa; Textos Oficiais; Cartas; Relatórios; Mensagens.

GONÇALVES, Bianca de Almeida. A FUNCIONALISM STUDY OF CAUSAL AND CONFORMATIVE ADVERBIAL HYPOTAXIS IN OFFICIAL TEXTS OF PARANÁ PRODUCED BETWEEN 18<sup>TH</sup> TO 20<sup>TH</sup> CENTURIES. 90 f. Dissertation (Master in Languages) – State University of Maringá. Supervisor: Ana Cristina Jaeger Hintze. Maringá, 2010.

### ABSTRACT

The present study investigated the roles of cause and conformity by the connector *as* in official letters written between the eighteenth, nineteenth and twentieth centuries, as found in reports issued official letters to the State Government between the XVIII and XIX, for messages sent by the Governor of the State Legislature to Congress Paraná between the nineteenth and twentieth centuries and reports submitted to the Governor in the nineteenth and twentieth centuries. The *corpora* used in this study were drawn from two sources: letters, from the research project for the History of Portuguese Paranaense: diachronic studies in manuscripts of the seventeenth century, developed by the Department of Literature and Classical Vernacular, of *Universidade Estadual de Londrina*, and the reports and messages, the Public Archives of Paraná. The *corpora* were analyzed from the perspective of Systemic Functional Grammar, Halliday's (1985), aiming to understand the behavior manifest syntactic-semantic constructions by *Oracion* question and as spearheaded by the item *like* in order to identify its position in the clausal structure, the function to which provide their uses and subtypes of relations that express (real epistemic or between speech acts, as Sweetser (1990). The results show that the causative construction, as well as those complying, are undergoing a process of grammaticalization in that the relations established between the domains of content are more frequent, and that the causal reading is losing space for compliance when in postposition. With respect to the difference between the genres analyzed, we found a relationship between linguistic structures and power relations instituted amongst listeners. This relationship is manifested by the types of hypotaxis, type of reaction expressed by prayer hypotactic as Sweetser (1990), their position in prayer, and sharing the identity of the subject of the prayers and the time involved mode, and semantics of the verbs used in prayers hypotactic.

KEY WORDS: Grammaticalization; Conjunction *As*; Causal Hypotaxis; Conformative Hypotaxis; Official Documents; Letters; Account; Message.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo de Interação Verbal

Figura 2: Continuum entre os domínios conceituais

Figura 3: Percurso de pragmatização do significado

Figura 4: Valores semânticos do como ao longo dos séculos

Figura 5: Trajetória da gramaticalização do como

Figura 6: Imagem de carta enviada pela câmara de Guaratuba à província de São Paulo em 1795.

Figura 7: Imagens de carta enviada pela câmara de Guaratuba à província de São Paulo em 1795.

Figura 8: Imagens das páginas 2 do Relatório produzido em 15 de fevereiro de 1977.

Figura 9: Imagem da página 3 do Relatório produzido em 15 de fevereiro de 1977.

Figura 10: Imagem da última página do Relatório produzido em 15 de fevereiro de 1977.

Figura 11: Imagem da página 2 da Mensagem do governador do Estado do Paraná lida ao Congresso Legislativo, em 13 de novembro de 1895.

Figura 12: Imagem da página 3 da Mensagem do governador do Estado do Paraná lida ao Congresso Legislativo, em 13 de novembro de 1895.

Figura 13: Imagem da última página da Mensagem do governador do Estado do Paraná lida ao Congresso Legislativo, em 13 de novembro de 1895.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Graus de dependência e encaixamento entre orações.

Quadro 2: Metafunções de Halliday

Quadro 3: Constituição dos *corpora* provindos do projeto PHPP

Quadro 4: Relatórios e mensagens que constituem os *corpora* de pesquisa.

Quadro 5: Critérios de análise

## LISTA DE TABELAS

- Tabela 1: Tipo de orações hipotáticas encontradas nas Cartas
- Tabela 2: Posição ocupada pela oração hipotática intercalada nas Cartas
- Tabela 3: Tipos de orações hipotáticas nas Cartas
- Tabela 4: Tipos de orações hipotáticas nos Relatórios
- Tabela 5: Tipos de orações hipotáticas nas Mensagens
- Tabela 6: Relações expressas nas Cartas
- Tabela 7: Relações expressas nos Relatórios
- Tabela 8: Relações expressas nas Mensagens
- Tabela 9: Posição das orações hipotáticas nas Mensagens
- Tabela 10: Posição das orações hipotáticas nos Relatórios
- Tabela 11: Posição das orações hipotáticas nas Cartas
- Tabela 12: Compartilhamento e explicitude de sujeitos nas Cartas
- Tabela 13: Compartilhamento e explicitude de sujeitos nos Relatórios
- Tabela 14: Compartilhamento e explicitude de sujeitos nas Mensagens
- Tabela 15: Tempos verbais utilizados nas orações hipotáticas das Cartas
- Tabela 16: Tempos verbais utilizados nas orações hipotáticas dos Relatórios
- Tabela 17: Tempos verbais utilizados nas orações hipotáticas das Mensagens
- Tabela 18: Classificação semântica dos verbos nas Cartas
- Tabela 19: Classificação semântica dos verbos nas Mensagens
- Tabela 20: Classificação semântica dos verbos nos Relatórios

## SUMÁRIO

RESUMO _____	7
ABSTRACT _____	8
LISTA DE FIGURAS _____	9
LISTA DE QUADROS _____	10
LISTA DE TABELAS _____	11
SUMÁRIO _____	12
INTRODUÇÃO _____	14
CAPÍTULO I _____	19
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA _____	19
1. INTRODUÇÃO – DA FRASE AO TEXTO, DA FORMA À FUNÇÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PASSAGEM DOS ESTUDOS DA FRASE AO TEXTO E ACERCA DO FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO _____	19
1.2. O Funcionalismo Sistêmico-funcional de Halliday _____	26
1.2.1. Metafunção ideacional _____	29
1.2.2. Metafunção Interpessoal _____	34
1.2.3. Metafunção Textual _____	35
CAPÍTULO II _____	38
GRAMATICALIZAÇÃO E SEUS POSTULADOS TEÓRICOS _____	38
2. INTRODUÇÃO – GRAMATICALIZAÇÃO: PROCESSO PROPULSOR DE MUDANÇAS LINGUÍSTICAS _____	38
2.1. Gramaticalização de estruturas causais sob a perspectiva dos domínios conceituais propostos por Sweetser _____	44
2.2. Gramaticalização do <i>como</i> : origens e ‘transformações’ – processo histórico de gramaticalização do <i>como</i> _____	49
2.2.1. Causalidade introduzida por estruturas oracionais encabeçadas pelo <i>como</i> _____	53
2.2.1.1. A ordem nas construções causais iniciadas por <i>como</i> _____	56
2.2.1.2. Conformidade introduzida por estruturas oracionais encabeçadas pelo <i>como</i> _____	57
CAPÍTULO III _____	60
INTRODUÇÃO _____	60
3. Constituição dos gêneros textuais Relatório, Mensagem e Cartas, no contexto de Textos Oficiais _____	60
3.1.1. Cartas _____	63
3.1.2. Relatório _____	66
3.1.3. Mensagem _____	71
3.2. Descrição dos <i>corpora</i> _____	75
3.3. Procedimento para a coleta dos dados _____	79
CAPÍTULO IV _____	88
ANÁLISE DOS DADOS _____	88
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS _____	88
4.1. Análise das Cartas _____	88
4.1.1. O gênero carta oficial e seu contexto de produção _____	88
4.1.2. A noção de causalidade nas cartas _____	90
4.1.3. A noção de conformidade nas cartas _____	94
4.1.4. Construções com dupla possibilidade interpretativa: _____	95
4.2. Análise dos Relatórios _____	103

4.2.1. O gênero relatório e seu contexto de produção	103
4.2.2. A noção de conformidade nos relatórios	105
4.3. Análise das Mensagens	109
4.3.1. Mensagens e seu contexto de produção	109
4.3.2. A noção de conformidade nas mensagens	110
4.3.3. Construções com dupla possibilidade interpretativa:	113
4.4. Demais análises nas cartas, relatórios e mensagens:	114
4.4.1. Os subtipos de relações propostas por Sweetser	114
4.4.2. Posição das Orações Hipotáticas	119
4.4.3. Compartilhamento do sujeito da oração hipotática com a oração nuclear	121
4.4.4. Classificação semântica dos verbos, do tempo e modo verbal das orações hipotáticas	124
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
6. REFERÊNCIAS	132

## INTRODUÇÃO

Considerando que a língua é um instrumento que se presta à interação social e que a descrição de seu funcionamento pode revelar muito a respeito da situação pragmática em que é utilizada, verifica-se a necessidade de pesquisas que analisem e descrevam mudanças de formas linguísticas pressionadas pelo uso.

Nesse sentido, o presente estudo analisou as funções de causa e de conformidade assumidas pelo conector *como* em correspondências oficiais escritas entre os séculos XVIII, XIX e XX, conforme relatos encontrados em cartas oficiais emitidas ao Governo do Estado entre os séculos XVII e XIX, por mensagens enviadas pelo governador do Estado ao Congresso Legislativo do Paraná entre os séculos XIX e XX e relatórios apresentados ao Governador no séculos XIX e XX.

Os *corpora* utilizados nesta pesquisa foram retirados de duas fontes: as cartas são provenientes do projeto de pesquisa *Para a História do Português Paranaense: estudos diacrônicos em manuscritos dos séculos XVII a XIX – doravante PHPP –*, desenvolvido pelo Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da Universidade Estadual de Londrina, e os relatórios e mensagens, do Arquivo Público do Paraná.

O projeto PHPP foi criado na Universidade Estadual de Londrina pela Professora Dr<sup>a</sup> Vanderci de Andrade Aguilera e está relacionado ao projeto interinstitucional: *Para a História do Português Brasileiro – PHPB –*, sob a coordenação do Dr. Ataliba de Castilho, desde 1997. Atualmente os trabalhos encontram-se sob a coordenação da Professora Dr<sup>a</sup> FABIANE CRISTINA ALTINO.

Do projeto PHPP, resultou a publicação de duas obras, até o presente momento: *Scripturae nas Villas de São Luiz de Goaratuba e Antonina: Manuscritos setecentistas e oitocentistas* e *Scripturae na Villa de Pernagoa: Manuscritos Setecentistas*. O primeiro livro, organizado pelas Professoras Dr<sup>a</sup> Vanderci de Andrade Aguilera e Joyce Elaine de Almeida Baronas, é composto por vinte fólios, referentes a dezesseis documentos datados de 1791 a 1799, enviados pela Câmara de Vereadores de Guaratuba a autoridades, conforme

previamente citado; e por trinta fólhos de Antonina, que compõem 12 documentos datados de 1798 a 1803. A segunda obra, por sua vez, foi organizada pelas professoras Vanderci e Celciane Alves Vasconcelos, é formada por trinta e quatro fólhos que correspondem a 25 documentos, datados de 1721 a 1743.

Os *corpora* foram analisados sob a perspectiva da Gramática Sistemática Funcional, de Halliday (1973), almejando compreender o comportamento sintático-semântico manifesto por construções oracionais causais e conformativas encabeçadas pelo item *como*, buscando identificar sua posição na estrutura oracional, a função a que se prestam os seus usos e os subtipos de relações que expressam (reais, epistêmicas ou entre atos de fala, conforme Sweetser (1990).

Além disso, interessou-nos investigar os processos explicitados pelas estruturas oracionais encabeçadas pelo conector *como*, levando-se em consideração o modo como ocorre a representação da experiência, aspecto relacionado à semântica vocabular (função ideacional); a organização da interação, o que se liga à pragmática (função interpessoal); e os tipos de informações presentes nessas estruturas (dado/novo) e a motivação de seu uso (escusas, lembrete, explicação etc.).

Segundo Neves (1997), uma gramática funcional analisa a relação sistemática entre as formas e as funções em uma língua; preocupa-se com a língua como um todo e com as diversas modalidades de interação social, frisando a importância do contexto na compreensão da natureza linguística; considera as funções das estruturas como “descrição gramatical” de modo que auxiliem em uma descrição semântica, pragmática e estilística; faz atribuições ao uso da língua.

Dessa forma, a perspectiva teórica adotada leva em conta o fato de que, enquanto o Estruturalismo considera a língua uma entidade autônoma, um sistema que basta por si mesmo e o Gerativismo a trata como uma faculdade independente de quaisquer faculdades mentais, para a pesquisa do tema em questão, a Linguística Sistemática Funcional apresenta-se como linha teórica adequada, visto que, diferentemente do Estruturalismo ou do Gerativismo, busca compreender a relação entre linguagem e situação sociocomunicativa, linha teórica que poderá enriquecer nossas análises do *corpus* escolhido.

Vale ressaltar que o item conjuncional *como* é encontrado nos *corpora* analisados exercendo diversas funções. No entanto, interessa-nos investigar apenas duas delas, conforme já exposto: a de conjunção causal e conformativa. Essa multiplicidade de usos é comumente vista à luz da gramaticalização, processo em que muitos elementos ganham novas funções, perdem outras, ou até mesmo as acumulam, conforme ocorreu com o item em questão.

A escolha por essas duas matizes semânticas se deve ao fato de, primeiramente, o recorte deste trabalho contemplar apenas as causais; no entanto, no decorrer das análises, verificamos que o *como* encontrava-se em um dado estágio de seu processo de gramaticalização que nos permitia uma leitura causal e conformativa ao mesmo tempo, o que nos motivou à investigação dessa delimitação e dessa diferenciação, até mesmo porque, conforme verificaremos a seguir, a explicação do que seria uma conformidade se aproxima muito de uma relação de causa.

Com base nesses pressupostos, como objetivo geral, objetivamos estudar o conector *como* nas suas funções causal e conformativa em textos oficiais produzidos no estado do Paraná entre os séculos XVIII e XX. Dentre os objetivos específicos, interessou-nos:

- 1) buscar compreender o comportamento sintático-semântico manifesto por construções oracionais encabeçadas pelo item *como*, buscando identificar sua posição na estrutura oracional e a função a que se prestam os seus usos;
- 2) analisar as estruturas encabeçadas pelo item *como*, verificando como ocorre a representação da experiência, aspecto relacionado à semântica vocabular (função ideacional); a organização da interação, o que se liga à pragmática (função interpessoal); e os tipos de informações presentes nessas estruturas (dado/novo) e a motivação de seu uso (escusas, lembrete, explicação etc), sob a perspectiva dos estudos sistêmicos funcionais propostos por Halliday (1985);
- 3) analisar os subtipos de relações que as orações hipotáticas expressam



(reais, epistêmicas ou entre atos de fala), à luz dos estudos de gramaticalização, nos moldes de Sweetser (1990), para quem a mudança semântica de um dado elemento se realiza por meio de diferentes domínios conceituais: *do conteúdo* (sociofísico), *do epistêmico* (raciocínio lógico) e *do conversacional* (atos de fala).

Depois de levantadas as ocorrências dos itens *como* em suas funções causais e conformativas nos materiais que compõem os *corpora* de análise adotados neste trabalho, procuramos analisar as funções textuais e argumentativas a que se prestam seus usos, assim como buscamos verificar os limites que nos permitam diferenciar as nuances semânticas apresentadas pelos itens em questão.

No primeiro capítulo, é apresentada uma breve trajetória assumida pelos estudos linguísticos, ao ampliarem seu objeto de estudo da frase para o texto, para respaldar a escolha feita pela linha de pesquisa funcionalista como arcabouço teórico deste trabalho. Além disso, são expostos alguns conceitos teóricos da Gramática Sistêmico-Funcional desenvolvida por Michael Halliday, perspectiva adotada nas análises do *corpus*.

No capítulo II, são expostas algumas noções acerca do conceito de gramaticalização, tais como características, critérios e estágios de gramaticalização, assim como a delimitação do conceito com o qual trabalhamos. Neste capítulo, apresentamos ainda a estreita relação entre o modelo da Linguística Sistêmico Funcional de Halliday com os estudos propostos por Sweetser acerca da gramaticalização de estruturas causais sob a perspectiva dos domínios conceituais. Ainda apresentamos nesta etapa do trabalho a gramaticalização pela qual passou o conectivo *como*, assim como um aprofundamento nos tipos de relações que interessam a este trabalho: as funções causal e conformativa.

No terceiro capítulo, são apresentados os gêneros que constituem os *corpora* desta pesquisa – cartas, relatórios e mensagens oficiais – juntamente às suas características gerais.

No capítulo IV, são delimitados os documentos a serem analisados, juntamente com suas fontes e características específicas. Além disso, são

apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na composição e na realização da pesquisa assim como dos critérios de análise adotados para a quantificação dos dados.

No capítulo V, constam os resultados obtidos e uma discussão feita a partir desses dados.

Finalmente, no capítulo VI, apresentamos as considerações finais obtidas no trabalho.

## CAPÍTULO I

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, é apresentada uma breve trajetória das mudanças de perspectivas dos estudos linguísticos, ao ampliarem seu foco de estudo da frase ao texto. Além disso, são introduzidos alguns conceitos teóricos da Gramática Sistemática Funcional, bem como as justificativas para a escolha dessa perspectiva teórica na análise da funcionalidade do item linguístico *como* em textos oficiais de correspondência do estado do Paraná entre os séculos XVIII, XIX e XX.

#### **1. INTRODUÇÃO – DA FRASE AO TEXTO, DA FORMA À FUNÇÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PASSAGEM DOS ESTUDOS DA FRASE AO TEXTO E ACERCA DO FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO**

Ao longo do século XX, surgiram várias vertentes de estudos linguísticos que buscavam compreender aspectos da língua que ultrapassassem as análises em nível frasal, tal como previsto pelos estudos estritamente formais e estruturais, no sentido saussuriano, ou até mesmo pela proposta chomskyana, as quais, de modo geral, desprivilegiavam a linguagem em uso. Essas novas perspectivas, surgidas em meados do século XX, são vinculadas à noção de Linguística Discursiva, mediante o fato de voltarem suas atenções à compreensão de unidades superiores à frase. Assim seu objetivo passa a ser o estudo do texto, pois este é o modo pelo qual a língua se manifesta concretamente (PAVEAU & SARFATI, 2006).

Essa mudança de perspectiva ao se estudar o fenômeno da linguagem começa a ocorrer, de fato, entre os anos 50 e 60 do século XX, dando origem a diversas tendências que visavam a fugir da hegemonia proposta pelos estudos estruturalistas, sugerindo uma investigação da língua para a qual modelos

dicotômicos não são suficientes, visto a complexidade que a linguagem ganha quando em uso efetivo (MARCUSCHI, 2008). Isso não implica que o estruturalismo linguístico deva ser descartado, dando espaço apenas a estudos funcionalistas e discursivos<sup>1</sup>. O ideal é que diferentes formas de análise sejam usadas conjuntamente de modo a enriquecer a compreensão da língua.

Apesar disso, é conveniente ressaltarmos que o objetivo desta pesquisa não reside sobre uma análise do discurso como um todo. De fato, conforme será explanado adiante, interessa-nos analisar, sob a perspectiva do Funcionalismo Sistêmico-Funcional, as funções causais e conformativas assumidas pelo conector *como* em textos oficiais produzidos entre os séculos XVIII e XX.

A menção feita ao discurso, até o presente momento, justifica-se pelo fato de que, para embasarmos nossa pesquisa de cunho funcionalista, não podemos simplesmente considerar os dados com os quais trabalhamos independentes do texto e do contexto em que se materializam. Nas palavras de Naro,

Os dados do funcionalista são buscados NO discurso; são, portanto, concretos e contextualizados. Permitem a verificação empírica, a contagem de freqüências, a visão e o controle do contexto lingüístico anterior e posterior, e a correlação com variáveis sócio-culturais e pragmáticas. (1992, p.287)

Dessa forma, podemos verificar que a gramática funcionalista visa à compreensão da influência do discurso nas configurações sintáticas da gramática de uma língua, ou seja, o enfoque é dado à análise de expressões linguísticas com base em um contexto discursivo mais amplo, procurando aliar, de maneira produtiva, às informações gramaticais, também, as informações contextuais e cognitivas, detendo-se em considerar “apenas as informações de ordem discursiva que “literalmente” são codificadas na gramática de uma língua e, por

---

<sup>1</sup> É reconhecida a polêmica que permeia a distinção entre o que se entende por texto e por discurso, desse modo, apesar de o foco desta pesquisa não ser essa temática, convém apresentarmos a distinção proposta por Adam, para quem o discurso “é um enunciado caracterizável certamente pelas propriedades textuais, mas, sobretudo, como um ato de discurso realizado em uma dada situação (participantes, instituições, lugar, tempo)”; por sua vez, o texto, ao contrário do discurso, “é um objeto abstrato resultante da subtração do contexto operada sobre o objeto concreto”, qual seja, o discurso. Em uma fórmula resumida, tem-se: Discurso=Texto+condições de produção; Texto = discurso –condições de produção (*apud* PAVEAU & SARFATI, 2006, p.193).

sua vez, são relevantes em termos de estrutura morfossintática” (SOUZA, 2009, p.33).

Assim, o fato de privilegiarmos uma perspectiva funcionalista para análise não significa a desvalorização do papel desempenhado pelos estudos estruturalistas para o entendimento das línguas. Vale lembrar que, nas palavras de Marcuschi (2008, p.43), “a análise estrutural envolve questões de relevância funcional no sistema lingüístico e que a análise funcional revela estruturas de uso, de modo que em ambos há aspectos funcionais e estruturais”.

Retomando ao momento em que houve uma mudança nos estudos acerca da linguagem, podemos dizer que o principal motivo pelo qual a atenção passou a ser voltada ao texto se deve porque

tais estudos [a lingüística do texto] seriam, portanto, preciosos, pois a limitação à frase, neste domínio da constituição da significação, aparece como uma restrição prejudicial: [...] muitas ambigüidades potenciais da frase isolada não subsistem a um contexto mais amplo e, inversamente, outras ambigüidades são engendradas pela trama progressiva das significações no fio do texto. (CULIOLI *apud* PAVEAU & SARFATI, 2006, p. 192)

As restrições a que se refere Culioli não se limitam, porém, às ambigüidades textuais. Dentre as motivações que fizeram os linguistas terem como objeto de estudo o texto, podemos citar diversas brechas deixadas pelas gramáticas de frase, tais como: o tratamento concedido a fenômenos como “a correferência, a pronominalização, a seleção de artigos (definido ou indefinido), a ordem das palavras no enunciado, a relação tópico-comentário, a entoação, as relações entre sentenças não ligadas por conjunções” entre outros (FÁVERO & KOCH, 2000, p.12).

Consoante Conte (*apud* FÁVERO & KOCH, 2000, p.13), a passagem das teorias da frase ao texto podem ser identificadas em três etapas, não necessariamente cronológicas, mas diferenciadas pelo desenvolvimento teórico adotado em cada uma delas.

Na primeira fase, a análise é feita em nível transfrástico. Nesse momento, o texto é definido como uma “seqüência coerente de enunciados” (ISENBERG *apud* FÁVERO & KOCH, 2000, p.13), tendo como objetivo a verificação do modo como se estabelecem as relações referenciais entre os enunciados, ou seja, a coesão

textual. Para Harweg (*apud* FÁVERO & KOCH, 2000, p.13), linguista de linha estruturalista, os pronomes são os fatores de constituição textual, visto que são responsáveis por retomar qualquer expressão co-referencial, garantindo a articulação do texto. Consoante Fávero e Koch (2000), essa perspectiva é tida como um primeiro passo nos estudos sobre o texto, no entanto ainda é insuficiente como modelo teórico.

Um segundo momento almeja a construção de uma gramática textual. A ideia de texto que embasa esse período pode ser expressa nas palavras de Lang (1971, *apud* FÁVERO & KOCH, 2000, p.14) para quem o texto é “o resultado de operações de integração”, o qual ganha significação a partir do momento em que é considerado um todo, e não apenas a soma de suas frases. Tanto a produção de um texto quanto sua compreensão relacionam-se ao fato de que falante e ouvinte têm uma competência textual que lhes permite reconhecer um texto a partir das noções de coerência, de completude e de espécies de texto, aspectos a serem desenvolvidos como modelo teórico de uma gramática textual.

No entanto, conforme Marcuschi (2008, p.74), tal empreendimento seria impossível de se realizar, diante da incapacidade de se conseguir propor regras fixas para a *boa* produção de todos os tipos de gêneros textuais, para se atingirem efeitos de sentido determinados ou até mesmo para dar conta da sequenciação de conteúdos, pois, como se sabe, textos efetivos apresentam digressões e saltos temáticos perfeitamente compreensíveis em dados contextos.

O terceiro estágio, por sua vez, é conhecido pela busca às teorias do texto, momento em que este passa a ser estudado em seu contexto pragmático, levando-se em conta o seu conjunto de condições externas, que são as suas condições de produção, de recepção e de interpretação. No entanto, vale ressaltar que a pragmática passa a ser trabalhada, nesse estágio, ainda sob perspectivas diferenciadas.

Para Dressler (*apud* FÁVERO & KOCH, 2000, p.15), a análise da pragmática deve ser posterior à análise textual, apenas para dar conta da situação em que o texto é produzido. Já para Schmidt (*op. cit.*, p.15), a pragmática deve ser integrada à descrição linguística visto que, para o linguista, todo ato de comunicação é produzido em uma situação de interação social e, portanto, é influenciado pela situação comunicativa que o cerca. Dessa forma, a

competência comunicativa sobressai à noção de competência textual, porquanto não basta que os interlocutores reconheçam a textualidade e a completude de um texto, mas também que construam textos de maneira adequada à situação comunicativa em que fazem o uso da língua.

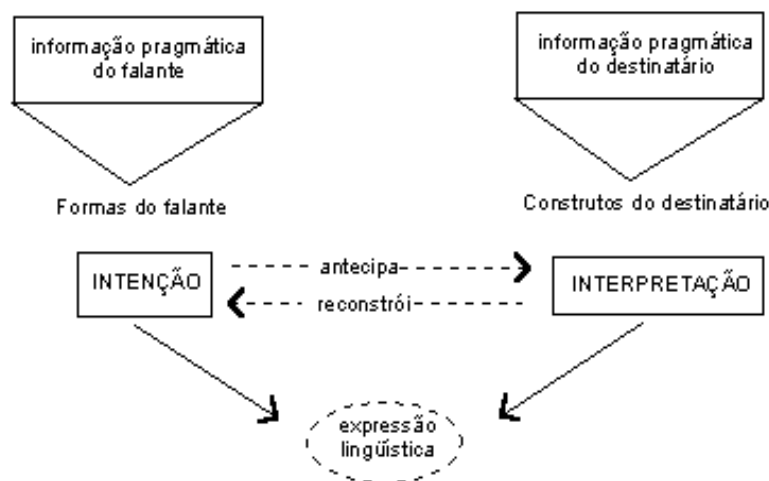
Oller (1972 *apud* FÁVERO & KOCH, 2000 p.16) também compreende que a pragmática deve se aliar à descrição linguística, e a língua, na linguística do texto, deve ser considerada sob três perspectivas complementares: a sintaxe, a semântica e a pragmática. Segundo o autor, no nível da sintaxe, ocorre o arranjo sintagmático dos elementos; na semântica, ocorrem as seleções paradigmáticas, as escolhas feitas pelos usuários da língua; por sua vez, a pragmática seria o nível que determina as escolhas sintáticas e semânticas feitas pelos interlocutores, as quais são influenciadas pelos conhecimentos prévios de que dispõem acerca do contexto comunicativo em que se encontram.

Tal perspectiva também é defendida por outros funcionalistas, tais como Givón (1984 *apud* NEVES, 2006) e Dik (1989 *apud* NEVES, 2006). Para Givón (1984 *op.cit.*), “a sintaxe é a codificação de dois domínios funcionais distintos: a semântica (proposicional) e a pragmática (discursiva)” (*apud* NEVES, 2006, p.16). Dik (1989 *apud* NEVES, 2006) defende que os estudos sintáticos e semânticos devem ser abarcados por uma teoria pragmática, para que seja considerada a interação verbal, visto que, para o funcionalismo, as expressões linguísticas são consideradas, por sua vez, instrumentos comunicativos utilizados pelos falantes para obterem seu propósito comunicativo, no jogo de interação verbal, e não como expressões isoladas com um fim em si mesmas:

Functional Grammar wishes to describe and explain natural languages in a way which is pragmatically and psychologically adequate. By pragmatic adequacy we understand the degree to which the linguistic description accounts for the fact that languages are used for communicative purposes in verbal interaction. By psychological adequacy we mean the degree to which the linguistic description is compatible with what is known about the mental process which are involved in the interpretation and the production of linguistic expressions. (DIK, 1981, p.409)

Dessa forma, o autor defende que a informação pragmática é de suma importância no processo de interação verbal, pois possibilita que o falante antecipe a interpretação que o destinatário fará de sua expressão linguística,

assim como permite que o destinatário reconstrua a intenção comunicativa do falante ao interpretar a expressão (DIK, *op. cit.*), conforme se pode verificar no seguinte quadro sobre o modelo de interação verbal proposto por Dik (1989):



**Figura 1:** Modelo de Interação Verbal (Fonte: ANTONIO, 2009, p. 64)

De modo geral, podemos dizer que, apesar de o funcionalismo apresentar diversas vertentes, todas elas têm uma preocupação em comum: “a de que uma análise linguística deve levar em conta a interação social, isto é, a consideração metodológica de que o componente discursivo apresenta um papel preponderante na gramática de uma língua”. (MUSSALIM & BENTES, 2004, p 176).

Assim, percebemos que a linguística, ao se voltar aos estudos do texto, vai gradualmente abrangendo seu objeto de estudo, necessitando, muitas vezes, de uma abordagem interdisciplinar, tratando de aspectos não só textuais, mas também cognitivos, sociais, históricos, culturais dentre outros. Isso se deve, em especial, ao momento que se convencionou chamar de “virada ou guinada pragmática” (MARCUSCHI, 2008, p.39) desencadeado pelos estudos filosóficos de Ludwig Wittgenstein e de John Austin, para quem a língua é ação. Assim a linguagem é analisada em situações concretas de uso, e não como um sistema abstrato, visto que a construção de sentido(s) muitas vezes é obtida no contexto, a partir da negociação, da interação e da cooperação construída entre interlocutores.

É nesse contexto e devido a essa ampla abordagem que se aliarão os estudos de natureza discursiva aos estudos funcionalistas, porque não se ocupam



apenas com aspectos meramente formais e estruturais, mas voltam sua atenção para “aspectos funcionais, situacionais e contextuais ou comunicacionais no uso da língua” (MARCUSCHI, 2008, p.27), perspectiva essa que vai ao encontro dos objetivos da presente pesquisa.

Assim, devido ao fato de não haver apenas uma única vertente linguística que se debruce sobre os estudos do texto, tais considerações são relevantes diante da noção de texto a ser empregada neste trabalho, qual seja a exposta por Beaugrande (1997, *apud* MARCUSCHI, 2008, p. 72), para quem “o texto é um evento comunicativo em que convergem ações lingüísticas, sociais e cognitivas”<sup>2</sup>. Acreditamos que essa definição de texto se articula com a noção de gramática funcional aqui adotada para a qual, vale retomar, é fundamental que as expressões linguísticas sejam analisadas “com base em um contexto discursivo mais amplo, procurando aliar, de forma produtiva, informações contextuais, gramaticais e cognitivas” (SOUZA, 2009, p.32).

Assim sendo, cabe à linguística do texto e à gramática funcional a compreensão do funcionamento da língua em uso<sup>3</sup>, em unidades significativas e contextualizadas conhecidas por textos, visto que a língua não funciona em unidades isoladas tais como fonemas, morfemas, palavras e frases soltas. Conforme Neves afirma, a relação entre essas áreas de estudo é de suma importância visto que

A proposta funcionalista de uma construção de sentido opera-se no fazer do texto, subordinando-se o exame das manifestações lingüísticas ao cumprimento das funções lingüísticas, por via da consideração dos propósitos que fundamentam os usos da linguagem (NEVES, 2006, p. 27).

---

<sup>2</sup> São diversas as noções de Texto encontradas nas diferentes vertentes da linguística que o consideram como objeto de análise. No entanto, enfatizamos que a definição escolhida para este trabalho se ancora na abordagem assumida neste estudo: uma linguística textual de base funcionalista, como será constatada ao longo do referencial teórico, visto que elencamos com objeto de análise um conjunto de gêneros textuais específico, relacionado à correspondência oficial, para analisarmos dois tipos de funcionalidade assumida pelo conector *como*: causa e conformidade.

<sup>3</sup> Devido à concepção de linguagem adotada neste trabalho, a qual trabalha com a língua em uso, apesar de nosso arcabouço teórico se fundamentar no Funcionalismo, não podemos deixar de considerar os estudos abarcados pela Linguística Textual, até mesmo porque seus fundamentos nos interessam à medida que nos aprofundamos na pesquisa sobre o gênero textual que constitui os *corpora* desta pesquisa, quais sejam as correspondências oficiais (cartas, relatórios e mensagens).

Ressaltamos, novamente, que a análise linguística estrutural não pode ser descartada, uma vez que será utilizada como propulsora da análise textual, em sentido mais amplo; assim uma análise sintática, morfológica e fonológica deve ser orientada discursivamente. Na verdade, a diferença reside na orientação em que se considera a língua. Para a linguística do texto, ao invés de se adotar uma perspectiva ascendente (da frase ao texto), privilegia-se uma abordagem descendente (do texto para a frase e, desta, para unidades menores).

As funções pragmáticas são responsáveis pela atribuição do estatuto informacional aos termos constituintes da predicação. Embora essas funções sejam aplicadas a elementos que compõem a cláusula, a determinação de seu estatuto depende da avaliação que o falante faz da informação pragmática do destinatário no momento da fala (ANTONIO, 2009, p. 65).

Antes de se introduzir o tema principal desta pesquisa que, como já exposto, consiste na investigação de duas funções assumidas pelo conector *como* no encadeamento enunciativo de Correspondências Oficiais e a sua possível gramaticalização, foi feito um aprofundamento nos estudos acerca da vertente funcionalista sistêmico-funcional, cujo principal representante é M.A.K. Halliday, visto que seus estudos são de grande valia aos estudos do texto. A escolha por esse modelo de funcionalismo pauta-se no fato de a gramática sistêmico-funcional permitir um profícuo movimento de exploração do texto, pois se interessa pelo modo como a estrutura linguística configura-se nos gêneros textuais em particular, pelo modo como se relaciona ao seu contexto de produção.

## **1.2. O Funcionalismo Sistêmico-funcional de Halliday**

Michael A. K. Halliday, nascido em 1925, em Yorkshire, Reino Unido, tem sido um dos linguistas mais influentes a partir da segunda metade do século XX. Seguindo a linha funcionalista de seu mestre, J. R. Firth (1890-1960), Halliday tornou-se um importante nome para os estudos funcionalistas da linguagem, visto que incorporou à análise linguística uma abordagem social, colaborando, junto a

outros linguistas, tais como Hasan, Matthiessen e Thompson, para o desenvolvimento da Linguística Sistêmico-Funcional (doravante, LSF).

Para Halliday (1979), a linguagem é vista como ação, pois, ao falar, o enunciador faz representações do mundo, dos demais indivíduos da sociedade e da própria linguagem. Tanto o sistema da língua influencia o social quanto este a influencia. Desse modo, a linguagem é entendida como uma semiótica social:

(...) o caso mais geral de um sistema semiótico é a linguagem (no sentido prototípico desse termo: uma linguagem natural, falada por adultos e aprendida como língua materna). Isso envolve um meio físico, um organismo biológico como transmissor/receptor e uma ordem social interativa. Tal sistema constitui, como o expressamos, uma teoria geral da experiência: com ela construímos nosso conhecimento de senso comum do mundo, 'a realidade' que reside ao nosso redor e dentro de nós (HALLYDAY & MARTIN, 1993 *apud* SANTOS, 2007, p.59)

A linguagem é um sistema social ou cultural e, ao estudá-la, ambos devem ser relacionados, pois o significado de qualquer texto depende do modo como ele é relacionado a algum texto ou evento. Dessa maneira, a linguística sistêmico-funcional ganha um estatuto de ciência social aplicada, porque se pauta na impossibilidade de se dissociar o significado da forma, o léxico da gramática.

Tal indissociabilidade revela a concepção de Halliday ao considerar a língua como uma rede sistêmica de significados. Assim, sua teoria é de base paradigmática, pois cada sistema consiste em um leque variado de possibilidades dadas ao falante, sobre o qual ele realiza suas escolhas para agir na sociedade, estabelecendo, desenvolvendo e mantendo relações sociais (SANTOS, 2007, p.60).

Halliday define sistema como

um conjunto de opções, um conjunto de possibilidades A, B ou C, juntamente com a condição de entrada. A condição de entrada estabelece o ambiente: no ambiente X, há uma escolha entre A, B ou C. A escolha é obrigatória; se as condições não existem, uma escolha deve ser feita. O ambiente é, de fato, uma outra escolha. (HALLIDAY, 1979 *apud* SANTOS, 2007, p.61)

Por conseguinte, podemos constatar que é o uso que cada falante faz da língua que acaba por modelar o sistema linguístico, o qual varia em diferentes

contextos sociais. O contexto social, portanto, determinará as escolhas efetuadas pelo falante. Esse conjunto de possibilidades, os paradigmas, constitui o *sistema* de uma língua, enquanto o modo como esses elementos se organizam no eixo sintagmático corresponde à sua *estrutura*. O conjunto de sistemas e de estruturas constitui uma rede semântica (*network*) que vai sendo formulada à medida que o locutor “constrói seu caminho paradigmático na rede, segundo o contexto imediato da situação e aquele, mais amplo, da cultura a que pertence” (PAVEAU & SARAFATI, 2006, p.140).

Os significados acabam sendo, portanto, definidos e delimitados conforme os propósitos comunicativos dos interlocutores, e as variações ofertadas pelo sistema da linguagem ajudam na construção de sistema semântico de possibilidades.

O aspecto social torna-se importante, pois o contexto limita e define as escolhas e as operações linguísticas do falante. Como a compreensão de um fenômeno para a LSF não se apega somente à determinação do modo como algo é estruturado, mas busca mostrar como está relacionado a outras coisas, ou seja, qual é o seu padrão de relações sistêmicas, a explicação do uso deve ser buscada no contexto em que o processo comunicativo se realiza. Vistos dessa maneira, podemos dizer que a linguagem e o contexto são interdependentes:

a natureza da linguagem está intimamente relacionada com as demandas que fazemos a ela, as funções que ela tem de servir. Em termos mais concretos, essas funções são específicas de uma cultura (HALLIDAY 1970 *apud* SANTOS, p. 64)

Ao se estudar a linguagem em uso em um dado contexto, portanto, acabamos também por compreender a cultura de uma dada sociedade:

Usamos a linguagem para fazer sentido de nossa experiência e para por em prática nossas intenções com outras pessoas. Isto significa que a léxico-gramática (ou gramática apenas) tem de interfacear com o que está fora da linguagem, ou seja, com os acontecimentos e condições do mundo e com os processos sociais em que nos engajamos. Ao mesmo tempo, a gramática tem de organizar a construção da experiência e da atuação nos processos sociais de forma que possam ser transformados em fraseados (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004 *apud* SANTOS, 2007, p.64)

Dentro dessa perspectiva, percebemos a importância atribuída à noção do uso, ou seja, à função a que os enunciados se prestam:

No seu sentido mais simples, o termo 'função' pode ser entendido como um sinônimo para a palavra *uso*. (...) as pessoas fazem diferentes coisas com a linguagem; ou seja, elas esperam atingir, através da fala e da escrita, do ato de ouvir e da leitura, um grande número de diferentes objetivos e propósitos. (HALLIDAY & HASSAN, 1985, p.15 *apud* CALDEIRA, 2006, p.38).

Além disso, podemos perceber que função também pode ser entendida de uma forma simples, equivalendo à noção de uso, ou mais complexa, que não como um mero sinônimo de uso:

Em todas essas interpretações de funções da linguagem, nós podemos afirmar que *função* se iguala a uso: o conceito de função é sinônimo de uso. Porém, a fim de aprofundar nossas próprias investigações, devemos dar um passo à frente: ao patamar onde as variações funcionais não são apenas interpretadas como variações no uso da língua, e sim como algo que é inerente e fundamental à organização da língua, e, particularmente, à organização do sistema semântico.

Em outras palavras, *função* será interpretada não apenas como *uso da língua* mas como uma propriedade fundamental da língua, algo que é essencial para a evolução do sistema semântico (HALLIDAY & HASSAN, 1985, p.17 *apud* CALDEIRA, 2006, p.38)

Assim, todo texto apresenta componentes funcionais os quais Halliday divide em três metafunções: a ideacional, a interpessoal e a textual. Para o autor, a linguagem é organizada, funcionalmente, em torno dessas três metafunções, as quais são complementares e relacionam o plano semântico-discursivo da língua com a léxico-gramática.

### 1.2.1. Metafunção ideacional

A metafunção ideacional é o componente da linguagem que representa a experiência e a visão que o falante tem da realidade. Ela diz respeito ao modo

como essa experiência interna e externa ao falante pode ser construída por meio da linguagem em termos lógicos. De acordo com Thompson (2004), a linguagem

contém um conjunto de recursos para referir-se a entidades no mundo e às formas nas quais essas entidades atuam ou relacionam-se umas com as outras. No nível mais simples, a linguagem reflete nossa visão de mundo consistindo de 'acontecimentos' (verbos), envolvendo coisas (substantivos) que podem ter atributos (adjetivos) (THOMPSON, 2004 *apud* SANTOS, 2007, p.92).

Dessa forma, percebemos que a linguagem é vista como meio de representação das experiências do falante e, no âmbito da função ideacional ou experiencial, refere-se ao que está acontecendo no mundo, ordenando “nossa experiência da realidade quando desejamos transformá-la em significado” (HALLIDAY, [1979] 2002 *apud* SANTOS, 2007, p.92). Para o linguista, a metafunção ideacional seria responsável pela

expressão lingüística da experiência do falante do mundo externo, incluindo o mundo interno de sua própria consciência – suas emoções, percepções etc. Esse componente da gramática fornece um modelo conceitual para a codificação da experiência em termos de processos, objetos, pessoas, qualidades, estados, abstrações e relações; por vezes, é denominado 'cognitivo' e significado experiencial como 'significado cognitivo', embora (...) todos os componentes supõem um nível cognitivo de organização. O termo 'experiencial' torna claro que a função subjacente é vista não como a expressão da 'realidade' ou 'o mundo externo', mas como a expressão dos padrões de experiência; o conteúdo dado para um enunciado por essa porção do sistema da linguagem derivar da experiência compartilhada daqueles que participam na situação discursiva (HALLIDAY, 1968 *apud* SANTOS, p.92).

Como a metafunção ideacional relaciona-se ao modo como as experiências dos falantes são codificadas e ao modo como a linguagem é utilizada para representar essas relações lógicas, ela subdivide-se em duas: a função experiencial e a função lógica (HALLIDAY, [1979] 2002, p.198-199; HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004 *apud* SANTOS, p.91):

a **experiencial** onde representamos a experiência 'diretamente' em termos de acontecimentos (ações, eventos, estados, relações), entidades que participam nesses acontecimentos (pessoas, objetos animados e inanimados, instituições,

abstrações) e figuras circunstanciais (extensão, localização, tempo e espaço, causa, modo etc); a **lógica**, onde representamos a experiência 'indiretamente' em termos de determinadas relações lógicas fundamentais na linguagem natural – 'e', 'digamos', 'é subcategorizado como' etc. – as quais não são as da lógica formal, mas as que a partir das operações da lógica formal são basicamente derivadas.

Assim, primeiramente, a função experiencial realiza-se, no âmbito léxico-gramatical, no Sistema de Transitividade oracional, e a oração é a estrutura capaz de representar o real, e, diante dessa concepção, seu significado ideacional é codificado por meio de processos, de participantes nele envolvidos e de circunstâncias àqueles associadas. Nesse sentido, nesse nível são especificados os papéis, tais como ator, meta, beneficiário etc. Esses elementos oracionais se articulam de modo interdependente, constituindo uma rede sistêmica de relações sintagmáticas e paradigmáticas.

Os processos são codificados por meio do Grupo Verbal, o qual ocupa uma posição nuclear na oração, porquanto é a partir dele que são definidos os tipos de participantes (actantes) envolvidos no processo. Por sua vez, os participantes são tipicamente realizados pelo Grupo Nominal e definidos, como apresentado anteriormente, a partir do verbo que estende aos elementos à sua esquerda (Participante 1) e à sua direita (Participante 2); por sua vez, os circunstanciais são expressos pelo Grupo Adverbial ou Sintagma Preposicional e indicam as condições em que os processos ocorrem (tempo, modo, espaço e outros, dentre os quais nos interessam as circunstâncias de causa e de conformidade neste estudo).

Além da função experiencial, a metafunção ideacional subdivide-se, também, na função lógica, a qual é expressa, em nível léxico-gramatical, por meio da Taxis, ou seja, por meio das relações estabelecidas entre as orações – parataxe ou hipotaxe – sendo que esta se divide em termos de expansão ou de projeção, conforme veremos em seguida.

Primeiramente, convém abordarmos o fato de que Halliday (1985) investiga as sentenças complexas a partir de dois eixos: o tático e o lógico-semântico. Nas palavras de Carvalho (2004, p.13), o eixo tático “tem a ver com a relação de interdependência entre os elementos (os quais podem ser palavras, sintagmas ou cláusulas)”. Sendo assim, trata-se do nível em que se considera a parataxe e a

hipotaxe. A parataxe corresponde à relação estabelecida entre elementos de igual estatuto, enquanto na hipotaxe essa relação é estabelecida entre elementos de estatutos diferentes, um termo como o dominante e outro dependente a ele. Por sua vez, o eixo lógico-semântico diz respeito “às relações semântico-funcionais que se podem verificar entre cláusulas que integram frases complexas” (*op.cit.*), podendo ser de expansão ou de projeção, as quais se subdividem da seguinte maneira:

A **expansão** de uma oração primária pela secundária pode se dar por: (a) elaboração (quando esse último tipo de oração constitui uma paráfrase, um comentário ou uma justificativa, por exemplo); (b) extensão (quando uma sentença secundária exprime uma adição, uma exceção ou uma alternativa); ou (c) realce (quando a sentença secundária indica uma circunstância de lugar, tempo causa, condição, finalidade etc.). A **projeção** de uma oração primária pela secundária pode gerar uma idéia (construções de significados) ou uma locução (construções de palavras). (CARVALHO, 2004, p.13)

Diante dessas considerações, a frase complexa é aquela na qual se desenvolve mais de um núcleo predicativo, e as orações dependentes do núcleo oracional são consideradas sob uma perspectiva que leva em conta os graus de dependência e de encaixamento entre as orações, conforme proposto por Hopper & Traugott (*in* NEVES, 2002, p.171):

<b>Parataxe</b>	<b>&gt;</b>	<b>Hipotaxe</b>	<b>&gt;</b>	<b>Subordinação</b>
- dependência		+ dependência		+ dependência
- encaixamento		- encaixamento		+ encaixamento

Quadro 1: Graus de dependência e encaixamento entre orações.

A conjunção desses traços é especialmente pertinente diante da necessidade de se considerar o conjunto de aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos presentes na construção de enunciados reais da língua. Sob a perspectiva funcionalista, são diversos os estudiosos<sup>4</sup> que buscam investigar a

<sup>4</sup> Dentre eles, podemos citar, Halliday (1985), Metthiessen e Thompson (1988), Hopper e Traugott (1993), Neves (1999), Decat (1999), entre outros (*in* CARVALHO, 2004).



complexidade existente nos processos de articulação sintática dos quais a simples divisão entre coordenação e subordinação não dá conta.

Como foram foco de nossa pesquisa as orações hipotáticas causais e conformativas, aquelas que apresentam traços de + dependência e – encaixamento, convém que se faça uma breve explanação acerca de algumas de suas características relevantes a nossa pesquisa.

De acordo com Halliday (1985 *in* CARVALHO, 2004), cláusulas interligadas por relações circunstanciais de causa e de conformidade são denominadas hipotáticas, pois não funcionam como constituintes de outra oração tanto na forma de argumentos quanto de modificadores; são, portanto, encaixadas. A partir do eixo lógico-semântico, as orações hipotáticas em questão se relacionam a outras orações por meio de um processo de expansão por realce, visto que introduzem informações circunstanciais consideradas importantes pelo falante à organização retórica de seu discurso, daí ela ser + dependente.

Segundo Decat, as sentenças hipotáticas são aquelas que, “caracterizando-se como opções de que vale o falante na organização de seu discurso, constituem, elas mesmas, unidades de informação à parte” (1999, p.26). Desse modo, a articulação hipotática, antes mesmo de assumir funções gramaticais, revela funções de organização discursiva, sinalizando informações quanto à estrutura do discurso ou quanto à articulação do falante com o contexto, conforme verificaremos nas cartas, relatórios e mensagens a serem analisados.

Para Hopper e Traugott (1993 *in* CARVALHO, 2004), a sentença complexa é aquela na qual se verifica mais de uma cláusula, havendo uma ‘nuclear’ e outras ‘nucleares ou marginais’. Assim, no processo de hipotaxe, ocorre uma relação de interdependência entre uma cláusula núcleo e uma ou mais cláusulas marginais, as quais são relativamente dependentes da nuclear, mas não se ligam a ela como sua constituinte.

As orações selecionadas para análise desta pesquisa se enquadram nas hipotáticas de realce, porque introduzem circunstâncias sobre as quais ocorrem a(s) ação(ões) expressa(s) em cláusulas nucleares<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Devido ao fato de as frases que constituem nossa base de análise serem longas e apresentarem diversas inversões e encaixamentos, optamos pela apresentação de um fragmento de texto que seja suficiente para que seu sentido não seja prejudicado.

### 1.2.2. Metafunção Interpessoal

Por sua vez, a Metafunção Interpessoal diz respeito à interação entre falantes e às suas formas de ação em sociedade, considerando que os recursos linguísticos permitem que os falantes desempenhem determinados papéis sociais e discursivos, estabelecendo, mantendo ou alterando as relações interpessoais. Para Halliday ([1970] 2002 *in* SANTOS, 2007, p.99), a metafunção interpessoal

expressa a intromissão do falante no evento discursivo: suas atitudes, avaliações e julgamentos; suas expectativas e demandas; e a natureza da troca durante sua atuação – o papel que ele assume para si no processo de comunicação, e o papel, ou melhor a escolha do papel, que ele está atribuindo ao ouvinte.

Visto que o objetivo final da comunicação é a permuta de significados, podemos constatar que a oração é entendida como troca de informações, interação entre os falantes. Ao codificarem a mensagem, os interlocutores constroem e assumem papéis, revelando atitudes sobre o tema abordado, ou seja, o locutor assume um papel discursivo e também constrói o de seu ouvinte. Assim a natureza do meio de transmissão da mensagem diz respeito ao Sistema de Modo, nível no qual são definidos os seguintes elementos: sujeito, predador, complemento, finitude etc.

Segundo Halliday (1985), no intercâmbio comunicativo, os falantes podem realizar trocas de bens e serviços ou de informações. Na primeira situação, a linguagem é utilizada como instrumento de ação, portanto mais concreta, pois objetiva atingir um determinado fim ou influenciar um dado comportamento no interlocutor, por meio de duas ações discursivas fundamentais: a oferta e a ordem. Por sua vez, a troca de informações refere-se apenas ao âmbito da linguagem e diz respeito à exposição de informações declarativas ou interrogativas. Nesse aspecto, a linguagem “torna-se algo que pode ser questionado – algo que pode ser afirmado ou negado e também duvidado, insistido, aceito com reservas, qualificado etc” (Halliday, 1985 *apud* SANTOS, 2007, p.100).

### 1.2.3. Metafunção Textual

A metafunção textual, por seu turno, é concernente ao modo como os recursos linguísticos criam um texto, organizam seu fluxo informacional e apresentam os significados ideacionais e interpessoais, de maneira a fazer que a produção textual, falada ou escrita, seja estruturada de forma coerente e coesa, oferecendo estratégias que guiem o receptor em sua interpretação. De acordo com Halliday, “o sistema semântico capacita o falante para estruturar significado como texto, organizando cada elemento como uma informação e relacionando-a significativamente ao que veio antes”. (HALLIDAY [1970] 2002; HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004 *apud* SANTOS, 2007, p.103)

Essa metafunção diz respeito à função linguisticamente intrínseca e concretiza-se, a nível léxico-gramatical, na estrutura temática da oração. Desse modo, a metafunção textual está ligada ao fluxo de informação e à organização da textualização. A codificação da mensagem relaciona-se ao Sistema de Tema/Rema, por meio do qual se reflete a relevância da posição que uma dada informação ocupa na estrutura oracional.

O Tema é o primeiro elemento da oração, entendido, portanto, como ponto de partida para a elaboração da mensagem, concentrando as informações dadas, ou seja, de baixa informatividade. A escolha das informações que ocuparão o papel de Tema é de fundamental importância para que se entenda o modo como o discurso é organizado. O Rema, por sua vez, corresponde à informação responsável pelo desenvolvimento do Tema, ou seja, nele se apresentam as informações novas cujo grau de informatividade é alto.

Nas palavras de Ilari (1986 *in* CASTILHO, 2007,p.116),

toda oração serve para realizar duas ações básicas e irreduzíveis, que descrevemos na linguagem de todos os dias mediante os predicados ‘falar de’ e ‘dizer que’: o primeiro desses predicados capta o papel de tópico (= Tema), e o segundo o papel de foco (= Rema).

Dessa forma, cada oração pode ser dividida em duas partes: a primeira, denominada Tema, na qual são apresentadas informações que se caracterizam como contexto informacional para que o leitor compreenda aquilo que será dito posteriormente, ou seja, a informação nova denominada Rema.

O Tema pode ser composto tanto por informações que são comuns ao conhecimento dos interlocutores e, portanto, partilhadas, como por aquelas que já foram previamente apresentadas, recuperáveis pelo contexto. Por sua vez, o Rema expressa informação desconhecida pelo ouvinte, sendo o seu conteúdo o real objetivo da comunicação, o que confere a ênfase atribuída a um dado tipo de informação.

Como exposto, os significados da língua são estruturados, para Halliday, em torno dessas três metafunções, as quais ocorrem concomitantemente e são interdependentes. A segmentação apenas se faz necessária como uma metodologia estrutural de reconhecimento das camadas simultâneas que constroem a estrutura oracional.

De modo geral, as considerações apresentadas acerca das Metafunções propostas por Halliday podem ser resumidas no seguinte quadro:

<b>Função</b>	<b>Organização</b>	<b>Sistema</b>
Ideacional	Dos significados da experiência	Transitividade (ator, meta, beneficiário etc)
Interpessoal	Dos significados da interação	Modo (sujeito/predicador/complemento/finitude)
Textual	Dos significados informativo-textuais	Tema, Informação e Coesão (tema/rema, dado/novo)

Quadro 2: Metafunções de Halliday (2004).

De fato, como o interesse deste trabalho assenta-se nos estudos acerca das funções causal e conformativa assumidas pelo conector *como*, interessa-nos, mais adiante, os processos explicitados pelas estruturas oracionais encabeçadas por ele, levando-se em consideração o modo como ocorre a representação da experiência, aspecto relacionado à semântica vocabular (função ideacional); a organização da interação, o que se liga à pragmática (função interpessoal); e os tipos de informações presentes nessas estruturas (dado/novo) e a motivação de seu uso (escusas, lembrete, explicação etc)

Como o estudo desenvolvido partiu, primeiramente, da análise do *como* no nível textual, convém, portanto, que se aprofundem algumas noções acerca da coesão textual, dentro da perspectiva do texto, a começar pelas propostas de Halliday e dos demais autores vinculados à sua linha de pesquisa.

## CAPÍTULO II

### GRAMATICALIZAÇÃO E SEUS POSTULADOS TEÓRICOS

Neste capítulo, são expostas algumas noções acerca do conceito de gramaticalização, a estreita relação entre o modelo da LSF de Halliday com os estudos propostos por Sweetser (1990) acerca da gramaticalização de estruturas sob a perspectiva dos domínios conceituais, assim como a gramaticalização pela qual passou o conectivo *como* e os tipos de relações que interessam a este trabalho: as funções causais e conformativas assumidas pelo conector.

#### 2. INTRODUÇÃO – GRAMATICALIZAÇÃO: PROCESSO PROPULSOR DE MUDANÇAS LINGUÍSTICAS

O conceito de gramaticalização foi primeiramente considerado por Meillet (1912), para quem, diacronicamente, as palavras podem passar por um processo de transição, por meio do qual um item lexical pode passar a exercer funções mais gramaticais.

Esse processo de transformação da língua motivado por necessidades discursivas é conhecido como gramaticalização, conceito cuja definição e nomenclatura<sup>6</sup> podem encontrar variantes na literatura sobre o assunto. Conforme Poggio (2002, p. 60), dependendo da época e da perspectiva assumida, a noção de gramaticalização pode ser dividida em três grupos, conforme apresentados a seguir.

No primeiro, que vai até 1970, encontram-se os estudos de J. Kurylowicz, G. Sankoff e J. Bybee, para os quais a gramaticalização, ao trabalhar no nível do léxico e da gramática, é consequência de alterações morfológicas. Nesse momento, o processo de gramaticalização implica a transição gradual de um termo outrora autônomo a um termo com caráter gramatical.

---

<sup>6</sup> Dentre a terminologia encontrada para se referir a esse processo, podem-se citar “gramaticização / gramatização / gramaticalização / apagamento semântico / condensação / enfraquecimento semântico / esvaimento semântico / morfologização / reanálise / redução / sintaticização”. (POGGIO, 2002, p.59)

Em um segundo instante, posterior aos anos 70, destacam-se as ideias de T. Givón, C. Li, S. Thompson, J. Dubois e P. J. Hopper. Nesse período, o discurso pragmático acabou por influenciar os estudos linguísticos, conforme visto anteriormente, fazendo, inclusive, que a gramaticalização deixasse de ser vista como “uma reanálise do material léxico para o material gramatical, mas passasse a ser entendida também como reanálise dos moldes do discurso para os moldes gramaticais” (POGGIO, 2002, p.60).

Alongside the lexical item > morpheme tradition which derives from Meillet, there has been a more recent tradition associated with Talmy Givón, Charles Li, Sandra Thompson and others that focuses on the “packaging” of discourse and evolution of syntactic and morphological structure through fixing of discourse strategies. (TRAUGOTT & HEINE, 1991, p. 2-3)

Nesse contexto, Givón sugere um ciclo representativo do fluxo diacrônico pelos quais passam os mecanismos linguísticos – Discurso > Sintaxe > Morfologia > Morfofonêmica > Zero –, apresentando, primeiramente (1971), o slogan de que “a morfologia de hoje é a sintaxe de ontem e, posteriormente (1979), de que a sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem” (*apud* CASTILHO, p.33).

Um terceiro estágio, por sua vez, mais recente, mas que não descarta os estudos anteriores, é caracterizado pela influência de estudos cognitivistas, desenvolvidos por E. Sweetser (1988), Lakoff (1980), Heine, Claudi e Hünemeyer (1991 *apud* POGGIO, 2002) entre outros. Nessa linha, defende-se que a gramaticalização é um processo externo à língua, relacionado a mudanças semânticas pertencentes ao domínio cognitivo, apesar de, entre os teóricos, haver diferenças ao se considerar essas alterações (redução, ampliação, extensão semântica) e o modo como deva ser feita a análise (sincronicamente ou diacronicamente)<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Apesar de até os anos 70 a gramaticalização ter sido considerada sob uma perspectiva diacrônica, por estar associada ao estudo evolutivo e histórico de uma determinada língua, após essa data, passa a haver uma admissão da análise sincrônica, que, para Hopper e Traugott (1993 *apud* NEVES, 1997, p.118), permite o estudo do fenômeno *do ponto de vista de padrões fluidos de uso linguístico*, investigando-se a linguagem em uso nos mais variados contextos pragmático-discursivos. Embora esse tenha sido um ponto em desacordo entre vários linguistas, atualmente, a gramaticalização tem sido considerada sob um ponto de vista pancrônico, em que se aliam as duas perspectivas, viés com o qual trabalharemos nesta pesquisa.

De modo geral, os processos de gramaticalização revelam a não-estabilidade da língua, o que leva Hopper (1987) a sugerir a noção de “gramática emergente”, defendendo que a “gramática de uma língua natural nunca está completa” (CUNHA *et al.*, 2003, p. 50), pois está sujeita às pressões cognitivas e de uso, condições reais de produção que acabam por determinar a utilização das expressões linguísticas.

Segundo Castilho (2001), ao se considerar a transição de itens lexicais a itens mais gramaticais, pode-se perceber que o processo de gramaticalização apresenta estágios motivados pelo que ele denomina de gatilho cognitivo. Para o autor,

(...) de um ponto de vista cognitivista, a gramaticalização é a codificação de categorias cognitivas em formas lingüísticas, aí incluídas a percepção do mundo pelas diferentes culturas, a representação do corpo humano nas línguas, o papel da visão, do espaço e do movimento. (*op.cit.*, p.45)

Por sua vez, Lakoff e Johnson (1980, *apud* POGGIO, 2002, p.62) defendem uma visão localista, afirmando que o sistema conceitual humano se vale de metáforas que partem de conceitos espaciais simples, derivados da experiência humana.

Esse processo metafórico, que parte de conceitos mais concretos a mais abstratos, também é sustentado por B. Heine, U. Claudi e F. Hünemeyer (1991, *op.cit.*), os quais apresentam a seguinte cronologia imbricada ao processo de gramaticalização: Pessoa > Objeto > Atividade > Espaço > Tempo > Qualidade, adotando uma perspectiva unidirecional, a qual ocorre sempre da esquerda para a direita.

A questão da unidirecionalidade na gramaticalização é outro ponto que revela divergência de opiniões. Para Heine *et alii* (1991 *apud* NEVES, 1997, p. 120), tanto se pode ter como ponto de partida um elemento lexical, o qual passa a ter função gramatical, como o contrário. Lichtenberk (1991), por sua vez, por exemplo, defende que, além de um morfema lexical evoluir a um morfema gramatical, ele pode também assumir novas propriedades, mudando sua categoria:



As linguistic elements acquire new properties, they become members of other categories. Categorical reanalysis is, of necessity, abrupt. One and the same element cannot be simultaneously a member of two distinct categories (cases of inclusion apart) (LICHTENBERK *apud* TRAUGOTT & HEINNE, 1991, p. 38-39)

Apesar disso, a grande maioria dos linguistas e dos estudos sobre o assunto revela a unidirecionalidade como uma característica básica do processo, a qual não pode ser revertida, visto que, primeiramente, ocorre desvio funcional (semântico ou conceitual) para, posteriormente, poder ocorrer um desvio morfossintático e, em última instância, para que ocorra uma mudança em nível fonético (HEINE & REH, 1984 *apud* NEVES, 1997, pp. 121-122).

Heine *et alii* (*op cit.*, p. 121) sustentam as seguintes características do processo de gramaticalização com base na unidirecionalidade:

- a) “precedência do desvio funcional (conceptual ou semântico), sobre o formal (morfossintático e fonológico);
- b) descategorização de categorias lexicais prototípicas;
- c) possibilidade de recategorização, com restabelecimento da iconicidade entre forma e significado;
- d) perda de autonomia de um elemento (uma palavra autônoma passa a clítica, um clítico passa a afixo.”

Tal fator faz que um item em gramaticalização sofra alterações gradualmente, partindo do menos ao mais gramaticalizado, o que leva Hopper (1991) a sugerir cinco princípios que regem tal processo:

- 1) Estratificação: coexistência de formas diferentes para codificar significado similar, fazendo que surjam novas camadas, as quais passam a conviver com as velhas, sem que estas sejam descartadas.

This formal diversity comes about because when a form or a set of forms emerges in a functional domain, it does not immediately (and may never) replace an already existing set of functionally equivalent forms, but rather the two sets of forms co-exist. (HOPPER, 1991, p.22-23)

Um exemplo disso, dado por Hopper (1991, p.23), é o caso dos tempos e aspectos verbais na língua inglesa, em que a marcação de passado por meio da alternância vocálica, conforme ocorre em *drive/drove*, coexiste com uma regra mais recente em que o passado é marcado pelo sufixo [t] ou [d], como ocorre em *notice/noticed*.

2) **Divergência:** corresponde à bifurcação de um item, pois, quando se gramaticaliza em clítico ou afixo, a forma original permanece autônoma, podendo sofrer alterações como as demais formas. “The principle of Divergence results in pairs or multiples of forms having a common etymology, but diverging functionally” (*op.cit.*, p. 24). Além disso, Hopper (1991) defende que a divergência é aplicada a casos em que um item se torna gramaticalizado em um determinado contexto, não ocorrendo o mesmo em outro.

For example, by a well described sequence of events, the Latin verb *habere* became a future tense suffix in modern French, yielding *je chanterai* ‘I shall sing’ out of (*ego*) *cantare habeo* ‘I have to sing’; it also became the Modern French lexical verb *avoir* ‘to have’. But *avoir* itself came to be an auxiliary verb of the perfect in *j’ai chanté* ‘I sang, have sung’. Thus *j’ai* is grammaticized as a tense-aspect auxiliary beside the ungrammaticalized lexical verb *j’ai* ‘I have (divergence), but it also constitutes a secondary layer of grammaticalization, being a periphrastic perfect tense-aspect marker beside the older, suffixal future *-erai* (HOPPER, 1991, p. 25)

3) **Especialização:** refere-se à redução da possibilidade de escolhas de formas com diferentes nuances semânticas, levando um item à obrigatoriedade por assumir um significado mais amplo.

A well-known example of specialization is that of negation in Modern French, exemplified in:

(10) *Il ne boit pas de vin* «‘He doesn’t drink wine’

In the ordinary negative clause, the verb is straddled by two negators, *ne* preceding the verb and *pas* following it. *Pas* is also general negative particle, for example in *pas beaucoup* ‘not much’, and so on. Historically the original negator was *ne*, and nouns like *pas* ‘step, pace’ could reinforce the negation. It can be assumed that the reinforcing noun was once tailored to the nature of the verb; thus verbs of motion could be reinforced with *pas* (‘he doesn’t go a step’), verbs of giving and eating with *mie* ‘crumb’

(‘he didn’t eat a crumb; he didn’t give a crumb’), and so on (HOPPER, 1991, p. 26)

4) Persistência: permanência de vestígios do significado e da função original no item gramaticalizado:

O estudo de Braga & Omena (1996), sobre a alternância entre das formas a gente x nós, é um bom exemplo para ilustrar o princípio de descategorização de Hopper. De acordo com as autoras, no estágio mais gramaticalizado, a forma a gente tende a levar o verbo para terceira pessoa do singular (incluindo a variação “a gente vamos”), comportando-se, dessa forma, claramente como um pronome. Nesse caso, verifica-se a passagem do item “gente”, proveniente de uma categoria maior (constituída por nomes e verbos), para uma categoria menor, formada por auxiliares, preposições, conjunções e pronomes (SOUZA, 2009, p. 86).

5) Descategorização: trata-se da “diminuição do estatuto categorial de itens gramaticalizados” (NEVES, 1997, p.125.) e consequente perda de autonomia discursiva, fazendo que formas plenas (nomes e verbos) percam suas propriedades morfológicas e sintáticas, assumindo características de categorias secundárias (adjetivo, particípio, preposição etc.), conforme ocorre na seguinte construção, em que o nome aparece em uma posição secundária, como a ocupada por advérbios e pronomes:

(19) *Our thanks were accepted by the mayor – thanks to this generosity*

(20) *His face was pale – in (the) face of these new demands*

De acordo com Neves (1997), a motivação para que um item se gramaticalize está relacionada às necessidades comunicativas e cognitivas do falante para as quais o material linguístico existente não se faz satisfatório, levando ao surgimento de novas acepções a um dado item, sem que, necessariamente, haja o desaparecimento da forma velha.

Na trajetória de deslizamento, dois processos importantes se verificam: o metafórico e o metonímico. O primeiro, um processo de transferência semântica, em que uma forma ou construção passa a ser usada para representar um significado estreitamente relacionado com o significado que, anteriormente possuía. De acordo com esse conceito, segundo Votre (1992), “a linguagem atual

é essencialmente metafórica, no sentido de que quase nunca se criam novas formas, mas novos significados estão sendo continuamente criados para formas já disponíveis na língua". (*apud* BARRETO, p.181)

Por sua vez, Lichtemberk (1991) cita que, como consequência, ocorrem mudanças gramaticais e morfossintáticas na linguagem. Para o autor, as consequências prototípicas são três: a emergência de uma nova categoria gramatical, a perda de uma categoria gramatical já existente e a mudança no conjunto de membros pertencentes a uma dada categoria gramatical.

Nesta pesquisa, em especial, interessa-nos aprofundar algumas propostas acerca de gramaticalização, nos moldes de Sweetser (1990), para quem a mudança semântica de um dado elemento se realiza por meio de projeções metafóricas, isto é, mediante uma transferência conceptual que aproxima domínios cognitivos diferentes, o que envolve a abstratização de significados (a forma como os seres humanos compreendem e conceituam o mundo que os cerca). Para a autora, a mudança semântica de um dado elemento realiza-se por meio de diferentes domínios conceituais: do *conteúdo* (sociofísico), do *epistêmico* (raciocínio lógico) e do *conversacional* (atos de fala).

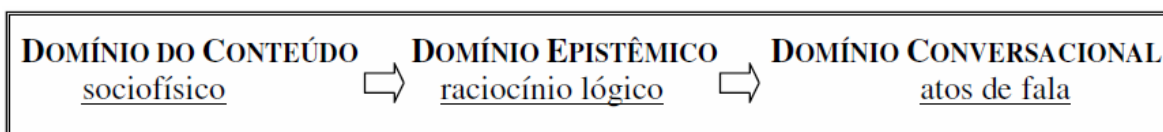
## **2.1. Gramaticalização de estruturas causais sob a perspectiva dos domínios conceituais propostos por Sweetser**

A pesquisa desenvolvida por Sweetser (1990) ganhou relevância entre os estudos acerca da gramaticalização devido à perspectiva cognitiva adotada pela autora, para quem o modelo de cognição humana relaciona-se com o funcionamento da linguagem, o que a leva a propor um modelo cognitivo do significado, o qual se divide em três áreas principais, a saber: a mudança semântica, a polissemia e a noção de ambiguidade pragmática. Segundo Souza (2009),

A variação de significado nessas três áreas representa mais de uma função para uma mesma forma. Essa variação pode ocorrer (i) quando a forma lingüística adquire historicamente uma nova função para substituir velhas funções, que Sweetser denomina mudança semântica, (ii) quando há ligação sincrônica de muitos

valores semânticos voltados para uma só forma, que consiste num caso de polissemia, (iii) por fim, quando a função semântica básica da forma é estendida pragmaticamente para cobrir outros significados, a que se chama de ambigüidade pragmática. (2009, p.101)

Sweetser (1990) também adota uma perspectiva unidirecional para a gramaticalização, a qual se realiza por meio de projeções metafóricas entre os seguintes domínios conceituais: do *conteúdo*, o qual se relaciona com o mundo sociofísico, do *epistêmico* (raciocínio lógico) e *conversacional* (atos de fala). Para a autora, tais projeções seguem a tendência geral de recorrer primeiramente a conceitos e a vocabulários de um domínio sócio-físico (pois é mais acessível) para se referir ao lógico-epistêmico, pois este domínio, por envolver raciocínio e emoção, é menos acessível que o primeiro, e assim sucessivamente, conforme podemos representar a partir do seguinte esquema:



**Figura 2:** *Continuum* entre os domínios conceituais (in Galbiatti, 2008, p.106)

Essa noção se assemelha ao processo de mudança proposto por Traugott (1982) e Traugott & König (1991), para quem a gramaticalização envolve uma pragmatização crescente do significado, visto que se vale de mecanismos de inferência pragmática e de estratégias metafóricas de aumento de abstração. Dessa forma, os autores também defendem a gramaticalização como um processo gradual e unidirecional, partindo de significados referenciais a significados fundados na marcação textual, os quais, por sua vez, originam os significados centrados na atitude ou crença do falante a respeito do que é dito; processo que pode ser representado no seguinte quadro:

**Significados identificáveis nas situações extralingüísticas > Significados fundados na marcação textual > Significados fundados na atitude ou crença do falante a respeito do que é dito**

**Figura 3:** Percurso de pragmatização do significado (in, Galbiatti, 2008, p.104)

A partir do exposto, podemos verificar que, tanto para Sweetser (1990) quanto para Traugott & König (1991), a trajetória da gramaticalização aponta para o crescente fortalecimento da expressão subjetiva do falante, tratando-se de um processo unidirecional e unindo o conhecimento do mundo real ao conhecimento mental dos falantes, fator que se articula com a possibilidade de entendimento de expressões polissêmicas em uma dada sincronia e a compreensão de sua mudança semântica sob uma perspectiva diacrônica, o que permite, consoante Sweetser, a realização de uma análise pancrônica (SOUZA, 2009, p.102)

Assim, construções causais, enfoque desta pesquisa e tema também desenvolvido por Sweetser, também passam por esse processo de gramaticalização. Isso nos leva a buscar a ampliação das considerações acerca das construções causais, visto que os sentidos expressos por elas, muitas vezes, além de não serem idênticos, também apresentam funções específicas. Podemos dizer que elas se subdividem e não de modo tão simples quanto possa parecer como apregoa a gramática tradicional, expressando simplesmente uma relação empírica de causa-consequência ou causa-efeito. De fato, existem subtipos de causa e é sobre esse fato que focamos nossa pesquisa.

De acordo com Neves,

A relação causal *stricto sensu* diz respeito à conexão causa-consequência, ou, pelo menos, causa-efeito entre dois eventos. Obviamente, essa relação assim estreitamente entendida implica subsequência temporal, mas sabe-se muito bem que as expressões lingüísticas de elo causal (e.g. as marcadas pelo conector **porque** ou seus equivalentes) não se restringem a esse tipo de indicação, que decorre de uma relação de “causa real”, ou “causa efetiva” (...) apenas extralingüisticamente comprovável. (1999, p.453)

Diante disso, escolhemos trabalhar com a proposta de Sweetser (1990), pois, ao estudar as conjunções causais e adversativas, a autora verificou que elas

podem ser utilizadas para representar diferentes domínios conceituais, por meio de um processo de projeção metafórica. Em outras palavras, a autora defende que as conjunções causais podem ser interpretadas semanticamente consoante os três domínios conceituais expostos anteriormente, funcionando como conjunção do conteúdo (01), conjunção epistêmica (02) e conjunção de atos de fala (03), conforme pode ser verificado nos seguintes exemplos:

(01) *Since* John wasn't there, we decided to leave a note for him.  
 Já que John não estava aqui, nós decidimos deixar um recado para ele.

Primeiramente, o domínio do conteúdo representa o lado mais concreto, se pensarmos na trajetória unidirecional da gramaticalização, que vai do mais concreto ao mais abstrato. Isso se deve ao fato de que o domínio do conteúdo representa a causa real para um determinado evento ocorrido no “mundo real”. Assim, percebemos que, em (01), a ausência de John é a causa que propiciou uma decisão no mundo real, no caso, o recado deixado.

(02) *Since* John isn't here, he has (evidently) gone home.  
 Já que John não está aqui, ele deve ter ido para casa.

Por sua vez, em (02), ocorre um enunciado em que a causalidade ocorre no domínio epistêmico, pois o conector causal expressa uma razão em função de uma crença ou conclusão do falante, porquanto o conhecimento que se tem da ausência de John é o fator que originou uma conclusão do falante de que ele tenha ido para casa.

(03) *Since* we're on the subject, when was George Washington born? you're so smart,  
 Já que estamos no assunto / Já que você é esperto, quando George Washington nasceu?

(in Galbiatti, 2008, p. 106)

Por sua vez, no que diz respeito ao *domínio conversacional, dos atos de fala*, o conector causal utilizado em (03) indica uma explicação a um dado ato de fala pronunciado. Percebemos que o fato de os interlocutores estarem conversando sobre um dado assunto, em (03), e o fato de um deles julgar que o

outro se acha esperto possibilitam o *ato de fala interrogativo* (o questionamento sobre a época em que George Washington nasceu).

Nesse processo de gramaticalização, ocorre um princípio cognitivo que busca explorar velhas formas, atribuindo-lhes novas funções, e é nesse sentido que se tem a noção de projeção metafórica, com a qual Sweetser trabalha, visto que conceitos concretos são utilizados como base para o entendimento e explicação de um fenômeno menos concreto. Dessa forma, ocorre uma extensão de significados que, de um domínio fonte, representativo de objetos concretos, ações e processos que revelem as experiências humanas, atingem um domínio alvo de estruturas mais abstratas.

De acordo com Neves (1999), todos esses níveis propostos por Sweetser podem relacionar-se às metafunções textuais propostas por Halliday. Segundo a autora, com base nos estudos de Halliday & Hasan (1976), as conjunções causais (assim como as outras três categorias conjuncionais, aditiva, adversativa e temporal) podem expressar dois tipos de relações:

1. Relação entre *eventos*: é aquela que existe como relação entre fenômenos externos à situação de comunicação e é, por isso, chamada *externa*. Tal relação pode ainda ser chamada de *experiencial* (ou ideacional), e é interpretada como uma relação entre os significados no sentido de representações de conteúdos (ou experiências) da realidade externa. Tal tipo de relação corresponderia ao domínio de conteúdo de Sweetser e ao nível da predicação de Dik.

2. Relação entre *argumentos*: é aquela em que segmentos são relacionados como etapas em um argumento, com o significado: “primeiro uma proposição no jogo do discurso é representada, depois de outra”. Trata-se, pois, de uma relação *interna* à situação comunicativa. Ela pode ainda ser chamada de *interpessoal*, e se dá entre significados, no sentido das representações das impressões particulares do falante acerca da situação. Corresponderia aos domínios epistêmico e dos atos de fala de Sweetser e aos níveis da proposição e da frase (atos de fala) de Dik. (NEVES, 1999, p. 473)

Como se pôde constatar na citação anterior, Neves também aponta que os domínios propostos por Sweetser articulam-se às camadas discursivas estudadas por Dik, além das metafunções de Halliday; no entanto, como a perspectiva teórica adotada nessa pesquisa é a LSF, conforme exposto no Capítulo 1, e não a Gramática Discursivo Funcional proposta por Simon Dik (1989; 1997 *apud*



SANTOS, p. 31), reforçamos que, devido ao recorte feito neste trabalho, não aprofundaremos os estudos de Dik, apenas seguiremos a linha da LSF para a análise dos *corpora*, aliando-a à compreensão do processo de gramaticalização sofrido pelo conector *como*.

## 2.2. Gramaticalização do *como*: origens e ‘transformações’ – processo histórico de gramaticalização do *como*

A literatura gramatical reconhece que, ao contrário do que ocorreu com as preposições, são poucas as conjunções provindas do latim. A grande maioria delas, de fato, é originária de outras classes de palavras, sobretudo de advérbios e de preposições, para suprir essa deficiência encontrada pela língua (COUTINHO, 1967).

De acordo com Ali (1966),

obscura é a origem de certas conjunções latinas; porem, a julgar por aquelas cujo histórico se conhece, a linguagem não teria creado vocábulos especiais para constituir a nova categoria. Serviram a êste fim advérbios que, de modestos determinantes de um conceito único, se usaram como determinantes de toda uma sentença; e serviram também pronomes do tipo relativo-interrogativo, ou temas pronominais acrescidos de novos elementos. (...) Da respeitável série de conjunções que faziam parte do idioma latino muito poucas passaram às línguas românicas. Em português existem *e (et)*, *ou (aut)*, *nem (nec)*, *quando*, *se (si)*, *como* (tem o sentido de *quum* e de *quomodo*, pôsto que pelas leis da fonética só se filie ao segundo dêstes vocábulos), e *que*, usada no latim vulgar. (p.220)

Essa característica de buscar em outras classes de palavras uma solução para uma determinada falta no idioma relaciona-se com os aspectos metafóricos e metonímicos presentes no processo de gramaticalização:

A pesquisadora Barreto (1999), em tese de doutorado na qual pesquisou o processo de gramaticalização de conjunções na história da língua portuguesa, constatou que o *como* é uma das conjunções atuais presentes na forma adverbial no latim clássico e, na época, de acordo com a autora, já funcionava como conetivo subordinativo de comparação e de modo – *quomodo*(do).

Proveniente de *quōmō*, forma apocopada do advérbio interrogativo latino *quōmōdō*, ‘como’ (Nascentes 1955:534), a conjunção *como* ocorre, no português arcaico, expressando relações de modo, causa, comparação, finalidade, tempo e ainda como segundo termo das correlações comparativas tanto... como, assi... como, ou das correlações modais como... assi e bem como... assi. (BARRETO, 1999, p.199)

De acordo com a autora, o *como* era advérbio interrogativo latino ao qual respondiam os advérbios de modo e, já na baixa latinidade, expressava relações de causa. Quando passou à língua portuguesa, a princípio, também era utilizado para expressar relações de modo, função conservada ao longo dos séculos até a atualidade. A função de conformidade, por sua vez, é assumida no séc. XVI, permanecendo até a contemporaneidade, consoante Barreto (1999).

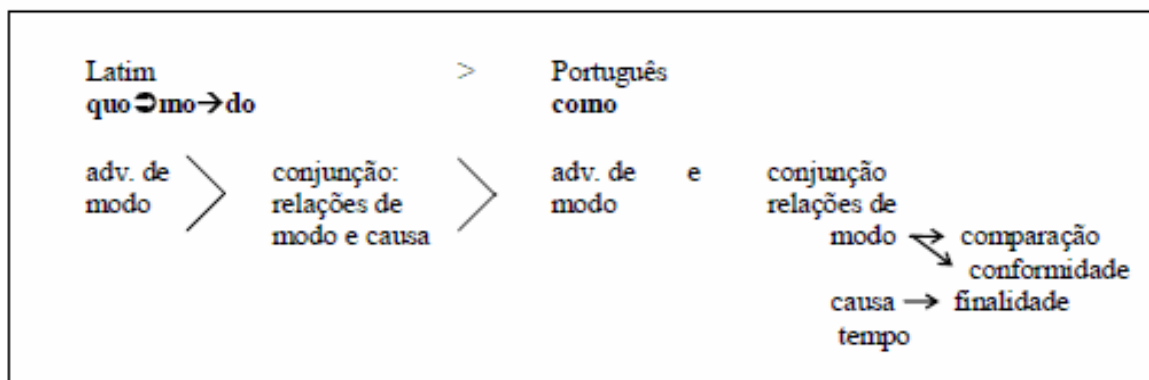
Dessa forma, ela constatou que, em uma mesma sincronia, o item apresentou significados distintos e, em uma trajetória histórica, levantou os seguintes usos, conforme quadro ilustrativo:

<b>Como</b>	<b>séc. XIII</b>	<b>séc. XIV</b>	<b>Séc. XV</b>	<b>séc. XVI</b>	<b>séc. XVII</b>	<b>séc. XX</b>
<b>Modal</b>						
<b>Temporal</b>						
<b>Conformativa</b>						
<b>Comparativa</b>						
<b>Causal</b>						
<b>Finalidade</b>						

**Figura 4:** Valores semânticos do *como* ao longo dos séculos (*in* BARRETO, 1999, p.200)

Conforme se pode constatar, alguns usos parecem permanecer ao longo da história (modo, comparação e causa) enquanto outros perdem força (tempo), dando espaço a novas utilizações (conformativas). Assim, pode-se dizer que o

item passou por um processo de gramaticalização desde o Latim até o Português, o qual pode ser representado, de acordo com Barreto, pelo seguinte processo:



**Figura 5:** Trajetória da gramaticalização do *como* (in BARRETO, 1999, p.203)

É sobre essa perspectiva que se assenta a noção de gramaticalização ocorrida com o conector *como*, visto que “as conjunções portuguesas são, pois, na sua maior parte, frutos de processos de gramaticalização” (*op.cit.*, p.172).

Para a autora, a passagem do *como* de advérbio interrogativo à conjunção modal explica-se pelo processo de recategorização. Desse modo, houve uma mudança de classe gramatical sem que ocorresse mudança de conteúdo semântico, uma vez que a ideia de modo permanece ao longo dos tempos. A partir do quadro 2, verificamos que, consoante Barreto, as relações de modo dão origem às relações de comparação e de conformidade, porquanto existe um estreito limite entre essas relações e a relação de modo, as quais são diferenciadas apenas no que diz respeito ao ponto de vista sintático e semântico.

Pode-se dizer ser a relação de modo mais abrangente, englobando as relações de conformidade e comparação. As três relações apresentam características distintas do ponto de vista sintático e/ou do ponto de vista semântico. (BARRETO, 1999, p.201)

Do ponto de vista sintático, tal distinção reside no fato de que, quando comparativa, a construção oracional permite que termos sejam omitidos; semanticamente, “as conjunções comparativas iniciam uma oração que encerra o segundo membro de uma comparação”, conforme se verifica na construção

oracional “Os atos falam mais que as palavras” (*op.cit.*), em que o verbo ‘falam’ fica subentendido.

No que diz respeito às relações de modo e de conformidade, Barreto afirma que elas ocorrem entre orações cujos termos não se repetem o que não possibilitaria a elipse de seus termos. A diferença entre essas orações se encontra em nível semântico: enquanto a relação de conformidade faz referência a um fato que induz à realização de outro, a relação de modo já não carrega essa ideia de indução, apenas se refere ao modo como a ação é processada. Assim, ela afirma que a relação de conformidade expressa pelo *como* surge “por uma pressão de informatividade, por uma necessidade de tornar clara a noção de dependência entre as orações”.

Por sua vez, a autora apresenta que a relação de causa é decorrência do processo de semanticização, visto que, no baixo latim, o *como* já expressava relações causais, conforme desenvolvido no próximo item (2.2.1).

Vale ressaltar que o item conjuncional *como* é encontrado nos *corpora* analisados exercendo diversas funções. No entanto, interessa-nos investigar apenas duas delas: a de conjunção causal e conformativa. Essa multiplicidade de usos é comumente vista à luz da gramaticalização, processo em que muitos elementos ganham novas funções, perdem outras, ou até mesmo as acumulam, conforme ocorreu com o item em questão. A escolha por essas duas matizes semânticas se deve ao fato de, primeiramente, o recorte deste trabalho contemplar apenas as causais; no entanto, no decorrer das análises, verificamos que o *como* se encontrava em um dado estágio de seu processo de gramaticalização que nos permitia uma leitura causal e conformativa ao mesmo tempo, o que nos motivou à investigação dessa delimitação e diferenciação, até mesmo porque a explicação do que seria uma conformidade se aproxima muito de uma relação de causa. Basta pensarmos na definição anteriormente exposta por Barreto de que, na relação de conformidade, um fato induz à realização de outro; nessa definição fica clara a questão de que um fato possa ser lido como a causa para a efetivação de outro – sua consequência.

Diante disso, ampliamos nossa análise para que pudéssemos verificar as nuances semânticas entre esses itens e os aspectos sintáticos que nos permitam diferenciá-los. Por conta dessas reflexões, foi feito um aprofundamento na análise

das construções causais e conformativas encabeçadas pelo *como* nas seguintes seções.

### 2.2.1. Causalidade introduzida por estruturas oracionais encabeçadas pelo *como*

No que diz respeito à classificação das causais, Neves ressalta que isso, muitas vezes, é de extrema complexidade, inclusive porque a verificação empírica das relações de causalidade ultrapassa o escopo de investigações linguísticas:

Não é difícil defender que a comprovação de relações de causalidade lógico-semântica não se inclui no âmbito da investigação lingüística, e que, em termos de enunciados reais, a noção de causalidade tem de ser investigada no complexo de domínios envolvidos na produção de sentido. (NEVES, 1999, p.462)

Diante disso, a autora propõe uma avaliação pragmática das construções causais, com base no raciocínio exposto por Jespersen (1940 *apud* NEVES, 1999)), que sugere miniconversações para a verificação de enunciados condicionais, raciocínio usado por Neves (1999) para a análise de construções causais encabeçadas pelo *como*, conforme podemos verificar no seguinte exemplo dado por ela:

(04) **como** eu gosto por exemplo muito de feijão... muito de arroz... que são coisas que engordam e pra eu manter isso na hora do almoço... eu não posso carregar demais na hora da/do café...

A: Eu gosto de feijão e arroz, que engordam, não é?

B: (É.)

A: Então/por isso eu não posso carregar na hora do café.

(05) agora nesse mês, **como** a UPC não aumentou e **como** diminuiu o número de UPCs, o que vai acontecer é que eu vou pagar um pouquinho menos.

A: A UPC não aumentou e o número de UPCs diminuiu, não é?

B: (É.)

A: Então/por isso eu vou pagar um pouquinho menos.

Segundo Neves (1999), a verificação proposta por meio das miniconversações tem a seguinte função:

Do mesmo modo que ocorre nas construções condicionais, pode presumir-se que a concordância sobre a validade da proposição de A, obtida no consentimento (silencioso) de B, funciona como base para o que A diz em seguida (no caso, agora, um enunciado consecutivo), e a contraparte declarativa da pergunta de A constitui um *tópico* para sua declaração em subsequência. (p.466)

Dessa forma, a autora defende que as orações causais com *como* sempre (em 100% dos casos estudados por ela) são antepostas e carregam a informação partilhada, consensual entre os interlocutores, a qual serve de base para a compreensão da informação seguinte (nova, não partilhada) de seu discurso, assim serve como forma de apoio para a progressão informativa que a oração nuclear realiza; enquanto as introduzidas por outros conectores causais, *que*, *porque*, *já que*, têm a tendência a serem pospostas.

No que diz respeito à relação causal *stricto sensu*, Neves afirma que a relação semântica introduzida pelas orações causais, tais como causa-consequência ou causa-efeito entre dois eventos, indica uma causa considerada “real”, “eficiente” ou “efetiva” e, portanto, implica uma subsequência temporal (2000, p.804); por sua vez, quando essa relação ocorre entre conteúdos, não necessariamente se envolve a questão temporal.

A causalidade lógica, a qual se dá entre conteúdos, portanto, não dá conta de abarcar todos os fenômenos linguísticos que expressam causalidade, pois, consoante Neves, muitas vezes, a leitura e a comprovação de causalidade lógico-semântica ultrapassam o arcabouço das investigações linguísticas, “e que, em termos de enunciados reais, a noção de causalidade tem de ser investigada no complexo de domínios envolvidos na produção dos enunciados”, e é nesse sentido que alia aos seus estudos as noções de domínios discursivos propostos por Sweetser (conteúdo, epistêmico e atos de fala) apresentados no Capítulo 2.

Assim, além da relação entre conteúdos, a autora afirma que as relações causais podem dizer respeito ao nível do domínio epistêmico e são marcadas por um “conhecimento, julgamento ou crença do falante” (*op.cit.*). Nessas situações, elas passam pela avaliação do falante e não ocorrem simplesmente “entre

predicações (estados de coisas), mas entre proposições (fatos possíveis)” (*op.cit.*), sendo denominadas tradicionalmente de “causa formal”. Neves (2000, p.804) revela como isso ocorre em exemplos marcados pelo uso do conector *porque*, conforme os exemplos (06) e (07):

(06) Do leite devemos fazer uso abundante **porque**, além de ter efeito específico sobre o crescimento do organismo, é muito rico em cálcio.

(07) Não deve ter havido nada **porque** seria a primeira pessoa a tomar conhecimento disto. (*op.cit.*, p.805)

Por sua vez, ao desenvolver as relações causais que motivam atos de fala, Neves (2000, p. 806) apresenta três tipos de orações, as em que na oração principal ocorre um ato de fala declarativo, como em (08)

(08) Vou tirar umas férias, **porque** estou cansadíssimo. (*op.cit.*)

Aquelas em que ocorre um ato de fala interrogativo, tal qual (09):

(09) Muito conveniente, não é? **Porque** aí saiu todo mundo, você ficou lá sozinho com a retratista... (*op.cit.*)

E nas que ocorre um ato de fala injuntivo (deôntico ou imperativo), conforme (10):

(10) Ande, **que** já tocou o primeiro sinal. (*op.cit.*)

Segundo Neves (1999), nessas situações comunicativas, ocorrem construções oracionais que, para a tradição gramatical, estão no âmbito da coordenação, uma vez que “não se articulam simples orações, mas períodos, cada uma representando um ato de fala”. (*op.cit.*, p.805). Assim, é mais conveniente que se trabalhe com a noção de explicação, visto que são orações coordenadas explicativas, e não de causalidade, porquanto, entre diferentes atos de fala, não se trata de uma causalidade “real, efetiva, material, eficiente, e nem mesmo a causalidade emanada da visão dos fatos (“proposições”) do falante”. (*op.cit.*, p.806)

Mesmo diante dessa subclassificação, a autora afirma que, em muitas situações, principalmente quando desvinculadas de seu contexto, as orações

causais proporcionam mais de uma possibilidade de leitura e, por isso, no que diz respeito à investigação linguística, “a noção de causalidade só pode ser investigada com relação à organização do discurso, aí incluídas todas as questões ligadas à distribuição de informação e à orientação argumentativas” (*op.cit.*).

Diante disso, antes de apresentarmos a análise realizada dos *corpora* desta pesquisa, convém ainda que consideremos alguns aspectos referentes à ordem das orações causais iniciadas pelo *como*, porque isso se relaciona à distribuição informacional da oração; e, em seguida, apresentaremos alguns dos estudos acerca das conformativas.

#### 2.2.1.1. A ordem nas construções causais iniciadas por *como*

Barreto (1999) afirma que o *como*, em sua função causal, já ocupou uma posição diferente da anteposição e o fato de passar a ter uma posição fixa no português contemporâneo articula-se à gramaticalização pela qual passou o item:

Como causal, o **como** experimentou um processo de sintaticização em relação ao português arcaico. Enquanto, no português arcaico, a conjunção causal **como** era empregada em posição interfrástica, hoje ela ocorre apenas em posição inicial no período. Essa inibição à variabilidade posicional indica um maior grau de gramaticalização. (BARRETO, 1999, p.202)

A autora apresenta, inclusive, o seguinte exemplo para afirmar que já no séc.XII o *como* expressava relação de causa que se conserva no português contemporâneo, no qual podemos perceber um caso de posposição:

(...) Eu te quero teer conpanha, **como** sei que em nosso tempo nunca fez tam fremosos milagres nosso Senhor nem tam conhecidos como fará por ti. (BARRETO, 1999, p.810)

Por sua vez, no que diz respeito ao português contemporâneo, conforme apresentado na seção anterior, Neves (1999) afirma que as orações causais iniciadas com *como* são antepostas em todas as ocorrências.



Orações com *como* são sempre antepostas, e como no caso das construções condicionais, pode-se pensar que, na base dessas orações, exista um mecanismo interacional que pode ser invocado para definir o estatuto das diferentes porções do enunciado, em termos de distribuição da Informação.<sup>8</sup> (*op.cit.*, p.810)

Diferentemente das orações causais iniciadas pelo *porque*, as introduzidas pelo *como* são veiculadoras de informação partilhada e consensual, responsável por ativar o conhecimento prévio dos interlocutores, ficando a cargo da oração principal a responsabilidade de progressão informacional. Essa posição sintática revela a iconicidade enunciativa, porquanto, em primeiro lugar, assenta-se a informação compartilhada (causa) para, em seguida, ser considerada a informação nova (efeito).

A iconicidade, nesse caso, leva à anteposição da causa em relação à consequência posteriormente expressa, o que revela uma ordenação cronológica em que ocorreram os eventos. Isso não significa que, no caso de posposição das causais, também não haja uma motivação icônica, visto que, nessa situação, a distribuição informativa pode ser regida pela organização cognitiva dos fatos ou até mesmo pela mesma intenção comunicativa do falante, e não meramente regida a partir da percepção dos eventos. De qualquer modo, percebemos que a eleição de uma das formas altera a distribuição informativa e a continuidade tópica do texto.

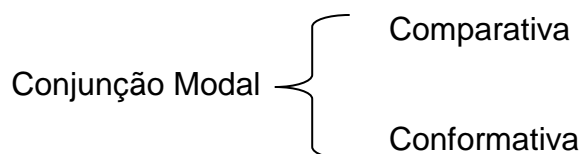
#### **2.2.1.2. Conformidade introduzida por estruturas oracionais encabeçadas pelo *como***

Conforme verificado, o *como* pode exprimir diversas relações cuja distinção não é, muitas vezes, clara. No entanto, a literatura apresenta que essa dificuldade de delimitação da função desempenhada pelo *como* ocorre com maior frequência entre as orações modais e as conformativas ou comparativas e conformativas, até

---

<sup>8</sup> Neves (1999) trabalha com a ideia de que as relações causais formam esquemas lógicos que se articulam às relações condicionais, visto que algumas orações causais funcionam como condições para a realização da informação expressa na oração com a qual elas se relacionam. Essa ideia não será desenvolvida neste trabalho, visto que não pertence ao escopo da pesquisa.

mesmo porque, para alguns autores, as conformativas, assim conforme as comparativas, são um subtipo de modal. Isso pode ser verificado no trajeto de gramaticalização pelo qual passou o *como*, conforme proposto por Barreto, na Figura 5, previamente apresentada, resumida da seguinte forma:



Voltando à observação da figura 5, percebemos que a relação de modo expressa pelo *como* passou à comparativa e à conformativa, o que, de acordo com a autora, ocorreu por meio de um processo metafórico de aquisição de conteúdos. Tal relação se manteve ao longo dos tempos, e conformativa, de fato, surgiu no século XVI.

Desse modo, é comum que ocorra uma dificuldade na distinção entre as modais e as conformativas (Decat, 2001). Consoante Neves (2000), uma das diferenciações está no fato de que o *como*, quando ocorre com verbo no indicativo, apresenta um matiz conformativo. Assim, as conformativas iniciadas por COMO só se podem construir com o verbo no modo indicativo. A autora ainda afirma que as construções conformativas têm posição móvel na oração, podendo ser antepostas ou pospostas. Para ela, a relação expressa é a de que um fato “se dá em conformidade com o que é expresso na oração principal”(NEVES, 2000, p.924).

Por sua vez, consoante Azeredo (2002), o *como* em função conformativa apresenta valor assimilativo e, por conta disso, o conteúdo expresso em uma oração serve de confirmação a outra, o que se relaciona com os dizeres de Barreto, ao afirmar que o *como*, em função conformativa, surgiu da necessidade de tornar mais clara a noção de dependência entre as orações (o que não acontece com as relações de modo introduzidas por esse conector). Inclusive, a autora afirma que a N.G.B. (Nomenclatura Gramatical Brasileira), ao retirar as modais da nomenclatura oficial, não percebeu existir uma relação expressa, a de modo, que não pode simplesmente ser incluída entre as comparativas ou conformativas.

Mesmo diante dessas explicações, são poucas as considerações e estudos sobre as conformativas, não havendo, de fato, possibilidade de sempre se obter uma leitura exata da matiz conformativa apresentada em uma dada construção oracional, o que, por vezes, mostrou-se uma dificuldade encontrada na análise dos *corpora* deste trabalho. Apesar de a literatura sobre causais ou conformativas não apresentar um paralelo entre esses tipos de construções, nos *corpora* analisados foram encontradas ocorrências que permitiam essa duplicidade interpretativa. Diante dessa problemática, o que optamos em fazer foi verificar se, nessas orações, era possível confirmar a leitura causal a partir das miniconversações propostas por Neves (2000), previamente apresentadas, embora a substituição do *como* por *conforme* fosse também plausível.

## CAPÍTULO III

### INTRODUÇÃO

No terceiro capítulo, apresentamos os gêneros que constituíram os *corpora* desta pesquisa – cartas, relatórios e mensagens oficiais – e suas características gerais. Em seguida, são delimitados os documentos analisados, juntamente com suas fontes e características específicas. Além disso, apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados na composição e na realização da pesquisa, assim como os critérios de análise adotados para a quantificação dos dados.

#### **3. Constituição dos gêneros textuais Relatório, Mensagem e Cartas, no contexto de Textos Oficiais**

De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, a redação oficial caracteriza-se, grosso modo, pela forma como o Poder Público redige atos normativos e comunicações. Esses tipos de texto, portanto, devem se caracterizar pela impessoalidade, concisão, clareza, formalidade, uniformidade e pelo uso da norma padrão culta da língua portuguesa, visto que o artigo 37 da Constituição prevê que a “administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (BRASIL, 2002, p.4).

Esses preceitos decorrem da necessidade de os textos oficiais não poderem ser obscuros, dificultando ou impossibilitando sua compreensão, enquanto sua transparência e inteligibilidade são tidas como “requisitos do próprio Estado de Direito: é inaceitável que um texto legal não seja entendido pelos cidadãos” (*op.cit.*, p.6). Assim, apesar de as variações entre língua escrita e língua falada serem consideradas, na composição de textos oficiais, é fundamental que a norma padrão seja levada em conta devido aos seguintes aspectos:

É importante ressaltar que a obrigatoriedade do uso do padrão culto na redação oficial decorre do fato de que ele está acima das diferenças lexicais, morfológicas ou sintáticas regionais, dos modismos vocabulares, das idiosincrasias lingüísticas, permitindo, por essa razão, que se atinja a pretendida compreensão por todos os cidadãos (*op.cit.*, p.24).

Percebemos que o Manual de Redação prevê que as comunicações oficiais sejam uniformes, embora reconheça que muitos procedimentos rotineiros acabaram sendo incorporados ao longo do tempo, tais como as formas de tratamento e de cortesia e a estruturação dos gêneros específicos que constituem o rol de comunicações oficiais (ata, relatório, ofício, mensagem, dentre outros, por exemplo).

A primeira regulamentação referente a textos oficiais realizada pela Portaria nº 1 do Ministro de Estado da Justiça ocorreu em 8 de julho de 1937, mas a primeira versão do referido Manual, de fato, foi decorrente do Decreto nº 100.000, em que, “em 11 de janeiro de 1991, o Presidente da República autorizou a criação de comissão para rever, atualizar, uniformizar e simplificar as normas de redação de atos e comunicações oficiais” (*op.cit.*, p.VIII), o que possibilitou que a primeira edição fosse publicada após nove meses desta data.

A segunda edição, por sua vez, com a qual trabalhamos<sup>9</sup>, inclui alterações que visavam à adequação das formas de comunicação usadas na administração, decorrentes dos avanços na área de informática, à evolução legislativa e às alterações constitucionais ocorridas no período de dez anos após a primeira edição.

Como utilizamos *corpora* constituídos de textos oficiais do Estado do Paraná, também investigamos o que o Manual de Comunicação Oficial do Paraná apresenta sobre os gêneros textuais em questão e constatamos que, tanto nele como no Manual da Presidência da República, são apresentados diversos gêneros textuais que constituem o rol de textos oficiais, dentre eles o relatório e a

---

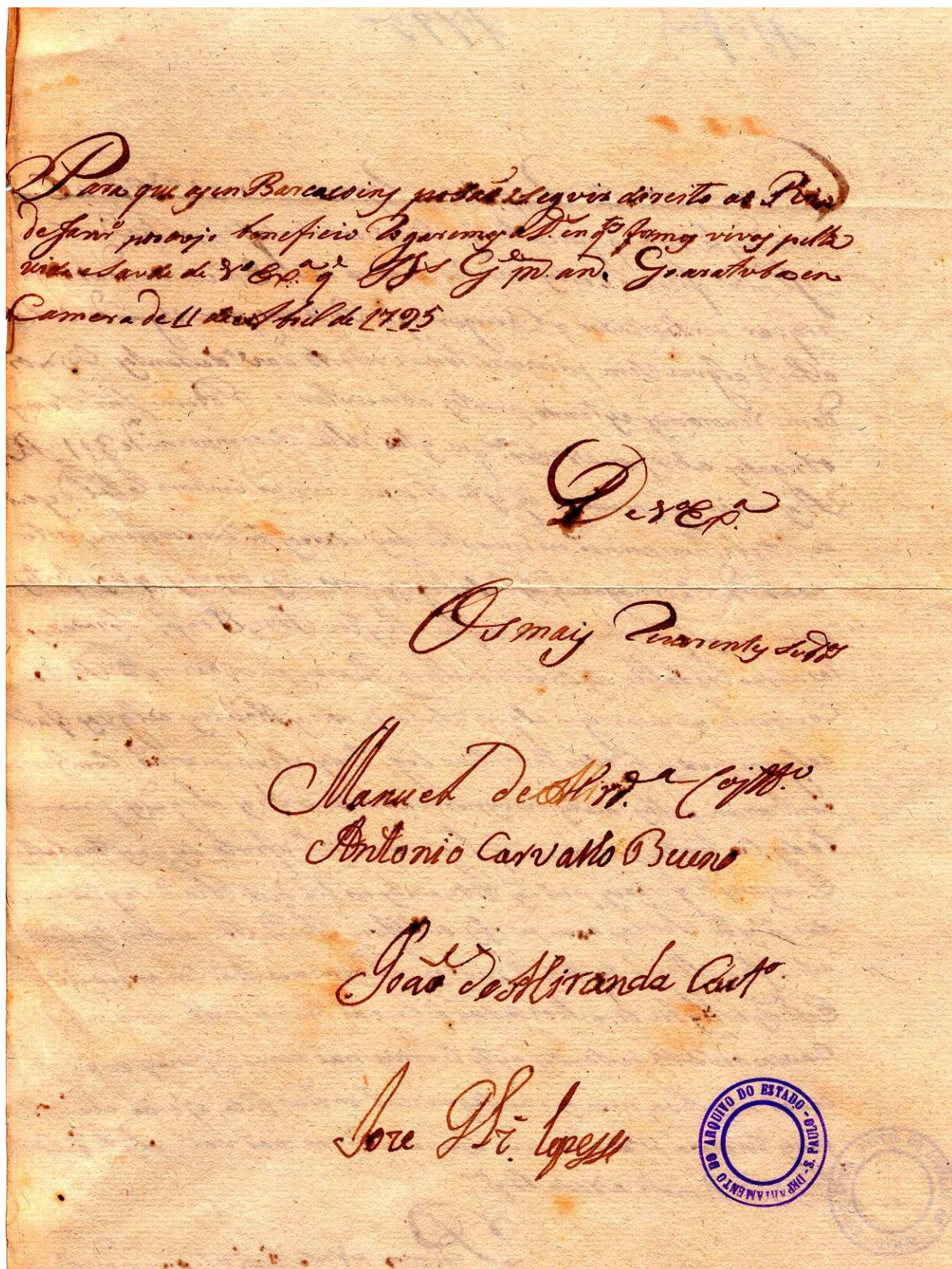
<sup>9</sup> Vale ressaltar que a escolha por esta versão se deve ao fato de que é a única que se encontra disponível, apesar de termos consciência de que o Manual que utilizamos se refere a um período histórico e os *corpora* pertencem a uma datação anterior. De fato, os preceitos encontrados nos manuais serão um norteador para a análise do que se considera ‘Comunicação Oficial’, embora tenhamos de recorrer a conhecimentos históricos para compreendermos atos de fala comuns ao período, o que, atualmente, poderia não se enquadrar nas características dos textos oficiais.

mensagem, que fazem parte dos *corpora* que constituem esta pesquisa. As cartas oficiais, que também constituem nossos *corpora*, não são definidas ou mencionadas nesses manuais como gêneros específicos; apenas é feita uma referência geral às correspondências oficiais. Por isso, primeiramente, apresentamos um modelo, o conceito, a estrutura e as características da carta, do relatório e da mensagem; em um segundo momento, aprofundamos uma análise dos gêneros em questão, aliando os conhecimentos sobre suas características textuais, seu contexto histórico e as funções a que se prestaram os usos do conector *como* nos textos analisados.









**Figura 7:** Imagens de carta enviada pela câmara de Guaratuba à província de São Paulo em 1795.

A carta é uma forma de correspondência usada tanto no âmbito público quanto particular, cujos objetivos são bastante variados, tais como: solicitações,



agradecimentos, transmissão de informações dentre outros. Em princípio, as cartas não necessitavam de enumeração em suas páginas. No entanto, em um contexto atual, é sugerido que aquelas que tenham caráter oficial tenham suas páginas ou parágrafos enumerados.

Além disso, recomenda-se que as cartas com caráter oficial apresentem um cabeçalho semelhante ao do ofício. No que diz respeito à sua estrutura, seguem as partes que a compõem:

- a) título:** CARTA, número, ano e sigla da unidade organizacional e da instituição com alinhamento à esquerda;
- b) local e data:** por extenso;
- c) destinatário:** de acordo com as regras de forma de tratamento, nome e endereço;
- d) vocativo:** que invoca o destinatário, seguido de vírgula;
- e) texto:** desenvolvimento do assunto, em que, com exceção do fecho, todos os demais parágrafos devem ser numerados;
- f) fecho:** Atenciosamente ou Respeitosamente, conforme o caso;
- g) assinatura:** titular da unidade organizacional. (Brasil, 2005, p.33).

## 3.1.2. Relatório

**RELATORIO**  
APRESENTADO  
À ASSEMBLÉA LEGISLATIVA  
DO PARANÁ  
NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 1877  
PELO  
PRESIDENTE DA PROVINCIA  
O. EXCELLENTISSIMO SENHOR DOUTOR  
**ADOLPHO LAMENHA LINS**



CURITYBA  
TYP. DA Viuva Lopes.  
1877,

Figura 8: Imagem das páginas 2 do Relatório produzido em 15 de fevereiro de 1977.

### Senhores Membros da Assembléa Legislativa Provincial

Comprindo o preceito constitucional, venho assistir á installação de vossos trabalhos, inteirar-vos do estado dos negocios publicos, e lembrar-vos as medidas de mais interesse para o progresso desta provincia.

E' a segunda vez, no periodo de minha administração, que me cabe tão assignalada honra.

Congratulando-me com a provincia pela reunião de seus eleitos, rendo sincera homenagem ás vossas luzes e patriotismo, declarando que ella espera de vós o mais decidido esforço para remover as difficuldades que se oppoem á realisação de melhoramentos urgentemente reclamados, e indispensaveis á sua prosperidade e engrandecimento.

Por minha parte, se até agora, fortalecido com o vosso-apoio, tenho procurado corresponder á confiança com que fui honrado, mantendo a mais severa economia sem prejuizo de serviços imprescindiveis, só tenho motivos para continuar a empenhar todas as minhas forças na ardua tarefa de promover e zelar os interesses da provincia, trabalhando para vel-a marchar desassombrada ao brilhante futuro que lhe está destinado.

### FAMILIA IMPERIAL.

Tenho a satisfação de annunciar-vos que a preciosa saude da Augusta Familia Imperial não tem soffrido alteração.

SS. MM. Imperiaes acham-se actualmente na Italia de volta do Oriente.

S. M. a Imperatriz, tem conseguido melhorardos seus incommodos, que principalmente determinaram a viagem de SS. MM.

— 112 —

São, então, senhores membros da assembleia legislativa provincial, as informações que vos posso prestar na presente ocasião.

Ter-me-heis sempre prompto a fornecer-vos todos os esclarecimentos que entenderdes necessários á marcha de vossos trabalhos, e á vossa activação dos negocios da provincia.

Tenho bastante confiança no vosso patriotismo para esperar que na presente sessão de sua assembleia legislativa, a provincia colha os mais proveitosos resultados.

Palacio da presidencia do Paraná, 15 de Fevereiro de 1877.

*Adolpho Lamerlin Leps.*

Figura 10: Imagem da última página do Relatório produzido em 15 de fevereiro de 1977.

De acordo com o Manual de Comunicação Oficial do Paraná, o relatório define-se como

(...) uma descrição de fatos passados, analisados com o objetivo de orientar o servidor interessado ou o superior imediato, para determinada ação. Relatório, do ponto de vista da administração pública, é um documento oficial no qual uma autoridade expõe a atividade de uma repartição, ou presta conta de seus atos a uma autoridade de nível superior.

O relatório não é um ofício desenvolvido. Ele é exposição ou narração de atividades ou fatos, com a discriminação de todos os seus aspectos ou elementos (2005, p.74).

Devido ao seu objetivo pré-determinado e específico de prestação de contas de todo um conjunto, muitas vezes, amplo de eventos, é fundamental que seja redigido de modo claro, preciso e breve. Para exemplificar essa característica como uma necessidade inerente ao gênero, basta citarmos o relato publicado em 15 de julho de 1854, o qual, por exemplo, é constituído por 148 páginas em que o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos apresenta à Assembleia Legislativa Provincial do Paraná a situação em que se encontra os negócios públicos da província, no que diz respeito a diversos aspectos. Dentre eles, podem-se citar: tranquilidade pública, segurança de pessoa e propriedade, divisão judiciária; divisão eclesiástica, capital da província, instrução pública, força pública, culto público, secretaria do governo, saúde pública, prisões realizadas etc.

Como se trata, portanto, de um texto altamente informativo, devem ser redigidos “sem preocupação literário-estilística, adotando uma linguagem objetiva e clara, com pontuação racional” (*op.cit.*, p.74) e preocupando-se com a brevidade, exatidão e precisão. Além disso, podemos dizer que existem muitos tipos de relatórios, os quais podem ser classificados sob vários pontos de vista, mas, de modo geral, seu objetivo é prestar contas de tarefas ou encargos de que foi incumbido um dado servidor.

No que diz respeito às partes que o compõem, o Manual de Comunicação Oficial do Paraná apresenta as seguintes:

**a) título:** seção na qual se denomina o documento (relatório);

**b) invocação:** apresentação do tratamento, do cargo ou da função da autoridade a quem o documento é dirigido, seguidos, preferencialmente, de dois-pontos;

**c) texto:** seção em que o assunto é exposto. As informações apresentadas no corpo do texto do relatório devem seguir a seguinte sequência:

- **introdução:** indicação à disposição legal ou à ordem superior que motivou ou determinou a apresentação do relatório e breve referência ao assunto a ser tratado. A introdução tem o objetivo de justificar o(s) motivo(s) que levaram o relatório a ser feito, assim como antecipar os fatos ou problemas que serão posteriormente analisados.

- **análise:** exposição ampla do assunto de modo que seja passível de plena compreensão nem que, para tanto, sejam acrescidas informações tais como tabelas, gráficos e fotografias que se prestem ao esclarecimento dos fatos relatados, sejam eles no corpo do texto ou em forma de anexos. A análise realizada deve primar pela objetividade, verdade e imparcialidade. Assim, o relator deve se ater ao registro daquilo de que tenha conhecimento direto ou daqueles provenientes de fontes seguras.

- **conclusão:** nesta etapa, são apresentadas as conclusões acerca dos fatos expostos as quais devem ser obtidas dos argumentos e das informações precedentes para que não percam seu valor.

- **sugestões ou recomendações:** em alguns casos, o relator, após apresentar as suas conclusões, também exhibe sugestões ou recomendações a serem tomadas, em virtude do que foi anteriormente constatado. Essas sugestões ou recomendações devem ser precisas, práticas e concretas.

Os parágrafos que constituem o texto, com exceção do primeiro, podem ser numerados (com algarismos arábicos) e, se necessário, divididos em alíneas. Essa enumeração visa destacar as partes constitutivas do relatório e facilitar referências que a elas se queiram fazer.

**d) fecho:** expressão cordial, dispensável ao texto;

**e) local e data;**

**f) assinatura:** composta de nome e cargo ou função da(s) autoridade(s) ou servidor(es) que apresenta(m) o relatório.

## 3.1.3. Mensagem

**MENSAGEM**  
DO  
**Governador do Estado do Paraná**  
LIDA PERANTE O  
*Congresso Legislativo*  
—♦♦♦ EM ♦♦♦—  
13 de Novembro de 1895.



CURITYBA

*Impressora Paranaense—Rua do Riachuelo N.º 19***1895**1921  
36

**Figura 11:** Imagem da página 2 da Mensagem do governador do Estado do Paraná lida ao Congresso Legislativo, em 13 de novembro de 1895.

*Senhores Deputados ao Congresso Legislativo*

Cumprindo o dever que me impõe o Art. 47 da Constituição, venho expôr-vos a situação do Estado, e submeter á vossa consideração as providencias que me parecem necessarias para o regular andamento dos negocios publicos, e que dependem da vossa competencia.

A vossa reunião é motivo para congratular-me com o povo paranaense que, das luzes e patriotismo dos seus legitimos representantes na legislatura, que ora se inicia, espera medidas que promovam o seu progresso, e assegurem o seu bem estar.

Me é infinitamente grato poder affirmar-vos que a ordem publica tem se conservado inalterada em todo o territorio do Estado.

Era de suppor que a revolução deixasse divididos por odio profundo os que a combateram e os que a afagaram, e que, após ella, tivessesmos de registrar factos de revindicta provocados pela natural exaltação dos animos; expellida, porém, para fóra das nossas fronteiras a horda invasora, e restabelecido o regimen legal, com elle renasceram a paz, e a tranquillidade, o commercio recomeçou á florescer, e a expandir-se, novas industrias se iniciaram, e se desenvolvem.

Parece que as classes laboriosas voltaram com mais ardor, e energia ao trabalho, como que para, mais depressa, se indemnizarem dos prejuizos que lhes causára a damninha revolta.

Estes factos revelam a indole pacifica, e ordeira do povo paranaense, o seu respeito á lei, e ás instituições, e amor ao trabalho.

**Figura 12:** Imagem da página 3 da Mensagem do governador do Estado do Paraná lida ao Congresso Legislativo, em 13 de novembro de 1895.



— 20 —

deste cereal, que foram distribuidos entre os imigrantes localizados no Rio Negro e Iguassú.

—  
 Acredito ter cumprido o preceito constitucional apresentando-vos esta exposição, que será completada pelas informações que em seus relatórios prestam os dignos Secretários de Estado, á cuja cooperação dedicada e competente muito deve a causa pública.

Acceitai, Senhores Deputados, as minhas sinceras saudações.

Palacio do Governo do Estado do Paraná, 13 de Novembro de 1895.

*Francisco Xavier da Silva.*



**Figura 13:** Imagem da última página da Mensagem do governador do Estado do Paraná lida ao Congresso Legislativo, em 13 de novembro de 1895.

O gênero Mensagem é definido como

instrumento de comunicação oficial entre os Chefes dos Poderes enviada pelo Chefe do Poder Executivo ao Poder Legislativo para informar sobre atos da Administração. Através desse instrumento, o Poder Executivo propõe medidas sobre a Administração, expõe os planos de governo na abertura da sessão legislativa, submete à Câmara matérias que dependem da deliberação de suas Casas, apresenta vetos, faz e agradece as comunicações de tudo quanto seja de interesse dos poderes públicos (*op.cit.*, p.60).

No que diz respeito à sua estruturação, as mensagens apresentam as seguintes seções:

- a) identificação:** tipo e número do expediente, o qual consiste em um conjunto de documento. A identificação deve ficar na parte superior esquerda da folha;
- b) cabeçalho:** na mesma linha da indicação do expediente, apresentam-se o local e a data;
- c) vocativo:** composto por pronome de tratamento e pelo cargo da autoridade destinatária, deve vir centralizado, seguido de dois-pontos;
- d) texto:** exposição do assunto (assim como no relatório, os parágrafos devem ser enumerados, com exceção do primeiro);
- e) assinatura:** apresentação somente da assinatura do Chefe do Poder Executivo, sem que sejam apresentados seu nome e cargo.

Percebemos que as comunicações oficiais obedecem a certas regras de forma, no âmbito da estrutura, além de prezarem pela noção de formalidade no sentido de tratamento, não se limitando apenas à maneira como se emprega um dado pronome de tratamento, mas no que diz respeito à polidez, à civilidade à “civilidade no próprio enfoque dado ao assunto do qual cuida a comunicação” (*op.cit.*, p.11). No entanto, mesmo havendo uma grande diferença cronológica entre os manuais de comunicação com os quais trabalhamos e a produção dos documentos analisados, vale ressaltar que as características formais previamente apresentadas são norteadoras de textos produzidos em uma situação formal de comunicação, na qual se enquadram os “textos de documentação não-literária – textos de natureza jurídica” (CASTRO, 1991, p.174, *in* FONSECA, 2003, p. 98) que constituíram nossos *corpora* e que são apresentados e analisados no capítulo a seguir.

Tais características pontuadas, de fato, referem-se mais à forma do que propriamente a uma análise funcional dos gêneros. Embora os estudos sobre os gêneros textuais venham ganhando destaque na mais variadas correntes de estudos linguísticos, encontramos algumas dificuldades no que diz respeito à bibliografia dos gêneros que constituem os *corpora* deste trabalho, visto que

textos oficiais como relatórios e mensagens não pertencem à esfera de gêneros amplamente pesquisados. Dificuldade que já não ocorre com o gênero cartas oficiais, apesar de uma boa parte da bibliografia encontrada não ser especificamente sobre textos oficiais, mas sobre cartas num sentido mais amplo.

Por conta desses fatores, optamos por apresentar as leituras adicionais de cunho funcionalista sobre os gêneros estudados na seção de análise, para que já as possamos articular com os resultados obtidos em nossa pesquisa.

### **3.2. Descrição dos corpora**

Os *corpora* utilizados nesta pesquisa foram retirados de duas fontes: do projeto de pesquisa *Para a História do Português Paranaense: estudos diacrônicos em manuscritos dos séculos XVII a XIX*, desenvolvido pelo Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da Universidade Estadual de Londrina, e do Arquivo Público do Paraná.

No que diz respeito à primeira fonte, dentre os diversos documentos com os quais o projeto PHPP trabalha, fazem parte desta pesquisa aqueles escritos durante os séculos XVIII e XVIII em Paranaguá, Antonina, Guaratuba e Curitiba. Os manuscritos são provenientes do Arquivo Público do Estado de São Paulo e são, de acordo com Baronas,

em sua grande maioria, documentos enviados pela Câmara dos vereadores dessas primeiras vilas fundadas no litoral da então capitania de São Vicente – como Paranaguá, Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Vila Nova do Príncipe e Castro – às autoridades maiores como governadores e bispos (2007, p.7).

Desse projeto, resultou a publicação de duas obras, até o presente momento: *Scripturae nas Villas de São Luiz de Goaratuba e Antonina: Manuscritos setecentistas e oitocentistas* e *Scripturae na Villa de Pernagoa: Manuscritos Setecentistas*. O primeiro livro é composto por vinte fólios, referentes a dezesseis documentos datados de 1791 a 1799, enviados pela Câmara de Vereadores de Guaratuba a autoridades, conforme supracitado; e por trinta fólios de Antonina, que compõem 12 documentos datados de 1798 a 1803. A segunda

obra, por sua vez, é formada por trinta e quatro fólhos que correspondem a 25 documentos, datados de 1721 a 1743.

A princípio, nossa proposta de trabalho seria a investigação da hipotaxe causal introduzida pelo conector *como*, apenas nos documentos presentes nessas obras. No entanto, ao longo da pesquisa, foi verificada a necessidade de amplitude do tema, dos dados, além da seleção de outros gêneros utilizados na redação oficial. Assim, além das cartas oficiais que compõem os livros, foram selecionados os demais documentos, ficando da seguinte forma a constituição dos *corpora* provindos do projeto PHPP:

<b>Cidade de produção</b>	<b>Nº de páginas</b>	<b>Quantidade de Cartas</b>	<b>Datação</b>
Guaratuba	20	16	1791-1799
	10	7	1799-1083
	10	8	1803-1805
	10	8	1807-1811
Antonina	30	12	1798-1803
	20	15	1819-1821
Paranaguá	34	25	1721-1743
	11	9	1762-1785
Curitiba	52	31	1704-1798
<b>Total</b>	<b>197 páginas</b>	<b>131 cartas</b>	

**Quadro 3:** Constituição dos *corpora* provindos do projeto PHPP

De um modo geral, podemos afirmar que esses documentos, assim como os relatórios e as mensagens, têm caráter administrativo, mas, de acordo com Fonseca (2003), mesmo assim é importante conhecer o contexto de produção e “as relações sociais que cercam o período em foco” (p.103). No tocante aos produtores das cartas oficiais, a pesquisadora apresenta as seguintes questões a serem observadas

Os produtores dos textos, todos do sexo masculino, pertencem às mais diversas classes sociais e estão diretamente relacionados com a administração das capitâneas e das vilas. Têm grau de instrução variado. Entre os autores, há pessoas letradas e influentes, que exerceram cargos públicos de destaque, ligados à política brasileira ou portadores de títulos de nobreza: governador, ministro, cônsul, marquês. Há também outros que desempenharam as mais diversas profissões e cargos, ligados à vida militar e civil: sargento, major, tenente, major capitão, juiz ouvidor, inspetor, vigário, delegado, agricultor, capitão-mor, comandante da polícia. E há ainda os que não

fazem referência ao cargo público, profissão ou atividade que desempenharam. (*op.cit.*, p. 107)

Essas considerações são importantes uma vez que, mesmo sendo pessoas que apresentam diferenças de escolaridade ou até mesmo de nível sociocultural, percebemos, nas cartas analisadas, ao menos, uma tentativa de manutenção de um discurso predominante, tanto por meio das estruturas linguísticas (variedade linguística) quanto das tradições discursivas utilizadas para a produção do texto. Além disso, ao estudar esses tipos de documentos, “é possível perceber as relações de poder, através da assimetria, decorrente da posição de maior prestígio, de superioridade do enunciador” (FONSECA, 2003, p.111).

Essas relações de poder são percebidas, inclusive, no que diz respeito ao gênero textual analisado, o que nos motivou à ampliação dos *corpora* justamente para investigarmos em que medida ele pode revelar as relações de poder e afetar a própria constituição linguística do texto.

Diante do fato de que os documentos em questão encontram-se inseridos em uma situação de formalismo, de controle social e de uso da linguagem relacionada ao poder, nossa primeira hipótese foi a de que, nas cartas, houvesse maior utilização de orações hipotáticas causais do que nos relatos e mensagens, onde haveria maior utilização de conformativas, por sua vez. Tal hipótese decorre do fato de que, como as cartas são geralmente enviadas ao governador da província, deve ser mais recorrente o uso de justificativas, aos atos tomados ou às ações descumpridas; o que não ocorre nas mensagens e relatórios, o que se relacionaria à relação de poder entre esses interlocutores: o governador, o presidente ou o vice-presidente não têm motivos para justificar os fatos expostos, apenas o relatam, tornam-no de conhecimento geral.

Assim, além das cartas, foram selecionados Mensagens e Relatórios retirados do Arquivo Público do Paraná (disponível para consulta em [www.arquivopublico.pr.gov.br](http://www.arquivopublico.pr.gov.br)). O acervo do Arquivo Público do Paraná é composto de documentos de caráter administrativo-legal e de caráter histórico-cultural, pertencente, em especial, aos séculos XIX e XX, constituindo uma importante fonte de conhecimento sobre o desenvolvimento social, econômico, político e administrativo do Estado do Paraná.

Dentre os diversos documentos disponibilizados pelo Arquivo Público do Paraná, selecionamos 20 relatórios, produzidos entre 1854 e 1880, e 20 mensagens, escritas entre 1893 e 1930. Desse material, utilizamos as 10 primeiras páginas de texto neles apresentadas. As páginas em que são apresentados índices, capa, erratas, tabelas, listagens não serão consideradas, apenas as que contenham estruturas oracionais passíveis de encontramos as ocorrências analisadas.

Tal recorte se fez fundamental pois que o número de páginas por documento é bastante variável, indo de 08 a 200 páginas aproximadamente, e nossa intenção é aproximar a quantidade de documentos analisados nos três gêneros textuais selecionados (cartas, relatórios e mensagens oficiais), obtendo cerca de 200 páginas de cada um deles. Como são vários os documentos disponíveis, trabalhamos apenas com alguns, optando por aqueles que tivessem melhor qualidade de digitalização, visto que alguns documentos estavam parcialmente ininteligíveis, o que não possibilitava sua utilização. Assim constituem os *corpora* desta pesquisa os seguintes relatórios e mensagens:

<b>Relatórios de Governo</b>	<b>Mensagens de Governo</b>
Relatório 1854-a, presidente	Mensagem 1893, presidente
Relatório 1855-a, presidente	Mensagem 1895, presidente
Relatório 1856-a, vice-presidente	Mensagem 1897, presidente
Relatório 1857-a, vice-presidente	Mensagem 1899, presidente
Relatório 1858, presidente	Mensagem 1901, presidente
Relatório 1860, presidente	Mensagem 1903, presidente
Relatório 1862, presidente	Mensagem 1905, presidente
Relatório 1864-a, vice-presidente	Mensagem 1907, presidente
Relatório 1865, presidente	Mensagem 1909, presidente
Relatório 1866-a, presidente	Mensagem 1911, presidente
Relatório 1867-a, presidente	Mensagem 1913, presidente
Relatório 1868-a, presidente	Mensagem 1915, presidente
Relatório 1870-a, presidente	Mensagem 1917, presidente
Relatório 1871, presidente	Mensagem 1919, presidente
Relatório 1872, presidente	Mensagem 1921, presidente
Relatório 1874, presidente	Mensagem 1923, presidente
Relatório 1876, presidente	Mensagem 1925, presidente
Relatório 1877-a, presidente	Mensagem 1927, presidente
Relatório 1878-a, presidente	Mensagem 1929, presidente
Relatório 1880-a, presidente	Mensagem 1930, presidente

**Quadro 4:** Relatórios e mensagens que constituem os *corpora* de pesquisa.

Na seção de análise fazemos referência aos relatórios e às mensagens da seguinte forma, por exemplo: Rel\_1854\_a\_p, em que 'Rel' significa o gênero relato, para mensagem, utilizamos 'Msg'; em seguida é apresentada a datação do documento, '1854'; 'a', para fazer referência ao primeiro documento escrito no ano, quando houver mais de um e, finalmente 'p', quando o documento foi redigido pelo presidente ou 'v\_p', no caso do vice-presidente ser o enunciador em questão.

No que tange às cartas, foram usadas as informações como o gênero, a cidade em que foi produzida e a data de produção.

### **3.3. Procedimento para a coleta dos dados**

Em um primeiro momento, o recorte deste trabalho focava a análise das orações hipotáticas causais nas cartas oficiais publicadas nas obras *Scripturae nas Villas de São Luiz de Goaratuba e Antonina: Manuscritos setecentistas e oitocentistas* e *Scripturae na Villa de Pernagoa: Manuscritos Setecentistas*. No entanto, a quantidade de ocorrências não era suficiente para a investigação, o que nos motivou ampliar os *corpora*. Além desse fator, verificamos que as orações hipotáticas causais não tinham um comportamento uniforme, visto que, diferentemente do que é apregoado, tanto pelas gramáticas quanto pelos estudos linguísticos, não vinham antepostas à oração nuclear. De acordo com Barreto (1999), no decorrer do processo de gramaticalização, as orações iniciadas pelo *como* passaram a ser antepostas, mas, outrora, já apresentaram maior mobilidade oracional.

O fato de podermos trabalhar com um material em que se verificaria um estágio desse processo rumo à estabilidade oracional foi um dos fatores que nos motivou a ampliarmos os *corpora* de pesquisa. No entanto, o que poderia ser apenas considerado um estágio no processo de gramaticalização nos despertou ainda mais o interesse, ao constatarmos que, quando pospostas, as hipotáticas em questão apresentavam dois matizes semânticos: o causal e o conformativo.

De fato, o foco deste trabalho era a investigação das construções causais iniciadas pelo *como*, contudo, devido a essas nuances semânticas verificadas quando elaboramos um estudo parcial sobre o tema, para que um melhor estudo fosse possível, fez-se necessário considerarmos as construções conformativas também. A dúvida primária girou em torno das definições encontradas do que seja uma oração conformativa, visto serem vagas, circulares e não delimitarem exatamente a ideia carregada por esse conceito, seus limites e extensões semânticas e funcionais.

Para Cunha & Cintra (2001, p.608), as conformativas ocorrem “quando a conjunção que as inicia é subordinativa conformativa”. Em Bechara (1978, p.134), a única e sucinta explanação é que as orações conformativas ocorrem “quando a subordinada exprime um fato apresentado em conformidade com a declaração principal: *como, conforme, segundo, consoante.*”

Outro aspecto comum a vários materiais é a simples permutação de um conector pelo *conforme*, como modo de verificação se a oração é conformativa. Kury (2003) ressalta que os limites entre as orações comparativas e as conformativas nem sempre são muito claros:

Conforme se vê, as orações conformativas se aproximam bastante, muitas vezes, das comparativas, e nem sempre são suficientemente nítidos os limites entre umas e outras. Didaticamente, aconselhamos um processo: Se o *como* for substituível por *conforme*, a oração será conformativa; e será comparativa quando o *como* corresponder a *assim como, qual*. Além disso, o verbo da oração comparativa costuma ser o mesmo da principal, o que não ocorre com as conformativas. (p.96)

Em termos gerais, quando as conformativas são mais profundamente consideradas, o são em relação às comparativas, como o exposto por Kury ou por Mateus *et alii* (2003, p.762), para quem, “ao contrário das orações comparativas, as conformativas são deslocáveis, podem ser objeto de clivagem e são adjuntos”.

Por sua vez, nos dizeres de Neves,

A oração conformativa expressa um fato que se dá em conformidade com o que é expresso na oração principal. Assim, no enunciado



*Vou te contar conforme me for possível. (L)*

o que o falante diz é que ele vai contar algo, em conformidade com a possibilidade existente.

# Também podem estar relacionados dois atos de fala. Assim, em *Viver é correr riscos, segundo disse Zaratustra. (ACM)*

o que o falante faz é apresentar uma declaração (Viver é correr riscos) que ele configurou em conformidade com o que disse outro emissor. (NEVES, 2000, p.926)

No que diz respeito ao tempo e ao modo verbais, a autora também declara que as construções conformativas “referem-se a presente, passado ou futuro. Quanto ao modo verbal, elas ocorrem com o verbo no indicativo ou no subjuntivo, exceto as iniciadas pela conjunção *como*, que só se constroem com indicativo”, e apresenta os seguintes exemplos:

(11) Pertinho da igreja, COMO você pediu.

(12) COMO se vê, companheiro, a vida é dura.

Além dessas explanações, em alguns materiais, as orações conformativas, por definição, aproximaram-se relativamente da ideia carregada por uma oração causal. Vejamos como Barreto (1999) apresenta a noção de conformidade: “a relação de conformidade se refere a algo, isto é, a algum fato que induz a realização de outro; há uma conformidade entre o pensamento expresso na oração subordinada e o da oração principal”. A partir das ocorrências encontradas, em que a leitura do *como* apresentava nuances de causa e de conformidade (e ainda, de modo, muitas vezes), a definição exposta por Barreto, inclusive, gerou-nos ainda mais alguns questionamentos, porquanto, se um fato induz a realização de outro, na verdade, ele não poderia ser lido como a ‘causa’ dele? Vejamos como isso pode ser pertinente no seguinte exemplo de Decat (2001, p. 146), ao observar que as relações de modo e de conformidade muitas vezes não são claramente distinguíveis:

(13) Casamos de papel passado e Igreja, **como** pediram nossos pais, muito religiosos.

Diríamos que, além dessas leituras – modais ou conformativas –, o exemplo permite, inclusive, uma leitura causal. Se o ato de os pais pedirem, desejarem for o real motivo que os induziu a casar em uma igreja, percebe-se que

a leitura causal é plausível, mesmo a gramática tradicional afirmando que o *como*, em função causal, só possa ser anteposta à cláusula nuclear.

Logicamente que esse exemplo apenas revela o quão delicada é a classificação de elementos conjuncionais em uso, haja vista que “as fronteiras entre conectores muitas vezes desaparecem” (LIMA-HERNANDES, 2006, p.1326). A autora, ao estudar o item *como*, verifica que ele pode apresentar ‘deslizamentos funcionais’ inclusive entre a noção de comparação e de causa. Sua hipótese é a de que o “processamento mental de base comparativa [seja] uma função básica da mente do indivíduo já desde idades bem tenras de aquisição da língua. Muito do que decorre de estímulos sociais é resultante de uma prévia operação de reconhecimento por analogia” (*op.cit.*, p.1322). Dessa forma, um conhecimento prévio funcionaria como moldura associativa à aquisição de conhecimento mais abstratos do indivíduo.

Os caminhos pelos quais o indivíduo pode estabelecer a tarefa de comparar são vários, mas todos, sem dúvida, estão circunscritos a uma atividade, antes, sensorial de observação, seguida de uma justaposição de elementos num processamento cognitivo, que sugere um conhecimento pré-estabelecido: o emolduramento pragmático (LIMA-HERNANDES, 2006, p. 1322)

Hernandes defende que uma relação causal pode também partir de um enquadramento comparativo que ocorre em nível cognitivo:

Na relação entre as orações, a palavra *como* - e as demais palavras de noção comparativa - parece sinalizar a moldura sobre a qual o falante constituiria uma verdade concebida após um processamento de ordem cognitiva. O deslizamento funcional para uma relação causal também partiria do enquadramento comparativo realizado. Ex.: *Como durmo muito cedo, também acordo cedo.* Haveria na base informacional uma comparação que não seria determinada pela relação puramente sintática entre orações, mas, sim, no plano psicológico, uma vez que o falante situa o evento de “acordar cedo” como repetível e correlato ao evento de “dormir muito cedo”. (*op.cit.*, p.1326)

A pesquisadora, ao analisar entrevistas orais, identificou cinco padrões funcionais do *como* dentre as quais nos interessa uma delas:

Como4 (conjunção) - Este conjunto inclui casos em que como assume a função de conectar orações. É um item particularmente polissêmico sinalizando as relações de conformidade, causalidade, comparação e, em alguns casos, ligando dois constituintes, a exemplo do que ocorre numa oração coordenada aditiva.

(11) o espaço da cidade, não é mais o mesmo, é um espaço, violento né, então você já não pode bater perna na rua, como você batia e o Rio de Janeiro é uma cidade adorável pra você bater perna né. (E11- Nurc - Recontato) (*op.cit.*, p.1328)

Percebemos que essas possibilidades de leitura se encontram em um nível pragmático, cognitivo, e não meramente sintático-gramatical, por vezes, tornando a interpretação e a classificação de um dado conector uma tarefa um tanto quanto complicada. Segundo Decat (2001, p.139), “o que vai decidir qual aspecto da proposição relacional é mais relevante é o contexto discursivo”, o que algumas vezes pode até escapar à possibilidade de análise do pesquisador. No entanto, isso não significa que considerar as demais interpretações deva ser descartado, mas que a análise deva ser aprofundada, considerando-se texto e contexto nos quais ele se insere, fatores que se dão em conformidade com os pressupostos da linha funcionalista de estudos linguísticos:

A lingüística cognitiva caracteriza-se por adotar alguns pressupostos contrários à tradição formalista. Entre esses pressupostos está, por exemplo, a idéia de que a significação não se baseia em uma relação entre símbolos e dados de um mundo real de vida independente, mas no fato de que as palavras e as frases assumem seus significados no contexto, o que implica a noção de que os conceitos decorrem de padrões criados culturalmente.

(...)

[Para o funcionalismo] a sintaxe é uma estrutura em constante mutação em consequência das vicissitudes do discurso. Ou seja, a sintaxe tem a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva. Dessa maneira, para compreender o fenômeno sintático, seria preciso estudar a língua em uso, em seus contextos discursivos específicos, pois é nesse espaço que a gramática é constituída. (CUNHA *et al.*, 2003, p.22-24)

Diante dessas questões e porque as pesquisas sobre as orações conformativas são relativamente reduzidas, num primeiro momento, optamos por aplicar o teste das miniconversações propostos por Jespersen (1940 *apud*

NEVES, 1999), conforme exposto no capítulo 2, para verificarmos se a possibilidade interpretativa causal/conformativa era, no mínimo, plausível. Como muitas ocorrências permitiam a realização desse teste e como outras se mostravam apenas conformativas, pois não se enquadravam na classificação de causas no teste das miniconversações, resolvemos, portanto, ampliar a análise deste trabalho, incluindo as hipotáticas conformativas, além de uma maior quantidade de documentos para melhor verificação das ocorrências.

No que tange às cartas, ampliamos os *corpora*, que previamente consistiam em cerca de 65 páginas de texto, para 197; ademais acrescentamos dois outros gêneros textuais, com configuração diferenciada, mas pertencentes ao rol dos documentos administrativos do Paraná: o relatório e a mensagens.

### **3.4. Procedimentos de análise dos dados**

Como dito previamente, tanto os relatórios quanto as mensagens encontram-se disponíveis no Arquivo Público do Paraná, porém estão apenas digitalizados, e não transcritos. Além disso, ainda, alguns deles se apresentam bastante deteriorados o que dificulta, mesmo que parcialmente, sua leitura e compreensão. Diante disso, tivemos a necessidade de passá-los por um programa denominado “OCR – Optical Character Recognizer” – programa de reconhecimento óptico de caracteres –, o qual possibilita um reconhecimento automático de documentos digitalizados, convertendo-os em formato .doc ou .txt, por exemplo.

Apesar de esse programa facilitar um processo de identificação de ocorrências, o texto digitalizado deve passar por uma correção ortográfica, visto que qualquer mancha no papel é reconhecida como caracter e, como os documentos em questão são bastante antigos, muitos trechos não foram plenamente reconhecidos; contudo esse processo de correção foi descartado, porquanto demandaria muito tempo. Por conta disso, a procura pelas ocorrências se deu da seguinte maneira: primeiramente, buscamos, com o auxílio do localizador de palavras do Word, as ocorrências de ‘como’; em seguida, selecionamos para busca o ‘corn’, pois o ‘m’ muitas vezes é reconhecido por ‘rn’

pelo OCR; o que nos permitiu encontrar todas as ocorrências presentes nos documentos.

De posse dos dados, em princípio, intencionávamos utilizar um programa estatístico de análise textual, o *Systemic Coder*, versão 4.5 para a realização da pesquisa. Todavia, como a análise feita é praticamente manual, uma vez que o usuário é quem deve selecionar e analisar, individualmente, cada uma das ocorrências, optamos por não utilizá-lo, visto que uma parte das ocorrências já havia sido analisada sem auxílio de programa algum.

Assim, para a análise e quantificação dos dados, elaboramos os seguintes critérios de análise para a verificação de cada ocorrência:

**1. Tipo de hipotaxe:**

- a. Causal
- b. Conformativa
- c. Ambígua

**2. Tipo de relação expressa pela oração hipotática, conforme Sweetser:**

- a. Domínio do conteúdo (estados de coisas)
- b. Domínio Epistêmico (raciocínio lógico)
- c. Domínio Conversacional (atos de fala)

**3. Posição na oração:**

- a. anteposta
- b. intercalada
- c. posposta

**4. Identidade do sujeito das orações envolvidas: Compartilhamento do sujeito da hipotática com a oração núcleo**

- a. Compartilhamento de sujeito
  - i. Compartilhamento de referência da hipotática com oração núcleo
    - 1. Sujeito explícito
    - 2. Sujeito implícito
- b. Sujeito independente

**5. Modo verbal da oração hipotática**

- a. Realis (indicativo)
- b. Irrealis (subjuntivo)

#### **6. Tempo verbal da oração hipotática**

- a. Pretérito
- b. Presente
- c. Futuro

#### **7. Classificação semântica do verbo da oração hipotática**

- a. Ação
- b. Ação-processo
- c. Processo
- d. Estado
- e. Modalizador

#### **Quadro 5:** Critérios de análise

O primeiro fator a ser considerado (1) é a leitura permitida pela oração hipotática – causal, conformativa ou ambígua. Como ambígua, classificamos as orações que apresentam maior dificuldade de serem interpretadas, apresentando nuances causais e conformativas; algumas delas, inclusive, seriam tradicionalmente classificadas como conformativas, mas levamos em consideração a possível aplicabilidade do teste de miniconversações como forma de verificação se tais orações conservam também a matiz significativa de causa.

Feito isso, levantamos alguns fatores que influenciam a leitura da oração hipotática, considerando o arcabouço teórico exposto nos capítulos 2 e 3, tanto sobre as metafunções de Halliday quanto sobre os estudos de Sweetser acerca da gramaticalização das causais. Mesmo a proposta de Sweetser sendo especificamente para a análise das estruturas causais, adotamo-la para a análise das conformativas, visto que Neves (2000) afirma que as conformativas podem estabelecer relações no nível do conteúdo e atos de fala, não explicitando nada acerca do domínio epistêmico, o que não significa que haja tal possibilidade (levantamento que faremos na análise dos dados).

Após o levantamento desses dados, elaboramos a análise estatística e constatamos quais parâmetros ou fatores influenciaram na diferenciação entre as

hipotáticas causais e conformativas ou na possibilidade de haver um estágio intermediário entre tais significações. Os resultados são apresentados e discutidos com exemplos dos *corpora* no seguinte capítulo.

## CAPÍTULO IV

### ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo constam os resultados obtidos e uma discussão feita a partir dos dados analisados nas cartas oficiais, nos relatórios e nas mensagens.

#### 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como apresentamos anteriormente, o item linguístico *como* pode exercer diferentes funções no Português brasileiro. Nosso propósito, no entanto, recai na análise de sua utilização quando em função causal e conformativa. Assim, a análise que apresentamos a seguir busca aliar os conceitos teóricos da LSF de Halliday à proposta de Sweetser acerca da gramaticalização de estruturas causais, ampliando essa análise às conformativas, para verificarmos se essas estruturas também passam pelo mesmo processo de gramaticalização que as causais. Além disso, atentaremos para as diferentes funções proposicionais, textuais e interacionais expressas por esses elementos. Da análise de cerca de 600 páginas de documentos (cartas, relatórios e mensagens), iniciaremos com a análise de cada um dos gêneros para, num segundo momento, estabelecermos semelhanças e diferenças entre os gêneros que possam interferir nas estruturas linguísticas neles utilizadas.

##### 4.1. Análise das Cartas

###### 4.1.1. O gênero carta oficial e seu contexto de produção

De acordo com Silva (1997, in Bezerra, p.210), a carta seria um gênero constituído por três seções: seção de contato, seção nuclear e seção de despedida. Segundo Marcuschi (2008), esses seriam os elementos básicos capazes de possibilitar que textos pertencentes a tais gêneros sejam



minimamente identificáveis, embora as cartas possam apresentar um amplo espectro de classificação, que podem variar consoante os seguintes aspectos: o contexto de comunicação em que a produção do texto ocorre; suas funções, seus objetivos e o tipo de informações veiculadas, conforme a relação estabelecida entre os interlocutores. Tais fatores podem alterar, inclusive, a forma como a carta é estruturada, ocorrendo diferenças nas três seções expostas.

Silva (1997) também afirma que as partes constitutivas das cartas podem ser consideradas características amplas que costumam aparecer naquilo que a autora define como subgêneros das cartas, dentre os quais podemos citar: as cartas *do* leitor, cartas *ao* leitor, cartas pessoais, carta aberta, carta resposta entre outras, o que converge para as características apresentadas na seção 3.1.3.

Um aspecto relacionado a essa diferenciação dos tipos de cartas existentes é o contexto de circulação em que se estabelece a comunicação por ela veiculada. De acordo com Fonseca (2003, p.110), podemos dizer que as cartas que compõem os *corpora* da pesquisa estão inseridas em uma situação de formalismo e de controle social, em que a utilização da língua está relacionada a questões de poder. Espera-se, portanto, que as pessoas que exerçam cargos públicos estejam interessadas no poder público, nos assuntos relativos à vida e à organização da colônia, no cumprimento de ordens expedidas pelo governador, na emissão de informações sobre o andamento dessas ordenações.

Desse modo, as cartas são textos utilizados para deixar o governador da província de São Paulo a par dos acontecimentos e assuntos ligados a negócios das regiões paranaenses que lhe eram subordinadas, tais como: taxaço e arrecadação de impostos, fundação de colégio, necessidade de reforçar a segurança das vilas, dentre outras questões. Lembramos que as cartas oficiais que constituem os *corpora* desta pesquisa foram produzidas na época anterior a 1853, data em que o Paraná passou à província, desvinculando-se de São Paulo. Assim, *apenas em 28 de agosto de 1853, Curitiba tornou-se capital provisória da recém emancipada Província do Paraná, e, pouco tempo depois, definitiva* (AGUILERA e BARONAS, p.12).

É nesse contexto anterior à emancipação do estado do Paraná que analisamos as construções causais e conformativas, nas cartas produzidas entre

1721 - 1821, considerando-as à luz das funções sociais e comunicativas a que se prestam.

#### **4.1.2. A noção de causalidade nas cartas**

No que diz respeito ao tipo de relação expressa, houve uma maior ocorrência das orações hipotáticas conformativas, o que, na verdade, configura-se como resultado diverso da primeira análise feita e da hipótese levantada. Como se disse anteriormente, a escolha pela análise das orações hipotáticas causais ocorreu em um primeiro momento, pela quantidade em que apareciam na amostragem de dados selecionada no início da pesquisa (39,39% de orações causais, contra 33,33% de orações conformativas e 27,27% de orações ambíguas).

Por conta disso, a hipótese primeira era a de que nas cartas haveria mais construções causais devido ao fato de haver bastantes justificativas, resultantes da relação assimétrica de poder entre os destinatários das cartas. Essa relação assimétrica é decorrente da posição ocupada entre os interlocutores das missivas, visto que o destinatário ocupa uma posição de maior prestígio e, portanto, de superioridade (FONSECA, 2003). Em vista disso, acreditamos que ocorreria um maior número de construções introdutoras de explicações, causas, justificativas, para demonstrar a subordinação das vilas à Província e para expor a necessidade de se apresentarem satisfações ao poder ali exercido.

Mesmo não havendo um grande número de justificativas, conforme constatado em um primeiro momento, verifica-se, ainda assim, a relação assimétrica nas cartas, já que são produzidas pelas vilas de Antonina, Morretes, Paranaguá e Curitiba à Província de São Paulo, a quem pertenciam. Dessa maneira, tal relação de poder se justifica pelas circunstâncias sociais e históricas, decorrentes da subordinação política, administrativa e econômica das vilas citadas à Província de São Paulo.

Ainda podemos dizer que, embora o número de construções causais seja menor do que havíamos esperado, as ocorrências no gênero em questão foram as mais significativas (26,9%), pois se apresentaram praticamente nulas nos

relatos (4,76%) e nas mensagens (5,88%). Os resultados encontrados, quanto ao tipo de construções verificadas, foram os seguintes:

<b>Tipos de orações hipotáticas</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Percentual</b>
Causal	24	26,09%
Conformativa	47	51,09%
Uso ambíguo	21	22,83%
<b>Total</b>	<b>92</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela 1:** Tipo de orações hipotáticas encontradas nas Cartas

Diante desses dados, também não podemos descartar que, mesmo que as conformativas apareçam em maior quantidade nas cartas, tal resultado ainda confirma nossa hipótese de que a causalidade é um recurso argumentativo mais utilizado no gênero em questão se o compararmos aos outros gêneros textuais pesquisados.

A presença de construções causais pode se relacionar à seguinte função, exposta por Barros (1995), ao pesquisar o discurso justificativo em textos jurídicos medievais:

as incursões (ou excursões) no domínio da argumentação-justificação parecem ser motivadas pela ocorrência, ou possibilidade de ocorrência, de situações de dúvida. Parte-se do princípio de que só se legisla por necessidade e apenas sobre o que pode eventualmente ocorrer. Estabelecida uma dicotomia axiológica BOM/MAU e procedendo, de acordo com esta, a uma classificação dos eventos como “bons” ou “maus” para a comunidade e a “prol comunal de todos”, qualquer fato “mau” motiva o aparecimento de atos de injunção positiva ou negativa. E de um modo geral o texto explicita o movimento que conduz à decisão de emitir uma directiva. (p.150)

Nesse sentido, podemos verificar que na ocorrência (01)<sup>10</sup> temos a construção causal introduzindo uma justificativa para o envio de documentos anexos em que se explica melhor a necessidade de se concederem terras às edificações dos padres da Companhia; a necessidade dessa explicação é decorrente de uma crença do falante que a julga importante. Assim, percebemos que essa informação é expressa justamente para retirar qualquer possibilidade de

<sup>10</sup> A partir deste capítulo, reiniciaremos a enumeração das ocorrências, para que melhor se tenha uma noção da quantidade de ocorrências analisadas.

haver dúvida por parte do Governador sobre a necessidade de prover os padres da Companhia de Jesus as possibilidades para que refaçam os pilares da igreja outrora demolidos.

(01) Mais **como** este prossedimento em contra emparte O disposto que hã sobre este particular Nos paresseo dar avossallustrissima detudo Conta emviandolhe as copias emclusas pellas coais Vera vossallustrissima que vindo aesta Villa o Doutor Dezembargador Raphael Pires Pardino em correcaõ ante Vendo que os Reverendos Padres seasenhoreavaõ de sem [brasas de chaonsl em coadra Na Milhor paraje que tem esta villa para o seo aumento Proueo sinaõ goardaçe a tal data de chaons~. como da Mesma Copia Consta (Carta – Paranaguá – 1743).

Além disso, também há crença de que a reconstrução do templo é algo positivo e necessário à sociedade, o que se articula com a ideia exposta por Barros de se conduzir o leitor a aceitar a informação que sugere a execução de algo. Essa condução de raciocínio também é reforçada por expressões que marquem o que Barros (1995) denomina de “disposição psicológica”. Quando os redatores da carta afirmam que o envio de documentos lhes pareceu ser suficiente para dar conta de todas as informações necessárias, explicitou-se um julgamento do falante, o qual é expresso para que haja adesão a essa ideia por parte do leitor:

Na maioria dos casos parece haver um nexos entre uma disposição psicológica (modalidade volitiva/bulomaica) para tomar a decisão e emitir a lei e a constatação de casos de ocorrência confirmada que suscitam ou mesmo exigem a existência dessa directiva. A disposição psicológica aparece traduzidas em formas verbais como “achamos”, “avemos voontade”, “queremos”, “avemos sperãça”, entre outras.

Em (02), essa disposição psicológica, na verdade, é utilizada como forma de apiedar ou comover o interlocutor, visto que anteriormente na carta foram apresentados os motivos que impossibilitaram o envio de pessoas da província de Guaratuba para que visitassem o Príncipe Regente, no Rio de Janeiro:

(02) Ficamos Rogando a Deus **como** Somos obrigados pela Vida eSaude de Vossa Excelencia a cuja Illustre pessoa o mesmo Senhor o Guarde muitos annos. (Carta – Guaratuba – 1808).

Nesse caso, também se pode constatar um caso de oração causal posposta à oração principal. O caso em questão não expressa uma relação de conformidade, entre o fato de serem gratos à vida do Governador e de rogarem a Deus, mas justamente o fato de serem gratos ao Governador que os leva a rogar a Deus em nome dele.

De modo geral, as causais são utilizadas nas cartas como recurso argumentativo utilizado para fundamentar, validar comportamentos e atitudes e esclarecer fatos. Assim, além de serem utilizadas para expressar uma causa real, as construções causais são muitas vezes usadas como forma de induzir o leitor a uma espécie de raciocínio lógico que o leve a compreender a relação de causa/efeito entre duas asserções.

Nos excertos (03) e (04), são expostas várias dificuldades pelas quais passam os moradores de Guaratuba, as quais servem como justificativas que validem a falta de cumprimento às ordens expedidas pelo governador:

(03) Esta terra hé muinto, e muinto pobre; e de poucos Moradores, ainda esses poucos: Pessoas de baixa exferas e sem estimulos de onrra; e adiantamento e sómentes ha meya duzia de omens brancos da Governanssa da terra por cuja razaõ não pode ter adiantamento algum (...) e **como** essa [gente] falta não há quem cultive as desertas terras para produssaõ das lavouras objecto este da felicidade dos Povos (...) e interesse de Sua Magestade (Carta Guaratuba – 1799).

(04) Vossa Exceelencia nos ordena mandemos a essa capital the fins de Maio hum membro deste senado para asignar o rezultado das conferençia e tendo determinado hir a prezenssa de Vossa Exelência o vereador Primeiro o Capitaõ Manoel de Miranda Coutinho, este estando se aprontandose lhe sobrevejo hua molestia a qual lhe da motivos de izensaõ e **como** o segundo vereador eo Procurador por empocibilidade não podem hir a prezenssa deVossa Excelencia nos deliberamos utilizar da faculdade que Vossa Excelencia nos permite na segunda Carta de podermos cometer os nossos plenos poderes em Pessoa de conhecida probidade pela capital (Carta Guaratuba – 1799).

Nesse sentido, a noção sobre as relações causais deve ser ampliada, já que o escopo da causalidade não se limita apenas a causas reais, mas se alarga a causas admitidas, supostas ou hipotéticas, consoante Azeredo (2002, p.223), o que se articula à ideia de Sweetser (1988) de que as relações causais também estão passando por um processo de gramaticalização ao expressarem relações não apenas no âmbito do conteúdo, mas no nível epistêmico e entre atos de fala, conforme desenvolvido adiante.

### 4.1.3. A noção de conformidade nas cartas

A função argumentativa das construções conformativas evidencia-se para demonstrar que as atitudes tomadas estão em consonância com a lei e para servirem como prova. Grande parte das construções conformativas utilizadas nas cartas tem, inclusive, essas funções e se manifesta pelas seguintes expressões cristalizadas, “como se observa” e “como se vê”, demonstradas nos exemplos (05) a (08):

(05) o mesmo se observa na cabeça desta comarca **como** tudo se vê pela certidão que junto oferece do escrivão della (Carta – Curitiba – 1704).

(06) Constando do dito Regimento, montar ao todo adita Licença trezentos e SeSenta reis; a Saber duzentos reis pello primeiro despacho, oitenta e seis pello termo que fica nos Livros, Rezisto Outros oitenta reis, **Como** Se observa nesta Cabeça de Comarca, e-Semostre pella certidão folhas seis (Carta – Curitiba – 1704).

(07) aquetudo os o brigaõ os ditos officiaes dacamarã: como, tam bem os Menistros, que corregerã adita villa, **como** se vé dos seus Doutos provimentos, que se achã no dito Livro das ditas fianças, e constapella certidão do Tabaliam da ditavilla ao diante junta extrahida do dito Livro das fianças (Carta – Curitiba – 1754).

(08) **como** se ve em tudo o bservam osuplicante o mesmo determinado sem alterar, nem diminuir, o dito regimento, e costume, parece senão deve atender o semelhante requerimento, ou opposiçoens. (Carta – Curitiba – 1704).

Além disso, observamos que tais expressões são utilizadas retoricamente, pois servem para introduzir atos de fala que explicitam a evidencialidade do que é dito, o que, para Perelman e Tyteca (2005) é um recurso argumentativo que se relaciona à escolha de dados que se adaptam a um dado auditório especializado: “O fato de selecionar certos elementos e de apresentá-los ao auditório já implica a importância e a pertinência deles no debate” (p.132).

Dessa forma, tais expressões são uma forma de induzir uma dada leitura, apresentando-a como constatação, mesmo quando não há dados apresentados, conforme verificamos em (08). Tal recurso cria no ouvinte a ilusão de que o que é dito pode ser verificado, constatado por qualquer um, mesmo isso não sendo necessariamente real, por não passar de um julgamento que expressa a

subjetividade do locutor, pois, de fato, quem determina que algo pode ser verificado é o próprio falante.

#### 4.1.4. Construções com dupla possibilidade interpretativa:

No que diz respeito à classificação das causais, Neves (1999) ressalta a extrema complexidade dessas ocorrências, inclusive porque a verificação empírica das relações de causalidade ultrapassa o escopo de investigações linguísticas: “em termos de enunciados reais, a noção de causalidade tem de ser investigada no complexo de domínios envolvidos na produção de sentido.” (NEVES, 1999, p.462)

Diante disso, a autora propõe uma avaliação pragmática das construções causais, com base no raciocínio exposto por Jespersen (1940), que sugere miniconversações para a verificação de enunciados condicionais, raciocínio usado por Neves (1999) para a análise de construções causais encabeçadas pelo *como*, conforme podemos verificar no seguinte exemplo com base nos *corpora* utilizados nesta pesquisa:

(09) **Como** os offeçiais desta Camera estiueçem retirados por suas fazendas, pêra benefiçiode suas lauouras, (vnico tratodesta villa) naõ nos foi poçivel com mais breuidade o podermos dar comprimento a ordem de Vossa Excelencia em enviarmos hum dos Republicanos desta Villa (Carta – Paranaguá – 1721)

A: Os oficiais desta vila encontram-se retirados em suas fazendas, não é?

B: (É)

A: Então/por isso não foi possível cumprir a ordem de Sua Excelência.

Segundo Neves (1999), a verificação proposta por meio das miniconversações tem a seguinte função:

Do mesmo modo que ocorre nas construções condicionais, pode presumir-se que a concordância sobre a validade da proposição de A, obtida no consentimento (silencioso) de B, funciona como base para o que A diz em seguida (no caso, agora, um enunciado consecutivo), e a contraparte declarativa da pergunta de A constitui um *tópico* para sua declaração em subsequência. (*op.cit.* p.466)

Dessa forma, a autora defende que as orações causais com *como* sempre (em 100% dos casos estudados por ela) são antepostas e carregam a informação partilhada entre os interlocutores, a qual serve de base para a compreensão da informação seguinte (nova, não partilhada) de seu discurso. As introduzidas por outros conectores causais, *que*, *porque*, *já que* têm a tendência a serem pospostas.

Segundo Neves (2000), as conjunções causais, *stricto sensu*, estabelecem relação entre duas orações ou dois eventos, dos quais um deles carrega a noção de causa e o outro, de consequência, efeito, relação que implica uma sequência temporal entre eventos, uma vez que, cronologicamente, a causa ocorre antes do seu efeito.

Essa implicação sequencial é denominada de *iconicidade* e, sob o ponto de vista lógico-semântico, representa uma relação entre a ordem dos eventos e a ordem pela qual as informações são expostas. Relaciona-se à noção de temporalidade imbricada: o que ocorre primeiro, em uma sequência cronológica, é realizado linguisticamente primeiro (CUNHA *et al.*, 2003, p.33). Assim sendo, a ordem como as construções causais iniciadas pelo conector *como* são expostas é icônica, visto que a distribuição das informações representa a ordem em que os eventos ocorreram. Para Neves (2000), tal iconicidade, geralmente, não ocorre nas construções causais, porquanto, na maioria dos casos, elas são expostas após as orações principais, a não ser quando introduzidas pelo *como*, pois, ao exercer função causal, o conector sempre introduz orações antepostas às principais.

Nas cartas analisadas, verificamos que, na maioria das ocorrências causais, ocorrem orações motivadas iconicamente: primeiramente, consideram-se as informações partilhadas, previamente conhecidas e acordadas pelos interlocutores (tema) para, posteriormente, serem apresentadas as desculpas à falta de cumprimento de uma ordem ou um pedido do governador. A informação nova no discurso é apresentada, portanto, em posição remática, conforme podemos verificar no exemplo (09) exposto anteriormente.

No trecho (09), ocorre a exposição de diversas causas que justificam o não cumprimento de uma ordem recebida para enviar um juiz da vila para compor o senado: primeiramente, justificam-se pela demora decorrente da necessidade de



os oficiais da vila estarem tratando de assuntos relativos à lavoura. Quanto ao grau de informatividade, Chafe (1979, p.159) afirma que as informações velhas são aquelas que

[constituem] uma espécie de ponto de partida baseado em conceito já ‘no ar’, com os quais a nova informação pode relacionar-se. A informação velha pode ser compartilhada pelo ambiente comum no qual tanto o falante como o ouvinte estão interagindo. Frequentemente é também compartilhada sobre a base de orações já enunciadas, e nesse caso podemos dizer que o ambiente comum foi criado lingüisticamente.

No trecho em questão, os mecanismos linguísticos empregados para que essa oração sirva de fundo para outra são dois: primeiramente verificamos o verbo ‘estiveçem’, o qual apresenta um nível de transitividade baixa (característica de estrutura que compõe fundo informacional), pois a forma se encontra no modo subjuntivo (*irrealis*), é não-pontual e não-perfectivo; em segundo lugar constatamos o aposto apresentado entre parênteses cuja função é relembrar o leitor de que a lavoura é a atividade comercial da qual a vila depende. O atraso, portanto, para o cumprimento de uma ordem do governador é justificada por uma necessidade da qual os interlocutores devem ter conhecimento. Assim, essa oração causal carrega informação velha/compartilhada, já que está pressuposta a necessidade do cultivo das lavouras como um dado conhecido.

Os fatos assim expostos não apenas refletem a “percepção dos eventos (perspectiva cognitiva), mas, ainda, a organização de uma porção de fala particular, dentro da qual o aspecto cognitivo é apenas um dos componentes, subordinado à intenção comunicativa”<sup>11</sup> (NEVES, 2000, p.816), qual seja, a indiscutibilidade dos pareceres. Destarte, como as construções adverbiais em questão tencionam orientar o ouvinte para o que será dito em seguida, a sua anteposição revela a iconicidade em “termos da ordem dos eventos e em termos das funções discursivas” (DECAT, 2001, p.148).

No entanto, em diversas ocorrências, as orações iniciadas pelo *como* vêm pospostas às principais, o que contrariaria o uso atual desse tipo de construção,

---

<sup>11</sup>Vale ressaltar que a iconicidade pode, inclusive, prestar-se a uma ordem inversa. Essa inversão, no entanto, dependeria da intenção e da estratégia discursiva escolhida pelo enunciador que conseqüentemente resultaria diferentes efeitos informativo-pragmáticos.

visto que, segundo Neves (2000) e Decat (2001), além de outros gramáticos, quando com função causal, o item conjuncional *como* sempre inicia oração anteposta à principal.

De modo geral, foram encontradas 52,75% das ocorrências em posposição e, dentre elas, o que chama atenção é o fato de algumas dessas orações não ocuparem posição canônica causal de anteposição, apresentarem nuances semânticas de causa e de conformidade. A prova é que nessas condições houve uma grande quantidade de ocorrências no gênero carta (23,8%), resultado que se assemelha ao de construções causais verificadas, de 26,37%, conforme dados apresentados nas próximas tabelas:

Posição da oração hipotática	Ocorrências	Percentual
Anteposta	24	26,37%
Intercalada	19	20,88%
Posposta	48	52,75%
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela 2:** Posição ocupada pela oração hipotática intercalada nas Cartas

Tipos de orações hipotáticas	Ocorrências	Percentual
Causal	24	26,37%
Conformativa	46	50,55%
Uso ambíguo	21	23,08%
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela 3:** Tipos de orações hipotáticas nas Cartas

Barreto (1999) afirma que o conector *como*, em sua função causal, já ocupou uma posição diferente da anteposição e o fato de passar a ter uma posição fixa no português contemporâneo vincula-se à gramaticalização pela qual passou o item:

Como causal, o **como** experimentou um processo de sintaticização em relação ao português arcaico. Enquanto, no português arcaico, a conjunção causal **como** era empregada em posição interfrástica, hoje ela ocorre apenas em posição inicial no período. Essa inibição à variabilidade posicional indica um maior grau de gramaticalização (BARRETO, 1999, p.199).

Como exposto anteriormente, quando há esse tipo de emprego em posposição, ocorre também uma dupla possibilidade de leitura semântica entre a

causal e a conformativa. Sabendo que, tradicionalmente, essas ocorrências seriam, à primeira instância, classificadas como conformativas, aplicamos o teste das miniconversações propostos por Neves, com base no raciocínio de Jespersen (1940), para verificarmos se a leitura causal seria possível. Além disso, buscamos no contexto marcas de que, realmente, a leitura seja interpretada como uma causa efetiva para a realização de um suposto fato, uma vez que, muitas vezes, a leitura atribuída à oração hipotática está em nível pragmático, e não apenas sintático-gramatical.

No exemplo (09), constata-se uma oração causal, porquanto se encontra anteposta à oração nuclear. Em (10), veremos uma ocorrência que classificamos como ambígua, pois, em um primeiro momento, pode-se interpretar como construção conformativa, embora apresente traços semânticos de causalidade. Sendo assim, aplicamos o teste de Jespersen para verificarmos tal possibilidade de leitura, o que não é possível com as hipotáticas conformativas.

(10) Dis Manoel Borges de Sam Payo, morador da villa de Coriytiba, e nella servindo as ocupaçoens de escrivam da Câmara, Orfaõs, e Almotassaria, que lhe supllcantes fes a petiçam que incluza offerece aos officiaes da Camara da dita villa, sobre a duvida, e opoziçam dos moradores della, a respeito de lhe não satisfazerem deseus emolumentos doque deve levar das licenças quese costumaõ passar aos – que uzaõ deseus negócios, E porque alem do Requerimento de Sua Magestade Fidellissima que determina selhesatisfaça a cada hua trezentos, esesentareys **como** he uzo, ecostume, eomesmo seobserva nacabeça desta commarca como tudo sevê pella certidaõ quejunto offerece do escrivam della, epara se evitar confuzoenz, assim ao- suplicante (Carta – Curitiba – 1704)

- (A) É usual, é costume, que se pague trezentos e sessenta reis pelo seu serviço?
- (B) Sim.
- (A) Então que se lhe satisfaça/pague os trezentos e sessenta reis.

A carta em questão trata do requerimento feito pelo escrivão Manoel Borges de Sampaio para que recebesse seu ordenado (emolumento) no valor de trezentos e sessenta reis. Determina-se que assim seja porque é costume, é justo que seja pago o emolumento (rendimento) a quem usa de seus negócios, além de ser um direito do suplicante. A justificativa, inclusive, para o pagamento continua no restante da carta. Para que não haja confusão entre o suplicante e a população, solicita-se que paguem os trezentos e sessenta reis devidos, enquanto não acharem alguém melhor para o cargo.

Mais adiante, no mesmo documento, essa causa vem novamente expressa, mas, dessa vez, com um conector mais explícito de causa: “pois de avenissimo sepraticou athe oprezente costume sempre pagarse trezentos esesenta reys”. Em outra carta ainda, alega-se o uso, o costume, a presença do regimento como causas para a realização de pagamentos. Essa ocorrência revela que se trata de uma leitura plausível a partir da compreensão do contexto comunicativo em que é utilizada.

Mesmo assim, não podemos descartar a interpretação de que o pagamento deva ser feito em conformidade com o regimento, o costume. Nesse caso, tanto o regimento quanto o costume acabam sendo as motivações que levam à observância do pagamento. Nesse tipo de ocorrência, há de fato uma dupla possibilidade de interpretação, em que uma não descarta a outra; seria como um estágio intermediário do processo de gramaticalização, no qual as características do item não se encontram muito bem estabilizadas.

Um aspecto percebido nesses tipos de ocorrências é que as orações hipotáticas, quando pospostas, não apresentam autonomia informacional para a elaboração da pergunta. Em “É usual, é costume que se paguem trezentos e sessenta reis pelo seu serviço?”, somente as informações de que ‘é uso, costume’ pertencem à oração hipotática, o que torna a relação entre oração nuclear e a hipotática ainda mais estrita.

Outras situações semelhantes à do exemplo anterior podem ser constatadas em (11) e (12), já que nas duas são feitas referências a leis e regimentos, os quais podem ser lidos como motivadores a determinadas ações (e, portanto, causas) ou podem ser mencionados como forma de comprovar que as ações praticadas estão ocorrendo em consonância (e, portanto, conformidade) com o que é legalmente estabelecido. Além disso, em ambos os casos, embora tradicionalmente se recorra à interpretação conformativa, o teste das miniconversações é possivelmente aplicável:

(11) Agravado hé o agravante Bernardo Martinz Ferreira pellos officiais da camera da Villa de Curiytiba em o obrigarem aser cavo no Limpo e caminho que mandam fazer para os cubatois sem estipendio epaga deseu trabalho; por quefora da testada que tiver o dito agravante no dito caminho não tem o brigaçam de ofazer mas esim pellos bens dadita

camera **como** hé Ley e ordemnação expreça nem para o contrario valle o custume em que se acham de o brigarem aos moradores para o referido (Carta – Curitiba – 1764)<sup>12</sup>

(12) e outra Couza hé muito bastante para asustentação do Suplicado a vista do que= Pedem a Vossas merces sedignem deliberar a favor dos Suplicantes tudo aquillo que acharem justo afim desenaõ verem arrastados comojugo deSemelhante tributo contra odispoto na Carta Regia que apresentaõ os Suplicantes por certidaõ = Despacho = Visto acarta Regia que porcertidaõ se nos apresenta observese esta, em quanto oSerenissimo Principe Nosso Real Soberano não mandar ocontrario, aquem paçamos apor o presente facto na Sua Real prezença **Como** nos determina a ordenação dolivro primeiro titulo secenta esinco paragrafo dezaceis, e esta rezulução seintime apovo por edital, ea oReverendo Vigario por carta de Officio e Saptisfeito paze o escrevaõ certidaõ aopé desta para tudosubir aoReal Trono (Carta – Antonina – 1803)

Nesses casos, tanto a causa quanto a conformidade são leituras plausíveis no que diz respeito ao cumprimento da lei (a lei é fato motivador para a ação expressa ou a ação se dá em conformidade com o que prega a lei), caso em que se percebe um estágio de gramaticalização em nível intermediário. Em (13) e em (14), entretanto, podemos constatar que as ocorrências permitem dupla possibilidade de interpretação, mas já se encontram em um estágio de gramaticalização em que começa a haver a predominância da conformidade:

(13) Estes são os motivoz fortes, porque recorremos apiedoço amparo de Vossa Excelencia queira por serviço de Deus e de Sua Alteza Real se compadesser desta mizera vel terra, que atantos annos vevem os seus abitantes fragellados de hum só omem dandonos, outro sargento Mor para nos Governar pois este official Excelentissimo Senhor não hé criador, antes distruhidor da Paz, e motinador do Povo **como** experimentamoz no tempo, que elle commandou esta terra, que athe alguns Moradores Vindouros setornarao ahir emborá e Certamente nínhum ficara senao fora a acertada providenssia de Vossa Excelencia do novo commendante, que prezentemente tem (Carta – Guaratuba – 1803)

Na ocorrência (13), são feitas reclamações a respeito do Sargento Mor, por ele não ter estabelecido, mas ter atrapalhado a paz na vila. Assim, apela-se a comparações com outras situações problemáticas que ocorreram na vila e à construção da imagem negativa do Sargento Mor, como forma de se criar um cenário, um ambiente que suscite a comiseração do interlocutor. Dessa forma, percebemos que não podemos afirmar que essa seja uma causa real para a

---

<sup>12</sup> Agravo (Rubrica: termo jurídico): recurso que se interpõe para júzo ou tribunal superior, a fim de que se modifique ou reforme decisão interlocutória proferida por juiz de instância inferior. Agravante: diz-se de ou circunstância que intensifica o dolo do agente do delito (HOUAISS)

substituição do Sargento Mor, que se dê no domínio do conteúdo, mas podemos dizer que se trata de uma causa construída, que justifica a necessidade de o Sargento ser afastado. A construção dessa ideia ocorre, inclusive, pela escolha lexical feita pelo(s) produtor(es) da carta – destruidor, amotinador – amparada fortemente no apelo emocional; tanto que a relação estabelecida não se dá entre atos de fala nem no domínio do conteúdo. Nesse sentido, a noção de causalidade vai se perdendo e dando espaço à ideia de conformidade.

Situação semelhante ocorre em (14), carta em que se realiza um pedido acerca da nomeação de posto:

(14) Em conçequenssia da Ordem de Vossas Excelencias e Senhorias que Recebeo onosso Capitão Mor commandante desta Villa Manoel de Miranda Coitinho para proçeder nas nomeassoins de Sargento Mor das ordenanssas Capitaens, e Ajudante da mesma Ordenanças Juntamonos em Camara com a Sistenssia domesmo Capitão Mor paçamos a nomiar as pessoas mais capazes, e Benemeritas desta Villa para exercerem os ditos Postos, que Se axaõ vagos cujas pessoas são tiradas do mesmo corpo das Ordenanssas **como** manda o Regimento da mesmas Ordenças: Ficamos em tudo prompts para executar as Ordens de Sua Alteza Real e de Vossas Excelencias e Senhorias cujas Illustres pessoas Deus Guarde muitos annos Villa de Sao Luis de Guaratuba (Carta – Guaratuba – 1808)<sup>13</sup>

Em um primeiro momento, temos uma construção posposta que permite uma interpretação causal e conformativa ao mesmo tempo: as nomeações foram feitas em razão do regimento ou em conformidade com ele. Constatamos, porém, que, assim como ocorreu em (13), criou-se um cenário anterior para levar o interlocutor a compreender a dificuldade de se nomearem pessoas para ocuparem os postos necessários, com vistas à comoção por conta dessa dificuldade.

Assim como dito anteriormente e conforme verificamos em outras ocorrências, o teste das miniconversações pode ser aplicado. No entanto, o nível informativo presente na oração hipotática é insuficiente para a compreensão da pergunta. Por conta disso, interpretamos tais ocorrências como casos de processos de gramaticalização em que a leitura causal vai perdendo espaço para a conformativa, quando em posição de posposição.

---

<sup>13</sup> Ordenanças: Diacronismo: antigo.corpo de tropas; exército (HOUAISS)

Para encerrarmos a análise feita sobre as ocorrências causais, conformativas e ambíguas, convém ressaltar o fato de que apenas no gênero em questão o número de construções ambíguas, em processo de gramaticalização, foi relevante a ponto de se igualar às construções causais. Nossa hipótese é a de que o contexto histórico tenha influenciado nesses resultados, porque as cartas foram produzidas em uma época de transição e de incertezas sociais o que se espelha na falta de estabilidade das construções analisadas. Tal hipótese é decorrente da comparação feita com os dados obtidos nos demais gêneros textuais, nos quais o número de construções ambíguas é praticamente nulo.

Os demais aspectos a serem analisados – Classificação semântica dos verbos, Tipo de relação expressa, Posição das orações hipotáticas, Tempo verbal da oração hipotática, Compartilhamento e explicitude do sujeito, Modo verbal e Fluxo informacional – não serão considerados separadamente, conforme o gênero textual, visto que os resultados são bastantes semelhantes. Em função disso, optamos por apresentá-los após as análises dos Relatórios e das Mensagens, sendo-nos possível fazer comparações e considerações gerais.

## **4.2. Análise dos Relatórios**

### **4.2.1. O gênero relatório e seu contexto de produção**

O gênero relatório analisado nesta seção se refere a um período histórico que marca o princípio da história do estado do Paraná, a qual, oficialmente, iniciou-se em 29 de agosto de 1853, quando o Imperador Dom Pedro II assinou uma lei que desmembrava a região da Província de São Paulo. Tal período marca a autonomia adquirida pela província, assim como seu progresso e crescimento econômico, cultural e social, fatores que motivaram a imigração europeia (poloneses, alemães e italianos, principalmente) à região.

Em 1855, dois anos após o Paraná ter conseguido sua emancipação político-administrativa, foi criado o Arquivo Público do Paraná, pela Lei n.º 33, de 7 de abril:

A Lei, assinada pelo primeiro Presidente da Província do Paraná, o Conselheiro Zacarias de Goes e Vasconcelos, atribuía ao *Arquivo Público* a incumbência de coligir: *todas as memórias impressas ou manuscritas relativas à história e geografia da província, cartas geográficas, cópia de projetos de obras públicas, mapas estatísticos e mais trabalhos deste gênero; relatórios do presidente da província, do Ministério, e sendo possível, de outras províncias, coleções de leis provinciais e gerais, amostras de quaisquer produtos naturais ou artísticos, que forem oferecidos ao Governo e cuja conservação for possível.* (Cynthia Roncaglio in BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO ARQUIVO PÚBLICO, p. 7)

Os relatórios selecionados para análise foram produzidos entre 1854 e 1880. Esses textos se encontram entre os conjuntos documentais da época em que o Paraná ainda era província, pois foi apenas em 1889 que passou a ser considerado Estado, período a partir do qual as Mensagens analisadas foram produzidas.

Das 200 páginas retiradas dos 20 relatórios analisados, verificou-se uma quantidade de ocorrências muito menor do item conjuncional *como*, se comparada ao gênero carta, previamente apresentado:

Tipos de orações hipotáticas	Ocorrências	Percentual
Causal	1	4,76%
Conformativa	18	85,71%
Uso ambíguo	2	9,52%
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela 4:** Tipos de orações hipotáticas nos Relatórios

Além disso, constatamos que a grande maioria dos casos encontrados nos relatórios<sup>14</sup> é de orações hipotáticas conformativas, o que, de fato, confirma nossa hipótese inicial, pois o gênero textual é de base tipológica expositivo-narrativa, o que justifica o fato de serem escassas as causas introduzidas pelas hipotáticas iniciadas pelo *como*. “Ele [o relatório] é exposição ou narração de atividades ou fatos, com a discriminação de todos os seus aspectos ou elementos.” (MANUAL DE COMUNICAÇÃO ESCRITA OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ, p.74).

<sup>14</sup> Em cinco relatórios, não houve ocorrência alguma do conector *como*. Foram eles os relatórios: Rel\_1856\_a\_p; Rel\_1862\_p; Rel\_1874\_p; Rel\_1876\_p e Rel\_1871\_p, o que, inclusive, revela que as construções analisadas não constituem um recurso característico do gênero em questão.



#### 4.2.2. A noção de conformidade nos relatórios

Embora se trate de um texto em que predomina o relato de eventos e a exposição de informações como tipologias textuais, não se pode negar a existência da argumentação, pois, como ocorre nos diversos tipos de texto oficial, muitas informações devem ser comprovadas. No relatório, especificamente, percebemos uma tentativa de se manter uma neutralidade e objetividade, justamente por que se trata de uma descrição de fatos passados e o gênero textual requerer tais características.

Assim, a conformidade é muito mais eficiente na discriminação de seus aspectos e elementos relevantes, para ser frequentemente utilizada como recurso argumentativo na busca da legitimação do discurso exposto, de um ato de fala etc. No relatório, o enunciador busca construir seu texto apresentando informações que julga serem verdadeiras e, para que não haja maiores questionamentos daqueles que as recebem, seu discurso acaba sendo permeado por argumentos que respaldam o seu discurso. A conformidade acaba cumprindo essa função. Os fatos são expostos como verdades e com a maior objetividade possível. Logicamente que o próprio recorte do que é enunciado e do que deixa de ser exposto já revela a opinião do enunciador ao escolher entre o que é ou pode ser pertinente de ser evidenciado. Por outro lado, buscando-se essa impessoalidade exigida pelo discurso, o locutor vale-se da voz de outrem, de fontes legais etc., para que esses recursos confirmem credibilidade às informações expostas.

Em (15), por exemplo, a oração conformativa é utilizada como forma de justificar um ato de fala, no qual o relator apresenta os motivos que o impossibilitaram de cumprir a elaboração de um relatório completo e de providências que melhorassem a situação da província.

(15) Limitado, como vêdes, é o periodo da minha administração; e, pois, não poderei apresentar-vos, **como** era desejo meu, um relatorio completo do estado da provincia e indicar-vos as providencias que mais de prompto [palavra ilegível] devem ser tomadas em bem do seu melhoramento (Rel\_1878\_a\_p).

Já em (16) é feita referência à voz de outrem ou a fontes legais, para respaldar as informações expostas, o que, conforme Perelman e Tyteca (2005), é uma estratégia argumentativa conhecida como Argumento ou Discurso de Autoridade:

(16) Em data de 1º de Julho ultimo reassumiu o exercício de seu cargo o Dr. Aprigio Ferreira Gomes, juiz de direito de Paranaguá, que se achava licenciado. Por decreto de 22 de Agosto foi removido para a comarca de Castro o juiz de direito, Felipe Alves de Carvalho, que ainda entrou em exercício, achando-se para isso marcado o prazo de seis meses, **como** me comunicou a presidência do Piauby. (rel\_1864\_A\_V).

Consoante os autores, “muitos argumentos são influenciados pelo prestígio” (op.cit., p.347). É o caso do que denominam Argumento de Autoridade ou de Prestígio, recurso que se caracteriza por utilizar “atos e juízos de uma pessoa ou grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese” (op.cit., p.348), como ocorre em (16). Nessa ocorrência, o relator faz referência à presidência do Piauí, como fonte fidedigna de informações que serve de garantia ao exposto anteriormente, pois, “quanto mais importante é uma autoridade, mais indiscutíveis parecem suas palavras” (p.349)

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005),

As autoridades invocadas são muito variáveis: ora será “o parecer unânime” ou “a opinião comum”, ora certas categorias de homens, “os cientistas”, “os filósofos”, “os Padres da Igreja”, “os profetas”; por vezes a autoridade será impessoal: “a física”, “a doutrina”, “a religião”, “a Bíblia”; por vezes se tratará de autoridades designadas pelo nome.

O mais das vezes o argumento de autoridade, em vez de constituir a única prova, vem complementar uma rica argumentação. Constata-se então que uma certa autoridade é valorizada ou desvalorizada conforme coincida ou não com a opinião dos oradores. (p.350)

Tal utilização é bastante semelhante à que se verifica em (17), visto que o relator enunciador se coloca no papel daquele em quem se deve confiar, assumindo ele mesmo a autoridade, ao citar seu próprio discurso. No encadeamento enunciativo, essa citação se evidencia como recurso argumentativo e reforço de informação previamente exposta. Assim :

(17) Em fevereiro, pois, pensando, que ia repetir-se huma dessas scenas, Á que estava habituado, e diposto á retribuir a visita dos selvagens com os mimos do costume, apenas advertido da aproximação dos indios, sahio-lhes ao encontro sem cautela alguma a recebel-os; mas logo ferido mortalmente achou na deslealdade delles, e no proprio descuido, **como** acabei de dizer-vos, o seo prematuro fim e o de sua familia. (rel\_1854\_a\_p).

Além disso, com a mesma função argumentativa, é recorrente que o *como* seja utilizado para trazer referências a leis, a acordos, a avisos, tidos como norma, autoridade impessoal, conforme se verifica em (18):

(18) Aquele arligo unicamente se refere a estas disposições e não as do decreto n. 21012 que especialmente regula a nomeação e juramento dos supplentes dos juizes municipaes e quo está em inteiro vigor, **como** se vê dos avisos de 17 de Abril e 20 do Maio do 1809, o primeiro dos quaes, dando solução a uma consulta da camara do Porto Calvo, ca beça da comarca do mesmo nome, não negou-lhe a competencia de deferir juramento a supplentes nomeados. (rel\_1870\_b\_v).

Nesse caso, além de ser feita referência aos avisos, constatamos também que a conformidade é utilizada nos relatórios como forma de tornar evidente algum tipo de informação exposta. A expressão “como se vê” e suas variantes “como se observa, “como é fácil de reconhecer”, inclusive, são constantemente utilizadas tanto nos relatórios quanto nas mensagens, sempre com a mesma função, o que a torna cristalizada, convencional:

(19) Creada por decreto de 21 de Fevereiro de 1857, seu pessoal consta de um escriptuario servindo de secretario e tres amanuenses, dos quaes um está ao serviço do porto de Paranaguá. **Como** é facil de ver, semelhante pessoal não deu conta do expediente diario, que avulta muito. (rel\_1860\_p).

(20) A tranquillidade publica não foi alterada, e, se não é tal o estado da segurança individual que inspire ao cidadão a mais completa seguridade, muito tem melhorado, **como** é facil reconhecer, attendendo-se major vigilancia da policia, e ao movimento e agitação, que trouxe a necessiclade de augmentar o nosso exercito pelo recrutamento, e pelas designações da guarda nacional: assim é que uma estatistica mais numerosa indicaria aperfeiçoamento dos meios da policia , e não augmento real de crimes commettidos. (rel\_1866\_a\_p).

Embora nos relatórios as ocorrências de orações conformativas ainda sejam inferiores ao resultado encontrado nos demais gêneros, elas são formas recorrentes tanto nos relatórios quanto nas mensagens para introduzirem dados, provas específicas, que compõem as informações referentes aos acontecimentos

da província ou para servirem como prestação de contas. São exemplos as seguintes ocorrências:

(21) No periodo propriamente de minha administração, o numero e classificação delles [de crimes ocorridos na província] são **como se segue**; (rel\_1867\_a\_p).

(22) **Como vedes**, este serviço está longe de attingir o humanitario a que se propõe. (rel\_1868\_a\_p).

Em (21), tem-se, em seguida, a relação dos crimes que aconteceram na província. Em (22), é feita referência às informações apresentadas em um gráfico com os números da vacinação realizada. Assim, observamos que essas utilizações se articulam às tipologias discursivas que compõem o gênero, já que se prestam à inserção, exposição de informações ou à exposição dos eventos ocorridos.

Há situações em que o *como* é usado como forma de introduzir exemplificação, que sirva de confirmação ao enunciado expresso previamente, conforme (23) e (24). De fato, nesses casos constatamos haver também nuances semânticas de comparação, modo e exemplificação na utilização do *como*:

(23) Essas razões, porém, que estou longe de attribuir a egoismo, não são, por certo, de uma relevancia incontrastavel ; porque e rocio póde alargar-se, **como acaba de succeder á Palmeira**; a distancia das terras lavradas, se não embarçou aquella formosa povoação de chegar ao grao de crescimento em que a vemos, não póde condemnal-a á immobilidade eterna, que augura-lhe a camara de Castro, e as rendas crear-se-hão, logo que a respectiva câmara funcione e ponha em pratica os meios consagrados nas leis vigentes, enviando a assemblea legislativa da provincia as precisas propostas. (Rel\_1855\_a\_p).

(24) O Paraná tinha naquella estação a cargo unicamente de um administrador, duas praças de polícia incubidas de garantir a ordem e prevenir a defraudação de imposto devido, **como se pratica em todas as estações arrecadadoras da provincia**. (Rel\_1877\_a\_p).

Em (23), a leitura conformativa pode ser vista se considerarmos que o conteúdo da oração subordinada está de acordo com a possibilidade de o *rocio* se alargar. No entanto, não podemos descartar a interpretação de que a possibilidade de considerar o aumento da cidade se dá em comparação ao

crescimento verificável em Palmeira – do mesmo modo como ocorreu em Palmeira –, o que pode sugerir uma interpretação comparativa ou até mesmo modal nessa situação. Já em (24), a prática de arrecadação deve ser feita nas duas praças de polícia do mesmo modo como ocorre em todas as estações arrecadadoras, o que sugere uma interpretação modal, comparativa (se pensarmos que, ao igualarem-se as duas praças, elas estão sendo equiparadas) e conformativa.

Conforme explanado anteriormente, é comum que as leituras modais, comparativas e conformativas se confundam em alguns casos, até mesmo porque, de acordo com Barreto (1999), as comparativas e conformativas seriam resultado de um processo de gramaticalização sofrido pelas modais. Dentre as distinções apresentadas, de modo geral, a primeira delas é que as comparativas, em sua grande maioria, não trazem o verbo da oração explicitado. Outra diferença seria com relação ao modo verbal, quando no indicativo, classificam-se como conformativas (NEVES, 2000). Assim sendo, *a priori*, tais ocorrências podem ser consideradas conformativas. No entanto, não podemos negar os demais sentidos imbricados nessas utilizações, assim como a função textual de apresentação de exemplos que se articulam com as informações expressas previamente.

### **4.3. Análise das Mensagens**

#### **4.3.1. Mensagens e seu contexto de produção**

Enquanto os relatórios pertencem a um período em que o Paraná se constitui como província, as mensagens, por sua vez, são referentes à época em que o Paraná já se tornara Estado. As mensagens analisadas foram produzidas entre 1893 e 1930, período que corresponde à República, em que

O Estado possuía apenas um representante na assembléia provincial, Vicente Machado da Silva Lima. Embora o deputado tivesse alguma projeção, o Estado sofreu diversas crises políticas e, apenas em 1892, o Paraná obteve sua constituição estadual que perdurou até 1930. (SILVA, in AGUILERA & BARONAS, 2007, p.11)

Diante desse contexto de produção, esperamos em um primeiro momento encontrar maior estabilidade linguística nas formas utilizadas na produção dos textos do que a encontrada nos relatórios. No entanto, diferentemente do esperado e dos resultados dos relatórios, no gênero em questão, foram encontradas ocorrências significativas de orações cujo uso do *como* é marcado pela ambiguidade, mesmo que em menor número do que ocorreu nas cartas, embora a utilização mais expressiva tenha sido, como foi nos relatórios, do *como* em sua função conformativa<sup>15</sup>:

Tipos de orações hipotáticas	Ocorrências	Percentual
Causal	3	5,88%
Conformativa	39	76,47%
Uso ambíguo	9	17,65%
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela 5:** Tipos de orações hipotáticas nas Mensagens

#### 4.3.2. A noção de conformidade nas mensagens

Do mesmo modo como ocorre nos relatórios, muitas orações conformativas são cristalizadas por expressões dentre as quais podemos citar: “como se vê”, “como sabeis” , “como vedes”. Tais expressões introduzem atos de fala cuja função é a de ativar um conhecimento partilhado entre os interlocutores e, assim, reforçar a evidencialidade do que é dito. Dessa forma, a partir do momento em que se afirma que uma dada informação é vista por todos ou sabida por todos, busca-se torná-la evidente e, assim, indiscutível, incontestável, conforme ocorre em nos seguintes excertos:

(25) O nosso systema de impostos, **como** sabeis, repousa no valor official do producto tributado, e, consequentemente, a variabilidade d'esse valor não influe no resultado da nossa receita. (Msg\_1897\_p).

(26) Foi esse, **como** se vê, o exercicio financeiro do Estado de maior movimento até hoje; e o avultado saldo que elle passou para o actual prova que os planos financeiros do governo foram coroados de completo exito. (Msg\_1907).

<sup>15</sup> Na mensagem 1903, não houve ocorrência alguma.

(27) O imposto predial deu um excesso de 21:249\$101rs. Esse imposto, **como** sabeis, é do Municipio da Capital e passou para o Estado, em 1904, em virtude de convenio lavrado na Secretaria de Obras Publicas entre os dois poderes — o estadual e o municipal, para os fins da lei n. 506 de 2 de Abril de 1903, isto é, para construção das obras do saneamento de Curytiba. (Msg\_1911).

As construções conformativas também são utilizadas nas mensagens para que seja feita menção ao Discurso de Autoridade. Nos excertos (28) e (29), é feita referência constante ao discurso de Laboulaye, jurista e autor francês, idealizador da Estátua da Liberdade, cujas obras versavam sobre a história política dos Estados Unidos:

(28) Isto seria a supremacia absoluta desse poder, e mesmo a dissolução, pois **como** assevera o escriptor que citamos, não haveria paiz que resistisse a um tal antagonismo de poderes supremos. (Msg\_1893\_p).

(29) Uma verdade nova, que não tinha sido compreendida na Europa, e que apenas a Constituição da Suissa, em 1848, havia imitado da dos Estados Unidos, era a a nobre e elevadissima função que tornava a poder judiciario um verdadeiro poder politico. Era a verdadeira compreensão da justica, em um paiz livre, **como** affirma Laboulaye, e que os americanos intentaram sem ter precedente algum que os guiasse, pois **como** ainda assevera o mesmo illustre escriptor, em nenhuma das constituições europeas, em um periodo de setenta e cinco annos, appareceu a ideia de dar a mais insignificante parcella politica ao poder judiciario. (Msg\_1893\_p).

Também são frequentes as construções conformativas para introduzir referências a leis, a acordos, a avisos, tidos como norma ou autoridade impessoal (PERELMAN & TYTECA, 2005), da mesma maneira como se manifestavam nos relatórios, mas com maior frequência nas mensagens :

(30) Quanto á cadeias, com excepção das de Paranaguá, Lapa, Ponta Grossa, Guarapuava, Castro e Jaguariahyva (esta construida par subscrição popular) todas as outras não offerecem as condições de satubridade, nem segurança. A da Capital é a peor de todas: é um predio antigo, de proporções acanhadas, em que o misero sentenciado sente que, em vez de mitigada, **como** recommenda o art. 138 da Constituição, a pena lhe é aggravada pela falta de ar, de Luz, e dos mais elementares preceitos do hygiene. (Msg\_1895\_p).

(31) Tem estado vago o cargo de procurador geral da justiça, cujas funções, em casos occurrentes, têm sido exercidas por advogados, para isso nomeados pelo juiz relator, **como** permite a lei. (Msg\_1901\_p).

(32) Esse vasto predio contem ceilulas em quo os condemnados se conservam isolados durante a noite, **como** exige o Codigo Penal, e compartimentos para officinas de trabalhos em commum. (Msg\_1909).

Enfim, a utilização mais recorrente das construções conformativas tem a função de introduzir gráficos, dados e relatórios de finanças. Em todas as ocorrências que seguem, após as construções conformativas, foram inseridos dados que comprovam as asserções feitas:

(33) Muitos outros serviços ha, uns concluidos, e outros em andamento, **como** vereis em detalhe do relatorio da Secretaria de Obras Publicas e Colonisação. (Msg\_1895\_p).

(34) Essa arrecadação é superior a do exercício antecedente, **como** se verifica:

Exercicio 1919-1920	10.308:031\$540
Exercicio 1918-1919	7.209:686\$325
	-----
	3.098:345\$215 (Msg_1921).

(35) Despesa da Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Publicas – \* a 7.881:930\$224, **como** discrimino:

Despesa ordinaria	7:207:368\$29
Despesa extraordinaria	674:544\$495 (Msg_1921).

(36) Exercicio de 1923-1924. — A receita deste período financeiro realizou-se pelas diversas repartições da Fazenda e em virtude dos contractos existentes com o Governo de São Paulo e a Companhia Estrada de Ferro Sao Paulo—Rio Grande, **como** discrimino:

Collectorias	14.976	:416268
Thesouro	130	:92\$693
Procuradoria da Fazenda	93	:668\$300
Recebedoria de Santos	324	:583200
Estrada de Ferro	655	:5308573 (Msg_1925).

Diante desses dados, constatamos que as funções a que se prestam as construções conformativas nas mensagens são semelhantes às utilizadas nos relatórios, diferindo apenas na quantidade, pois, nas mensagens, esse foi o recurso mais frequente. No entanto, a diferença encontrada entre esses gêneros textuais diz respeito à maior utilização de construções ambíguas nas mensagens.



### 4.3.3. Construções com dupla possibilidade interpretativa:

Uma característica comum para a maioria dessas ocorrências com diferentes nuances semânticas é a referência feita a leis como forma de respaldar ações tomadas como se percebe em (37):

(37) Tem estado vago o cargo de procurador geral da justiça, cujas funções, em casos ocorrentes, têm sido exercidas por advogados, para isso nomeados pelo juiz relator, **como** permite a lei. (Msg\_1901\_p).

Nesse excerto, a permissão da lei pode ser interpretada como uma justificativa para o fato de os advogados estarem exercendo a função que deveria ser desempenhada por um procurador geral da justiça, ou pode até mesmo ser interpretada como uma causa, motivação, para a escolha dessas pessoas, mesmo que a oração se encontre posposta à nuclear. Contudo, podemos dizer também que isso está sendo feito em conformidade com a lei. Essa interpretação se aproxima mais das atuais noções de orações conformativas, embora não possamos descartar a possibilidade de aplicarmos o teste das miniconversações, de Jespersen (1940), previamente explicado:

A: A lei permite (que as funções sejam exercidas por advogados)?

B: Sim.

A: Então/Por isso, a as funções têm sido exercidas por eles.

Assim, como se verificou nas ocorrências “ambíguas” encontradas nas cartas, quando o teste foi aplicado, a carga informativa presente na oração posposta não é suficiente para a compreensão da pergunta realizada, sendo necessário utilizar informações presentes na oração nuclear para o entendimento da questão.

Tais características das construções ambíguas também podem ser exemplificadas pelos seguintes excertos (38) e (39), em que ocorre situação semelhante:

(38) Esse vasto predio contem ceilulas em quo os condemnados se conservarrio isolados durante a. noite, **como** exige o Codigo Penal, e compartimentos para oficinas de trabalhos em commum. (Msg\_1909).

(39) De acordo com o disposto no artigo 3,º, § 2º das Disposições permanentes da lei, n. 818 de 4 de Maio do ano anterior, foi mandado observar o Regulamento que baixou com o decreto n. 378 de 1º de Junho ultimo, creando a secção de identificação anthropometrica, que ficou a cargo do Director do gabinete medico legal, **como** determina a referida lei. (Msg\_1909).

Mesmo diante dessas possibilidades interpretativas, acreditamos que a leitura conformativa se destaque e acabe sendo mais plausível, visto que o gênero textual é produzido pelo Governador para a Assembleia legislativa. Dessa forma, constatamos uma relação assimétrica entre os interlocutores, uma vez que as mensagens são produzidas por alguém que ocupa maior posição hierárquica no governo para aqueles que constituem a Assembléia e, assim, estão em uma posição inferior à do Governador. Por conta disso, o emprego de construções conformativas parece ser mais “conveniente”, menos comprometedor, porque o governador representa o poder instituído e legitimado. Isso se deve ao fato de que o governador não pode e não deve parecer como “ditador” para seus interlocutores<sup>16</sup>. Convém, então, informá-los sobre as atitudes tomadas ou sobre os fatos ocorridos em seu mandato, mas sem, necessariamente, justificá-los.

#### 4.4. Demais análises nas cartas, relatórios e mensagens:

##### 4.4.1. Os subtipos de relações propostas por Sweetser

Quanto ao tipo de relação expresso pelas hipotáticas, nos três gêneros analisados houve uma menor ocorrência das relações expressas entre o domínio do conteúdo e uma maior quantidade de casos em que se verificou o domínio conversacional, conforme se pode verificar pelas estatísticas que seguem:

Tipo de Relação expressa	Ocorrências	Percentual
Domínio do Conteúdo	25	27,47%
Domínio Epistêmico	21	23,08%
Domínio Conversacional	45	49,45%
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela 6:** Relações expressas nas Cartas

<sup>16</sup> Nesse sentido remetemos à função interpessoal e representacional de Dik (1997) e de Mackenzie e Hengeveld (2008), a qual não será desenvolvida nesta pesquisa por não fazer parte do arcabouço teórico utilizado)

<b>Tipo de Relação expressa</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Percentual</b>
Domínio do Conteúdo	3	15,00%
Domínio Epistêmico	6	30,00%
Domínio Conversacional	11	55,00%
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela 7:** Relações expressas nos Relatórios

<b>Tipo de Relação expressa</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Percentual</b>
Domínio do Conteúdo	5	9,80%
Domínio Epistêmico	6	11,76%
Domínio Conversacional	40	78,43%
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela 8:** Relações expressas nas Mensagens

Esses dados confirmam a rota de gramaticalização proposta por Sweetser, ao trabalhar com a noção de gramaticalização em termos de mudança unidirecional de mudança semântica que ocorre entre os domínios conceituais – do conteúdo (sociofísico), ao epistêmico (raciocínio lógico) e, deste, ao conversacional (atos de fala).

De modo geral, são poucas as ocorrências do *como* com função conjuncional de conteúdo. Nesse tipo de situação, o conector tem a função de relacionar informações em um nível mais concreto, visto que a informação carregada pela oração é responsável por ser uma causa efetiva para o exposto na oração à qual se refere, conforme podemos constatar em (40):

(40) **Como** os offeçiais desta Camera estieueçem retirados por suas fazendas, përa benefiçiode suas lauouras, (vnico tratodesta villa) não nos foi poçivel com mais breuidade o podermos dar comprimento a ordem de Vossa Excelencia em enviarmos hum dos Republicanos desta Villa (Carta – Paranaguá – 1721)

Nesse excerto, observamos que o *como* é utilizado para introduzir justificativa a qual funciona como uma causa real, factual, que impediu o envio de um juiz da vila de Paranaguá para compor o senado do Estado, portanto funciona como conjunção que relaciona conteúdos.

Outra situação em que o *como* relaciona informações em nível de conteúdo é a seguinte passagem verificada na Mensagem de 1909:

(41) Esse vasto predio contem ceilulas em que os condemnados se conservam isolados durante a noite, **como** exige o Codigo Penal, e compartimentos para officinas de trabalhos em commum. (Msg\_1909).

Nesse caso, a exigência do Código Penal funciona como causa real para a tomada das ações relatadas como a de isolar os condenados durante a noite. Dessa forma, a construção causal relaciona informações no nível do conteúdo, o que representa o primeiro nível no estágio de gramaticalização proposto por Sweetser e, conforme visto nas análises, o menor índice de ocorrências.

Em um segundo nível, encontram-se as ocorrências que representam o domínio epistêmico, pois envolvem o mundo do raciocínio do falante, ancorado no conjunto dos seus conhecimentos e crenças, raciocínio que inclusive é utilizado para construir a mesma linha de pensamento no ouvinte. Um exemplo de como ocorre esse jogo argumentativo de julgamentos está presente em (42):

(42) A tranquillidade publica não foi alterada, e, se não é tal o estado da segurança individual que inspire ao cidadão a mais completa seguridade, muito tem melhorado, **como** é facil reconhecer, attendendo-se major vigilancia da policia, e ao movimento e agitação, que trouxe a necessiclade de augmentar o nosso exercito pelo recrutamento, e pelas designações da guarda nacional: assim é que uma estatistica mais numerosa indicaria aperfeiçoamento dos meios da policia, e não augmento real de crimes commettidos. (rel\_1866\_a\_p).

Ao afirmar que é fácil reconhecer que a segurança pública tem melhorado e possibilita a mais completa tranquilidade ao cidadão, o produtor do texto revela o seu julgamento pessoal sobre o assunto abordado, de modo a criar no interlocutor a mesma opinião. Assim, esse tipo de inserção de julgamento, além de revelar a subjetividade do falante, funciona como um modalizador discursivo de caráter argumentativo, pois, como mencionado, visa à construção da mesma ideia na mente do interlocutor.

Outra situação em que o *como* relaciona informações em nível epistêmico pode ser vista no excerto (43), no qual é apresentada uma justificativa para o envio de documentos anexos, em que se explica melhor a necessidade de se concederem terras às edificações dos padres da Companhia; a utilidade dessa explicação é decorrente de uma crença do falante que a julga importante:

(43) Mais **como** este prossedimento em contra emparte O disposto que hã sobre este particular Nos paresseo dar avossallustrissima detudo Conta emviandolhe as copias emclusas pellas coais Vera vossallustrissima que vindo aesta Villa o Doutor Dezembargador Raphael Pires Pardino em correcaõ ante Vendo que os Reverendos Padres seasenhoreavaõ de sem [brasas de chaonsl em coadra Na Milhor paraje que tem esta villa para o seo aumento Proueo sinaõ goardaçe a tal data de chaons~. como da Mesma Copia Consta (Carta – Paranaguá – 1743)

Por sua vez, as ocorrências com função de introduzir atos de fala aparecem em maior frequência dentre as levantadas nos três gêneros estudados, conforme percebemos (44), na qual verificamos um *como* introduzindo uma explicação causal para o ato de fala de ‘resolver mandar’. Esse ato de fala serve para apresentar a resolução tomada de enviar mais um pedido de reforço para a proteção da vila devido ao fato de haver três portos abertos para o mar. Como eles já haviam solicitado uma resolução e, até o momento, não haviam obtido resposta, a oração causal também pode ser interpretada como uma cobrança modalizada:

(44) Pella qual experauamos segunda resolucam de V oss'aExcelentissima;e **como** thê o presente anam temos tido, Resoluemonos a mandar este proprio com estaa Vossa Excelentissima pondonos com ella aos seus pes, para que queira compadecersse deste povo, e moradores desta Villa (Carta – Paranaguá – 1722).

Uma outra forma de se manifestarem os atos de fala pode ser exemplificada pelos seguintes trechos, em que são feitas referências a dados expostos com o objetivo de validar as informações apresentadas:

(45) **Como** tereis occasião de ver no relatorio do Secretario de Finanças, é impossivel dar-vos a exacta demonstração da receita e despeza, do exercicio fluente, pois que só depois do seu encerramento e devida liquidação pôde ser isso apurado. (msg\_1899\_p).

(46) **Como** vereis dos relatorios de meus antecessores, até o mez de Outubro apenas se deram alguns casos de variola, febres typhoides, camaras de .sangue e outras enfermidades que or-dinariamente apparecem nas mudanças de estações. (rel\_1868\_a\_p).

Nessas situações, é feita a referência a informações que podem ser lidas como provas no relato das informações que estão sendo feitas. No caso de (46), a declaração de que ocorreram casos de varíola se dá em conformidade com o

que será visto nos relatórios a serem apresentados em seguida. Assim, percebemos que o produtor do texto escolhe dados e informações que funcionem como garantia ao seu discurso, não representando necessariamente a verdade absoluta sobre os fatos, o que se mostra como um ato de fala.

Além disso, como vimos na seção 4.2.2, também são recorrentes as expressões cristalizadas tais como “como vedes”, “como sabeis”, as quais servem para fazer alusões ao conhecimento partilhado entre os interlocutores ou até mesmo como maneira de tentar tornar aquilo que é dito como algo evidente de ser notado, tornando as asserções aceitas por todos, visto que são evidentes a todos e, portanto, indiscutíveis:

(47) **Como** sabeis, o Governo da União não mais contribue com a quota subsidiaria para auxiliar- nos n'esse trabalho afanoso, porém, util, de povoar as nossas ricas terras; nutro, entretanto, a mais segura convicção de que a corrente expontanea não será cortada. (Msg\_1897\_p).

(48) **Como** vedes, este serviço está longe de atingir o humanitario a que se propõe. (rel\_1868\_a\_p).

(49) Foi esse, **como** se vê, o exercicio financeiro do Estado de maior movimento até hoje; e o avultado saldo que elle passou para o actual prova que os planos financeiros do governo foram coroados de completo exito. (Msg\_1907).

Tanto na ocorrência (48) como na (49), são apresentados números, estatísticas, dados precisos sobre como ocorreu a vacinação contra a varíola e informações sobre as receitas do Tesouro Federal no Estado, respectivamente. Em ambas, evidenciamos tais exposições como forma de validar o discurso do produtor do texto.

Com base nos resultados apresentados, podemos dizer que, nos três gêneros de textos oficiais analisados, os dados confirmam a trajetória de gramaticalização proposta por Sweetser (1990), ao trabalhar com a noção de gramaticalização em termos de mudança unidirecional de mudança semântica que ocorre entre os domínios conceituais – do conteúdo (sociofísico), ao epistêmico (raciocínio lógico) e, deste, ao conversacional (atos de fala).

Esses resultados revelam o modo como prevalece o *como* exercendo função de estabelecer relação entre argumentos, ou seja, nas palavras de Neves (1999, p.473), os *segmentos são relacionados como etapas em um argumento*,

com o significado: “primeiro uma proposição no jogo do discurso é representada, depois de outra”, tratando-se, portanto, de uma situação interna à situação comunicativa. De fato, percebemos que o uso de construções iniciadas pelo conector *como* tem função argumentativa, a partir do momento em que objetiva levar o interlocutor a aceitar a validade e veracidade de suas asserções.

#### 4.4.2. Posição das Orações Hipotáticas

No que diz respeito à posição em que as orações se encontram, os resultados encontrados nas mensagens e nos relatórios são bastante semelhantes, porque nos dois gêneros predominam as orações hipotáticas intercaladas nas orações nucleares.

Posição da oração hipotática	Ocorrências	Percentual
Anteposta	15	29,41%
Intercalada	22	43,14%
Posposta	14	27,45%
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela 9:** Posição das orações hipotáticas nas Mensagens

Posição da oração hipotática	Ocorrências	Percentual
Anteposta	6	28,57%
Intercalada	9	42,86%
Posposta	6	28,57%
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela 10:** Posição das orações hipotáticas nos Relatórios

Nas cartas, no entanto, prevalecem as construções pospostas até mesmo porque foi nesse gênero que encontramos um maior número de ocorrências ambíguas, as quais, como exposto previamente, permitem uma leitura causal, mas não se encontram em anteposição como pregado pelas gramáticas.

Posição da oração hipotática	Ocorrências	Percentual
Anteposta	24	26,37%
Intercalada	19	20,88%
Posposta	48	52,75%
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela 11:** Posição das orações hipotáticas nas Cartas

Visto que o estudo sobre a posição das orações nas cartas foi desenvolvida na seção 4.1.5, na qual interpretamos a influência da posição oracional na leitura das construções analisadas (causal, conformativa ou com dupla possibilidade interpretativa), nesta seção, focaremos as considerações acerca dos gêneros relatórios e mensagens.

Nos dois gêneros, apesar de as intercaladas serem maioria (42,86% nos relatórios e 43,14% nas mensagens), não há uma distribuição muito desigual entre as orações pospostas e antepostas; o índice de uso nos relatórios é, inclusive, o mesmo, conforme pode se verificar nas tabelas 9 e 10.

Em ambos os textos, houve maior ocorrência das conformativas e, novamente, não há bibliografia sobre essa utilização. Neves (1999) apenas comenta a possibilidade de as orações conformativas poderem ser pospostas ou antepostas. Mesmo assim, observamos que, quando utilizada com a função de introduzir dados específicos, tais como gráficos, dados estatísticos ou informações apresentadas em forma de lista, relação etc., a preferência de uso foi das orações conformativas em posposição, o que pode ser provocado pela proximidade lógica e necessária entre tais informações, como pode se ver em (50) e em (51).

(50) No periodo propriamente de minha administração, o numero e classificação delles [de crimes ocorridos na província] são **como** se segue (rel\_1867\_a\_p).

(51) Essa arrecadação é superior a do exercício antecedente, **como** se verifica:

Exercício 1919-1920	10.308:031\$540
Exercício 1918-1919	7.209:686\$325
	-----
	3.098:345\$215 (Msg_1921)

Além disso, se pensarmos que a anteposição se presta à retomada de informações conhecidas ou previamente aceitas, reativando conhecimento partilhado entre os interlocutores; e que a oração posposta tem a função de complementar as informações partilhadas na oração nuclear, por meio da exposição de informações novas, não-partilhadas, acreditamos que a intercalada acabou sendo mais utilizada, justamente por mesclar características das antepostas e das pospostas. Isso ocorre porque se faz conveniente que um dizer



seja respaldado antes que se prossiga com o fluxo informativo, conforme se revela em (52), por exemplo.

(52) Limitado, como vêdes, é o periodo da minha administração; e, pois, não poderei apresentar-vos, **como era desejo meu**, um relatório completo do estado da província e indicar-vos as providências que mais de prompto [palavra ilegível] devem ser tomadas em bem do seu melhoramento (Rel\_1878\_a\_p).

Em (52), por exemplo, a oração conformativa é utilizada como forma de justificar um ato de fala, no qual o relator apresenta os motivos que o impossibilitaram de cumprir a elaboração de um relatório completo e de tomar providências que melhorassem a situação da província. Tal desejo é um comentário que não poderia ser apresentado posteriormente, mas que já deveria ser feito antes que o fluxo das informações continuasse. Tal comentário é utilizado como maneira de o produtor do texto relembrar os interlocutores que, na posição ocupada por ele, é desejado que haja a efetivação de ações que beneficiem a província. Assim, ao mesmo tempo em que se retoma um conhecimento partilhado, a expressão funciona como inserção de uma desculpa à impossibilidade de apresentar o relatório e as providências.

#### **4.4.3. Compartilhamento do sujeito da oração hipotática com a oração nuclear**

No que diz respeito à análise da relação estabelecida entre o sujeito da oração nuclear e da oração hipotática, verificamos as seguintes possibilidades: a independência dos sujeitos oracionais ou o compartilhamento dos sujeitos, os quais, por sua vez, poderiam ser expressos ou ocultados.

Nas cartas, predominaram os sujeitos independentes, conforme se pode verificar nas estatísticas apresentadas na Tabela (12), o que revela uma relação de distanciamento entre os interlocutores, o que ainda é reforçado pelo fato de a maioria dos sujeitos não serem expressos, além de serem independentes da oração nuclear. Interpretamos, portanto, que o menor compartilhamento entre os sujeitos oracionais se relaciona à maior formalidade na relação estabelecida entre os produtores e os destinatários das cartas.

<b>Compartilhamento e explicitude do sujeito</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Percentual</b>
sujeito independente – expresso	35	38,46%
sujeito independente – não expresso	38	41,76%
sujeito compartilhado – expresso	0	0,00%
sujeito compartilhado – não expresso	18	19,78%
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela 12:** Compartilhamento e explicitude de sujeitos nas Cartas

Como apresentado previamente, as cartas estão inseridas em uma situação de formalismo e controle social, na qual são estabelecidas relações de poder entre os interlocutores, as quais são assimétricas, uma vez que o emissor ocupa uma posição hierárquica de inferioridade em relação ao seu destinatário – o governador da província.

Além disso, nessas orações, a conformidade foi amplamente utilizada como modo de fazer menção a acordos, a ações que foram instituídas (tais como leis, tradições, acordos), como se pode verificar nos seguintes excertos:

(53) (...) alem do Requerimento de Sua Magestade Fidellissima que determina selhesatisfaça a cada hua trezentos, esesentareys **como** he uzo, ecostume, eomesmo seobserva nacabeça desta commarca como tudo sevê pella certidaõ quejunto offerece do escrivam della, epara se evitar confuzoenz, assim ao suplicante, Como aosditos moradores emquanto não ouver Membro quemilhor prova nesta materia (Carta\_Curitiba-1704).

Por meio desse tipo de menção, podemos verificar uma obediência absoluta ao que é instituído e acordado, visto que se trata de tradições socialmente construídas. Tal aspecto também se articula ao distanciamento proveniente da relação de poder instaurada entre os interlocutores, resultado da subordinação política, administrativa e econômica das vilas paranaenses à Província de São Paulo.

A causa, por sua vez, embora menos utilizada que a conformidade, é mais frequente nas cartas do que nos relatórios ou nas mensagens. A introdução de causas, explicações e justificativas nas cartas acabam por reforçar a formalidade e distância entre os interlocutores, pois revela uma relação elaborada mais pela lógica do que pelo costume, como ocorre com as construções conformativas. Percebemos que, em (67), há uma ampla exposição de razões para que o envio

do procurador João da Veiga seja aceito pelo governador, na falta da presença de Juízes ou de Vereadores:

(54) E **como** neste senado, os Juizes se achem com o procurador tam ocupados na arrecadação dos bens deste Senado, eo tempo prosimo a darem contas aos suçosores, e o vereador primeiro com a inpusibilidade de oitenta annos, eo segundo de emfermidades, e o treseiro sem notisias cabais da terra, e neste tempo foçe o de se abrirem os pelouros que nos deixou o Doutor Raphael Pires Pardino detreminamos emviar a prezença de Vossa Excelencia o Procurador futuro que he Joam da ueiga de Sequeira, pois tem notisia, e experiencia desta terra, como morador de muitos annos, para que possa informar, do que for Vossa Excelência seruido ficando nos sempre muito obedientes as ordens de Vossa Excelencia a quem Deos prospere os annos de uida (Carta – Paranaguá – 1721).

Nos relatórios e nas mensagens, assim como nas cartas, ocorre uma predominância de sujeitos independentes, mas, nos gêneros em questão, a preferência foi dada aos sujeitos não expressos, conforme se apresenta nas tabelas 13 e 14:

Compartilhamento e explicitude do sujeito	Ocorrências	Percentual
Sujeito independente - expresso	2	10,00%
Sujeito independente - não expresso	16	80,00%
Sujeito compartilhado - expresso	0	0,00%
Sujeito compartilhado - não expresso	2	10,00%
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela 13:** Compartilhamento e explicitude de sujeitos nos Relatórios

Compartilhamento e explicitude do sujeito	Ocorrências	Percentual
sujeito independente - expresso	15	29,41%
sujeito independente - não expresso	29	56,86%
sujeito compartilhado - expresso	0	0,00%
sujeito compartilhado - não expresso	7	13,73%
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela 14:** Compartilhamento e explicitude de sujeitos nas Mensagens

O não compartilhamento de sujeito acaba por ser predominante, pois, em muitas ocorrências dos gêneros analisados, a oração hipotática é responsável por trazer as marcas de interlocução com o leitor da carta ou com o público ouvinte da leitura dos relatórios e das mensagens como se percebe em (55), (56) e (57):

(55) Registouçe a Carta **como** Vossa Excelencia ordena no livro dos registos, e consta da çertidam que apresentamos. (Carta – Paranaguá – 1721).

(56) **Como** vedes, este serviço [vacinação] está longe de atingir o humanitário a que se propõe. (rel\_1868\_a\_p).

(57) O nosso systema de impostos, **como** sabeis, repousa no valor official do producto tributado, e, consequentemente, a variabilidade d'esse valor não influe no resultado da nossa receita. (Msg\_1897\_p)

Mesmo havendo essas marcas de interlocução que servem para criar a impressão de proximidade entre os interlocutores, devido à solicitação de atenção instaurada por essas expressões (*como sabeis, como vereis*, por exemplo), ainda permanece a formalidade instaurada entre eles.

No que diz respeito à diferença entre os gêneros, o relatório é um tipo de texto em que uma determinada autoridade presta contas de seus atos a uma autoridade de nível superior. As relações de poder, portanto, continuam assimétricas, tais como verificamos nas cartas. Novamente, os usos das conformativas por excelência revelam que as ações tomadas foram realizadas para atender às leis, a algo que está num âmbito elevado.

Por outro lado, nas mensagens, a relação hierárquica difere da verificada nas cartas e nos relatórios. Como as mensagens são instrumentos usados como meio de comunicação entre os Chefes dos poderes Executivo e Legislativo, há uma maior simetria de poderes. Contudo, pragmaticamente, podemos dizer que os chefes dos poderes teriam, teoricamente, autonomia no cargo que lhes compete, mas, na verdade, não teriam uma ampla autonomia de poder, porque há uma necessidade de o chefe do poder Executivo prestar contas ao poder Legislativo. De qualquer forma, cria-se um jogo de poderes em que a hierarquia tenta se mostrar neutralizada, mas, em se tratando de texto oficial, a formalidade não permite que os interlocutores marquem linguisticamente um maior grau de intimidade.

#### **4.4.4. Classificação semântica dos verbos, do tempo e modo verbal das orações hipotáticas**

Quanto aos tempos verbais utilizados nas orações hipotáticas, o resultado encontrado nos três gêneros textuais é bastante semelhante: a preferência é dada

ao uso do presente do indicativo, o que representa cerca de 65% das ocorrências, conforme se pode constatar nas seguintes tabelas; a utilização do pretérito fica em segundo lugar e o futuro do indicativo é o tempo verbal menos utilizado em ambos os gêneros textuais.

<b>Tempo verbal da oração hipotática</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Percentual</b>
Pretérito	23	25,27%
Presente	59	64,84%
Futuro	9	9,89%
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela 15:** Tempos verbais utilizados nas orações hipotáticas das Cartas

<b>Tempo verbal da oração hipotática</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Percentual</b>
Pretérito	6	30,00%
Presente	13	65,00%
Futuro	1	5,00%
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela 16:** Tempos verbais utilizados nas orações hipotáticas dos Relatórios

<b>Tempo verbal da oração hipotática</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Percentual</b>
Pretérito	10	19,61%
Presente	34	66,67%
Futuro	7	13,73%
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela 17:** Tempos verbais utilizados nas orações hipotáticas das Mensagens

Uma característica em comum à carta, aos relatórios e às mensagens é o relato de fatos já ocorridos, portanto, esperávamos que houvesse a predominância do passado. No entanto o resultado encontrado revela que, na maior parte das hipotáticas em questão, o tempo da argumentação é atualizado por meio do uso presente. Podemos considerar também essa preferência um recurso pragmático utilizado para aproximar o leitor/ouvinte dos fatos apresentados, proporcionando o que Perelman e Tyteca denominam “sentimento de presença” (2005, p.181).

(...) o presente expressa o universal, a lei o normal. O presente é o tempo da máxima, do adágio, ou seja, daquilo que é considerado sempre atual, jamais invalidado – é o presente que parece, por isso, ter o papel mais equívoco; é ele que melhor expressa o normal em sua passagem para a norma. Numa frase como “a mulher gosta de falar”, insiste-se no normal a ponto de

fazer dele um caráter geral; não se pode à primeira vista distinguir semelhante enunciado da afirmação “o homem é sujeito à morte”. Se substituíssemos o presente por “constatou-se que a mulher gostava de falar”, a confusão com o sentido distributivo não seria tão forte. Escapar-se-ia à lei para ficar na observação. (2005, p.181)

Do mesmo modo, verificamos o uso comum da expressão “como é uso”, “como é costume” para justificar ações tomadas, expressão na qual se verifica a passagem *do normal para a norma*, como expresso pelos autores, em que as ações deixam de ser declaradas como meras constatações e passam a motivar atitudes, funcionar como causas, revelando *intenção argumentativa, no âmbito das convenções existentes* (*op.cit.*, p.182).

(58) alem do Requerimento de Sua Magestade Fidellissima que determina selhesatisfaça a cada hua trezentos, esesentareys **como** he uzo, ecostume, eomesmo seobserva nacabeça desta commarca como tudo sevê pella certidaõ quejunto offerece do escrivam della, epara se evitar confuzoenz, assim ao suplicante, Como aosditos moradores emquanto não ouver Membro quemilhor prova nesta materia (Carta – Curitiba – 1704).

(59) Quanto á cadeias, com excepção das de Paranaguá, Lapa, Ponta Grossa, Guarapuava, Castro e Jaguariahyva (esta construida par subscripção popular) todas as outras não offerecem as condições de satubridade, nem segurança. A da Capital é a peor de todas: é um predio antigo, de proporções acanhadas, em que o misero sentenciado sente que, em vez de mitigada, como recommenda o art. 138 da Constituição, a pena lhe é agravada pela falta de ar, de Luz, e dos mais elementares preceitos do hygiene. (Msg\_1895\_p)

A escolha pelo presente passa a ser um recurso argumentativo, em que o produtor do texto o emprega visando tornar uma ideia ou um juízo presente à consciência de seu interlocutor (*op. cit.* p.135). Essa característica se articula à constatação feita por Barros (1995), ao analisar textos jurídicos medievais, de que existem nesses textos *dois tipos de discurso, indissociáveis: o discurso expositivo, deôntico, propriamente legislativo, e o discurso justificativo, argumentativo, que pretende levar o alocutário a aceitar a conveniência das directivas propostas* (p. 149).

Por sua vez, quanto à classificação semântica dos verbos das orações hipotáticas, tanto nas cartas quanto nas mensagens houve predominância dos verbos de estado, conforme apresentamos nas Tabelas 18 e 19:

Classificação Semântica dos verbos	Ocorrências	Percentual
Ação	13	14,29%
ação-processo	18	19,78%
processo	21	23,08%
estado	32	35,16%
modalizador	7	7,69%
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela 18:** Classificação semântica dos verbos nas Cartas

Classificação Semântica dos verbos	Ocorrências	Percentual
Ação	8	16,00%
ação-processo	11	22,00%
Processo	12	24,00%
Estado	19	38,00%
modalizador	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela 19:** Classificação semântica dos verbos nas Mensagens

Nos dois gêneros em questão, verificamos que existe uma gradiência semântica na preferência de usos, visto que constatamos ocorrências que vão do menos ao mais dinâmico, pela seguinte gradação: estado – processo – ação-processo – ação (NEVES, 2000, p.25-26).

No caso dos verbos de estado, Borba afirma que

Os verbos de estado têm obrigatoriamente um argumento que é *inativo*, na medida em que não é *agente*, nem *causativo*, nem *paciente*. Isso quer dizer que o sujeito desses verbos funciona como suporte de propriedades (estado/condição) ou mesmo como mero experimentador (BORBA, 1990, p.XIX).

A seleção desses verbos, portanto, revela que há sequências expositivas informadas pelos sujeitos produtores dos textos, mas os quais não se veem como agentes, o que é reforçado pela relação subordinativa em que se encontram, conforme apresentado na seção anterior. Assim, ao prevalecerem os verbos de estado, interpretamos que há uma tentativa em não ser questionado aquilo que está instituído. Os sujeitos desses tipos de orações, portanto, são inativos. Isso pode significar que os indivíduos não sentem que tenham poder de ação, mas que sejam apenas peças nas relações de poder instauradas.

Além disso, nas cartas, diferentemente dos outros gêneros, foram encontrados modalizadores, verbos utilizados com a função de indicar necessidade, obrigatoriedade modalizada, como vemos em (60):

(60) Registouçe a Carta **como** Vossa Excelencia ordena no livro dos registos, e consta da çertidam que apresentamos. (Carta – Paranaguá – 1721)

O item (60) revela como tais ocorrências podem ser articuladas ao domínio dos atos de fala, porque sinalizam pedidos, ordens e necessidades expressas pelos interlocutores.

Nos relatórios, por seu turno, os verbos mais utilizados foram os que indicam ação-processo, embora os estativos também sejam bastante empregados, ocupando o segundo lugar de ocorrências:

Classificação Semântica dos verbos	Ocorrências	Percentual
Ação	2	10,00%
ação-processo	9	45,00%
Processo	3	15,00%
Estado	6	30,00%
Modalizador	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100,00%</b>

**Tabela 20:** Classificação semântica dos verbos nos Relatórios

Diferentemente dos verbos de estados, os indicativos de ação-processo, nos dizeres de Borba (1990), *têm no mínimo dois argumentos: um agente/causativo e outro, afetado/efetuado, isto é, o A1 (Ag/Ca) faz que A2 mude de estado, condição, posição, ou então passe a existir*. Nesse sentido, podemos dizer que se instaura um processo de mudança em que o argumento agente se caracteriza pelas seguintes propriedades: + humano, + dinâmico e + controle; enquanto o argumento causativo apresenta: + humano, + dinâmico e - controle. A diferença entre um argumento agentivo de um causativo, portanto, reside no controle existente sobre as mudanças ocorridas. Esse controle é buscado pelo produtor do texto, visto que, no relatório, deve prestar contas de sua gestão e, por isso, demonstrar ter maior domínio sobre os fatos e eventos ocorridos e relatados.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivamos, nesta pesquisa, compreender o comportamento sintático-semântico manifesto por construções oracionais encabeçadas pelo item *como* e a função a que se prestam os seus usos. Nesse sentido, constatamos em nossas análises que, conforme proposto por Sweetser (1990), as construções causais, assim como as conformativas, estão passando por um processo de gramaticalização que vai das relações estabelecidas entre o domínio do conteúdo, ao epistêmico e, por sua vez, entre atos de falas.

Nas cartas, as construções causais são empregadas como recurso argumentativo que visa ao esclarecimento de fatos e à fundamentação e à validação de comportamentos e atitudes. Além disso, a exposição de causas também serve como forma de induzir o leitor a uma espécie de raciocínio lógico que o leve a compreender a relação de causa/efeito entre duas asserções.

Essa função, de induzir uma espécie de raciocínio lógico, também é verificável na utilização das orações hipotáticas conformativas no gênero epistolar, visto que as asserções são apresentadas como constatações, mesmo quando não há dados para que sejam provadas. Além disso, as construções conformativas são aplicadas para introduzirem atos de fala que explicitem a evidencialidade do que é dito.

Também constatamos haver um processo de gramaticalização do *como* em que a leitura causal vai perdendo espaço para a conformativa quando posposta. Nesse caso, a ordem em que essas orações se encontram revela um estágio da língua em que a posição na oração ainda não se tornara fixa. Partindo do pressuposto de que a língua se relaciona ao contexto em que é utilizada, revelando muitos de seus aspectos, devemos lembrar que as cartas foram produzidas no mesmo contexto histórico de instabilidade, por se tratar de um período anterior à emancipação do estado do Paraná, o que pode ser uma interpretação para as instabilidades linguísticas verificadas. Não podemos descartar, portanto, haver uma relação entre as mudanças do *como* e as mudanças sociais na história do Paraná.

Ainda acerca da posição das orações hipotáticas, nos relatórios e nas mensagens, houve uma preferência da intercalação. Interpretamos que tal

posição acabou sendo mais utilizada, pois permite que um dizer seja respaldado antes que se continue o fluxo informativo. As construções pospostas, por sua vez, tinham a função de introduzir dados específicos, tais como gráficos, dados estatísticos ou informações apresentadas em forma de lista. A preferência pela posposição nesses tipos de situações decorre da proximidade lógica e necessária entre tais informações.

Como os relatórios são textos cuja base tipológica é a expositivo-narrativa, foram escassas as construções causais, predominando as conformativas, as quais foram utilizadas com as seguintes funções: fazer referência a fontes legais e a discursos de autoridade, conforme Perelman e Tyteca (2005), e introduzir dados e provas específicas, recursos recorrentes durante a exposição sobre os acontecimentos da província. No gênero textual em questão, assim como nas mensagens, também foi recorrente o uso de expressões conformativas cristalizadas, cuja função é a de ativar um conhecimento partilhado entre os interlocutores e, assim, reforçar a evidencialidade do que é dito.

Além disso, a preferência pelas orações hipotáticas conformativas também revela a relação assimétrica de poder instaurada entre os interlocutores. Convém que os produtores dos textos informem seus interlocutores sobre os fatos ocorridos na província em seu mandato, mas sem, necessariamente, justificá-los.

No que diz respeito à diferença entre os gêneros textuais analisados, o relatório é um tipo de texto em que uma determinada autoridade presta contas de seus atos a uma autoridade de nível superior. As relações de poder, portanto, são assimétricas, assim como nas cartas. O gênero epistolar, no caso, também está inserido em uma situação de formalismo e de controle social, na qual são estabelecidas relações de poder entre os interlocutores, sendo esta assimétrica, já que o emissor ocupa uma posição hierárquica de inferioridade em relação ao seu destinatário – o governador da província.

Assim, tanto nas cartas quanto nos relatórios, verificamos que os usos das conformativas por excelência revelam que as ações tomadas foram realizadas para atender às leis, a estados de coisa instituídos num âmbito elevado. Podemos verificar uma obediência absoluta ao que é instituído e acordado, visto que se trata de tradições socialmente construídas. Tal aspecto também se articula ao distanciamento proveniente da relação de poder instaurada entre os

interlocutores, resultado da subordinação política, administrativa e econômica das vilas paranaenses à Província de São Paulo.

Por outro lado, nas mensagens, a relação hierárquica difere da verificada nas cartas e nos relatórios. Como as mensagens são instrumentos usados como meio de comunicação entre os Chefes dos poderes Executivo e Legislativo, há uma maior simetria de poderes. Contudo, pragmaticamente, podemos dizer que os chefes dos poderes teriam, teoricamente, autonomia no cargo que lhes compete, mas, na verdade, não teriam uma ampla autonomia de poder, porque há uma necessidade de o chefe do poder Executivo prestar contas ao poder Legislativo. De qualquer forma, cria-se um jogo de poderes em que a hierarquia tenta se mostrar neutralizada, mas, em se tratando de texto oficial, a formalidade não permite que os interlocutores marquem linguisticamente um maior grau de intimidade.

Tais considerações se articulam com a perspectiva funcionalista adotada neste trabalho. A estrutura linguística é uma evidência do jogo pragmático entre os interlocutores e ela se dá em função deles. Assim, a estrutura de uma língua não está em um nível acima dos interlocutores. De fato, são estes que a constroem e a modificam conforme suas necessidades, conforme a noção de Gramática Emergente, um dos princípios do Funcionalismo adotados na construção da análise deste trabalho e evidenciados pelos resultados obtidos.

## 6. REFERÊNCIAS

AGUILERA, V. A.; BARONAS, J. E. A. (org.) *Scripturae nas Villas de Sam Luiz de Goaratuba e Antonina: documentos setecentistas e oitocentistas*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

AGUILERA, V. A.; VASCONCELOS, C. A. (org.) *Scripturae na Villa de Pernagoa: documentos setecentistas*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

ALI, M. S. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Edições Melhoramentos: São Paulo, 1966.

ANTONIO, J. D. O texto como objeto de estudo na Linguística funcional. In.: ANTONIO, J. D.; NAVARRO, P. (orgs). *O texto como objeto de ensino, de descrição linguística e de análise textual e discursiva*. Maringá: Eduem, 2009. p 61-80.

ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História Administrativa do Paraná (1853-1947): criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado – Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000. 112p.*

Disponível em [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/HistoriaAdministrativaParana\\_1853a1947.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/HistoriaAdministrativaParana_1853a1947.pdf) . Acesso em: 29/04/2010.

AZEREDO, J. C. de. *Fundamentos de gramática do Português*. 2.ed. Revista – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1999. Tese de Doutorado. 2 vol.

BARROS, C. <<Porque>> e <<Ca>> no texto do *Foro Real*. *Línguas e Literaturas: Revista da Faculdade de Letras*. Porto, XII, 1995, pp.149-157.

BECHARA, E. *Lições de Português pela análise sintática*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1978.

BORBA, F.S. (Coord.) *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo*. São Paulo: Unesp, 1990.

BRASIL. *Agência Nacional de Águas Manual de redação e de atos oficiais*. Brasília: ANA, SGE, CDOC, 2005.

BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República* / Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. – 2. ed. rev. e atual. – Brasília : Presidência da República, 2002.

CALDEIRA, J. R. A redação de vestibular como gênero: configuração textual e processo social. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Letras, 2006. Dissertação (mestrado), 150 f.

CARVALHO, C. S. *Processos sintáticos de articulação de orações: algumas abordagens funcionalistas*. Veredas: Revista de Estudos Linguísticos / Universidade Federal de Juiz de Fora. V.8, n.1 e n.2. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2004.

CASTILHO, A. T. *Introdução à lingüística cognitiva*. Relatório Científico submetido à FAPESP (Proc. 99/10399-9). Brasília: CNPQ / S. P.: USP, 2001.

\_\_\_\_\_. *Fundamentos Teóricos da Gramática do Português Culto Falado no Brasil: sobre o segundo volume, classes de palavras e as construções gramaticais*. Alfa: Revista de Lingüística / UNESP. São Paulo: UNESP, v.51, n.1, 2007, p.99-136.

CHAFE, Wallace. *Significado e estrutura lingüística*. Trad. Maria Helena de Moura Neves. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

COUTINHO, I. L. *Pontos de gramática histórica*. Livraria acadêmica: Rio de Janeiro. 6ª ed. 1967.

CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, G. X. Estudo sobre a identificação da hierarquia temática. In.: *Revista Acta Scientiarum*. Language and Culture. Maringá: EDUEM, v. 32, n.2, 2010, p.215-224.

CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (orgs.) *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DECAT, M. B. N. *Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de "unidade informacional"*. SCRIPTA, Belo Horizonte, p.23-28, 1º semestre, 1999.

DECAT, M. B. *et alii* (org.) *Aspectos da Gramática do Português: uma abordagem funcionalista*. Campinas, Mercado das Letras, 2001.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO. *Manual de Comunicação Escrita Oficial do Estado do Paraná*. CURITIBA, 2005

Disponível em:

[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/manual\\_comunicacao.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/manual_comunicacao.pdf) .

Acesso em: 29/04/2010.

DIK, S. C. *Functional grammar*. Dordrecht: Foris, 1981.

DIK, C.S. *The theory of Functional Grammar*. Dordrecht-Holland/Providence RIEUA: Foris Publications, 1989.

DIK, S. C. *The theory of functional grammar part 1: the structure of the clause*. Berlim: Mouton de Gruyter, 1997.

FÁVERO & KOCH. *Linguística Textual: uma introdução*. São Paulo: Cortez, 2000.

FONSECA, M. C. A. P. *Caracterização lingüística de cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX*. Tese de doutorado. UFPE. Recife: 2003.

GALBIATTI, M. E. *A multifuncionalidade semântico-pragmática de “agora que”*: diferentes estágios de Gramaticalização. *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, 37 (1): 103-111, jan.-abr. 2008.

GOUVEIA, C. A. M. *Texto e Gramática: uma introdução à Linguística Sistêmico-Funcional*. Matraca: Rio de Janeiro, 2009.

HALLIDAY, M. A. K. *Explorations in the Functions of Language*. Londres: Edward Arnold, 1973.

\_\_\_\_\_ *Language as social semiotic*. The social interpretation of language and meaning. London: Edward Arnold (Publishers) Ltd., 1979.

\_\_\_\_\_ *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold Publishers, 1985.

\_\_\_\_\_ *Language structure and language function* (1970). In *On Grammar*. Londres: Continuum, 2002.

\_\_\_\_\_ *Modes of meaning and modes of expression: types of grammatical structure and their determination by different semantic functions*. (1979). In *On Grammar*. Londres: Continuum, 2002.

\_\_\_\_\_ & Hasan, R. *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1985.

HALLIDAY, M. A. K.; MARTIN J. R. *Writing Science – Literacy and Discursive Power*. London: University of Pittsburg Press, 1993.

HALLIDAY, M. A. K.; MATHIESSEN, C. M. I. M. *Notes on transitivity and theme in English*. Part 3. England 1968.

\_\_\_\_\_ *An Introduction to functional grammar*. Nova Iorque: Arnold, 2004.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago, 1991.

HEINE, B.; REH, M. patterns of grammaticalization in African languages. *AKUP-47*, Cologne: Universität zu Köln, Institut für Sprachwissenschaft, 1984.

HOPPER, P. Emergent grammar. *Berkeley Linguistic Society*, 13:139-157, 1987.

HOPPER, P. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. Vol. 1. Amsterdam,: Benjamins, 1991, p.17-36.

HOPPER, P.; THOMPSON S. *Transitivity in grammar and discourse*. Language, Washington, v.56, n.2, p.252-299, 1980.

HOPPER, P e TRAUGOTT, E. C. *Gramaticalization*. Cambridge: Cambridge University, 1993.

HOUAISS Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Objetiva, 2011. 1 CD-ROM.

ILARI, R. *Delocutivos nós também temos, falô?* Cadernos de Estudos Lingüísticos, São Paulo, v.10, p.81-86, 1986.



JESPERSEN, O. *A Modern English Grammar on Historical Principles v.5: Syntax*. London, Allen and Unwin, Jupiter, 1940.

KURY, A. da G. *Novas Lições de Análise Sintática*. Rio de Janeiro, Ática, 2003.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago. University of Chicago Press, 1980.

LICHTEMBERK, F. On the gradualness of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. Vol. 1. Amsterdam, Benjamins, 1991.

LIMA-HERNANDES, M. C. Níveis no Processamento da comparação no Português Contemporâneo e Padrões Funcionais de como. In: *Estudos Lingüísticos XXXV*, p. 1322-1330, 2006. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/938.pdf>. Acesso em 29/07/2009.

MATEUS, Maria Helena *et alii*. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa, Editorial Caminho, 2003.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTHIESSEN, C. e THOMPSON, S. The structure of discourse and subordination. In: HAIMAN, J. e THOMPSON, S. (eds) *Clause combining in grammar and discourse*. Philadelphia: John Benjamins, 1988. p.275-329.

MEILLET, A. *Linguistique historique générale*. Paris: Libraire Honoré Champion, 1912.

MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.

NARO, A. J., VOTRE, S. *Mecanismos funcionais do uso da língua: forma e função*. In: DELTA, v. 8, n.2, 1992, p. 285-290.

NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, M. H. (org.) *Gramática do português falado*. Volume VII: Novos Estudos. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999. v. 1.

\_\_\_\_\_ *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000. 4ª Ed.

\_\_\_\_\_ *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

\_\_\_\_\_ *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

OMENA, N.; BRAGA, M. 'A gente' está se gramaticalizando? In: MACEDO, A. T.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C. (Org.). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 75-83.

PAVEAU, M. A.; SARFATI, G. É. *As grandes teorias da Lingüística* (trad. Rosário Gregolin *et al*). São Carlos: Claraluz, 2006.

PERELMAN, C.; TYTECA, L. O. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trad.: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão; [revisão da tradução Eduardo Brandão]. – 2ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POGGIO, R. M. G. F. *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista*. Salvador: UDUFBA, 2002.

RONCAGLIO, C. *Boletim da Associação dos Amigos do Arquivo Público*. Curitiba, v. 8, n. 6, jun. 2001. 60 p.

SANTOS, M. F. D. *A função do ser no discurso: uma visão sistêmico-funcional*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.

SCHENEUWLY, B; DOLZ, J. *Gêneros orais e escritos na escola*. Trad. e org. Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

SOUZA, E. R. F. *Gramaticalização dos itens lingüísticos assim, já e aí no Português Brasileiro : um estudo sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional*. Campinas, SP: [s.n.], 2009.

SWEETSER, E. Grammaticalization and semantics bleaching. *Berkeley Linguistic Society*, Berkeley, n.14, 1988, p.389-405.

\_\_\_\_\_ *From etymology to pragmatics*. Metaphorical and cultural aspects of semantic structure. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

THOMPSON, G. *Introducing Functional Grammar*. London: Arnold, 2004.

TRAUGOTT, E. From propositional to textual and expressive meanings: some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization. In: LEHMMAN, W., MALKIEL, Y. (eds) *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam, John Benjamins, pp.245-271, 1982.

TRAUGOTT, E., KÖNIG, *The semantic-pragmatics of grammaticalization revisited*. In:TRAUGOTT, E., HEINE, B. (eds) *Approaches to grammaticalization*. Vol. 1. John Benjamins Publishing Company, p.189-218, 1991.

VOTRE, S. J. *Linguística funcional. Teoria e prática*. Quebec: Université Laval, 1992. (versão preliminar, mimeogr.)